

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CRISLANNE MARIA DOS SANTOS

**“AS MARIPOSAS POUSAM AO ENTARDECER”: PROSTITUIÇÃO, BIOPOLÍTICA
E RESISTÊNCIAS DE GÊNERO NA IMPRENSA DE MACEIÓ, AL (1970-1980)**

**MACEIÓ
2023**

CRISLANNE MARIA DOS SANTOS

**“AS MARIPOSAS POUSAM AO ENTARDECER”: PROSTITUIÇÃO, BIOPOLÍTICA
E RESISTÊNCIAS DE GÊNERO NA IMPRENSA DE MACEIÓ, AL (1970-1980)**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal de Alagoas,
como requisito para obtenção do grau
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Elias Ferreira
Veras.

MACEIÓ
2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB4/ 661

- S237m Santos, Crislanne Maria dos.
As mariposas pousam ao entardecer : prostituição, biopolítica e resistências de gênero na imprensa de Maceió, AL (1970-1980) / Crislanne Maria dos Santos. – 2023. 122 f.
- Orientador: Elias Ferreira Veras.
Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Maceió, 2023.
- Bibliografia: f. 120-122.
Apêndices: f. 78-84.
1. Prostituição – Maceió – 1970-1980. 2. Biopolítica. 3. Imprensa. 4. Gênero. 5. Mulheres. I. Título.

CDU: 392.65(813.5):070



PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA – UFAL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Nº 04/2023

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, às 10:00 horas, no Centro de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA/UFAL), reuniu-se a banca examinadora designada para arguir a **dissertação de mestrado** de **CRISLANNE MARIA DOS SANTOS**, sob o título “AS MARIPOSAS POUSAM AO ENTARDECER”: PROSTITUIÇÃO, BIOPOLÍTICA E RESISTÊNCIAS DE GÊNERO NA IMPRENSA DE MACEIÓ, AL (1970-1980), sendo a referida banca constituída pelos professores: Dr. Elias Ferreira Veras – Orientador (UFAL), Dr^a. Ana Paula Palamartchuk – Avaliadora Interna (UFAL), Dr^a. Beatriz Souza Vilela – Avaliadora Externa (UFAL) e Dr^a. Joana Maria Pedro – Avaliadora Externa (UFSC).

Após a avaliação, a Banca deliberou pela:

Aprovação

Reprovação

Documento assinado digitalmente

gov.br

ELIAS FERREIRA VERAS
Data: 06/03/2023 10:13:00-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Professor(a) Orientador(a): _____

Documento assinado digitalmente

gov.br

ANA PAULA PALAMARTCHUK
Data: 06/03/2023 12:01:08-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Avaliador(a) Interno(a): _____

Documento assinado digitalmente

gov.br

JOANA MARIA PEDRO
Data: 06/03/2023 10:28:47-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Avaliador(a) Externo(a): _____

Documento assinado digitalmente

gov.br

BEATRIZ SOUZA VILELA
Data: 07/03/2023 13:53:59-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Avaliador(a) Externo(a): _____

Maceió, 28 de fevereiro de 2023

UFAL - Campus A.C. Simões, ICHCA, PPGH
Av. Lourival Melo Mota, s/nº, Cidade Universitária, Maceió-AL, CEP: 57072-970
Telefone: +55 (82) 3214-1340
E-mail: ufal.ppgh@gmail.com

Ao Eterno, pois d'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas. Ao seu Pedro e dona Cícera, minhas raízes.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Abba, o criador e mantenedor de todas as coisas; ao Cordeiro, que me fez merecedora de receber a graça pela qual vivo; ao Espírito, que me dotou de toda a capacidade e que opera em mim “o querer e o realizar”, segundo a sua boa vontade.

Aos meus avós, verdadeiros pais, ao seu Pedro e à dona Cícera, aos quais me orgulho de chamar de pai e mãe. Eles, que não sendo ricos de bens materiais, nem portadores de nenhuma formação formal, que não “tinham letras”, me concederam a melhor formação que eu poderia ter: o amor pela educação, a interseção constante e a oportunidade de alcançar o que para eles não fora possível. Cumprindo suas jornadas aqui, descansaram de suas lutas, mas deixaram em mim seus frutos, os afetos, o orgulho de ser parte deles e a esperança viva de ser digna da memória deles.

À minha tia, Sônia, que me fez sua filha, que muito trabalhou, providenciando meu sustento. À minha “Conca”, mais do que obrigada. És o colo de mãe que me resta, que se orgulha em dizer que a filha da costureira é “mestranda”. Esse trabalho também é seu e eu sou parte de vocês.

Agradeço às minhas queridas Mitia e Joana, professoras que trago para vida desde o ensino fundamental. Elas despertaram meu amor pelo conhecimento, pela leitura, sendo os meus exemplos de docência. Joana, esta dissertação também é sua, pois com você aprendi a amar a história. Obrigada por serem mais do que minhas professoras. Obrigada por verem naquela menina de escola de periferia algo que nem ela mesma via.

Aos meus professores, que nesses anos de universidade tornaram minha trajetória tão rica e prazerosa, principalmente, aos professores do curso de Letras, História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Especialmente, à professora Irinéia Santos, do curso de História, e ao Fernando Rodrigues, do curso de Ciências Sociais, a quem eu abuso graciosamente. A professora Ana Paula Palamartchuk que participou da minha formação, da minha qualificação e defesa sempre com colocações sinceras e precisas, sempre tão generosa com seus alunos. Obrigada por dividirem comigo tanto conhecimento.

Ao meu querido orientador professor Elias Veras, que nesses quase três anos de mestrado, tem me conduzido na missão de tornar-me historiadora. Mesmo sabendo que eu vinha de outra área de conhecimento, Elias aceitou orientar este

trabalho, o que fez de maneira maravilhosa. Obrigada por me acolher como sua orientanda, por suas colocações tão generosas, por ser tão humano e gentil.

Aos/Às queridos/as colegas do GEPHGS – Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade – Eloísa, Jully Ana, Harmie e Roberta, vocês são historiadoras incríveis. Roberta, querida, minha especial gratidão a você, pela revisão deste trabalho, pelas colocações feitas que muito me ajudaram. Há um pedacinho seu nessas linhas.

Aos meus amigos César Gomes e Edja Feliciano, por aguentarem meus abusos e estresses, por me ouvirem e fazerem parte da minha caminhada acadêmica.

Por fim, agradeço à Igreja Adventista do Sétimo Dia, da qual sou membra, aos meus amigos e irmãos em Cristo, com quem tenho o prazer de congregar e que sempre me apoiaram e intercederam por mim.

*Onde há poder, há resistência.
Michel Foucault*

RESUMO

O presente trabalho analisa a prática da prostituição de mulheres cisgêneras em Maceió, capital de Alagoas, a partir dos discursos produzidos pela imprensa impressa, especialmente, os jornais *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*, entre as décadas de 1970 e 1980. Desta forma, discute-se como a imprensa abordou a temática da prostituição, utilizando-se de uma teia de enunciados, de uma lógica discursiva cisheteronormativa classista e racista que produziu estigmas sobre o corpo, gênero e sexualidade das mulheres, de modo a legitimar a biopolítica da ditadura civil-militar de controle dos corpos femininos e dos espaços públicos.

Palavras-chave: prostituição; imprensa; biopolítica.

ABSTRACT

The present work analyzes the practice of prostitution of cisgender women in Maceió, capital of Alagoas, from the discourses produced by the printed press, especially the newspapers *Gazeta de Alagoas* and *Jornal de Alagoas*, between the 1970s and 1980s. It discusses how the press addressed the issue of prostitution, using a web of statements, a classist and racist cisheteronormative discursive logic that produced stigmas about the body, gender and sexuality of women, in order to legitimize the biopolitics of the Civil-Military Dictatorship control of female bodies and public spaces.

Keywords: prostitution; press; biopolitics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A CIDADE E OS DISPOSITIVOS DE CONTROLE: IMPRENSA, BIOPOLÍTICA E PRODUÇÃO DE ESTIGMA	16
1.1. Erradicar ou urbanizar: Ouricuri, “redueto dos indesejados”	16
1.2. O Instituto Penal Feminino	29
1.3. A imprensa como dispositivo	38
CAPÍTULO 2: A MISÉRIA DA IMPRENSA: DISCURSOS E CONTRADISCURSOS SOBRE A PROSTITUIÇÃO	46
2.1. A “mundana”	47
2.2. Contradiscursos interseccionais	64
CAPÍTULO 3: “GUERRA CONTRA AS MARIPOSAS”: OPERAÇÕES DOMÉSTICA E MARIPOSA	77
3.1. “Operação Doméstica”	77
3.2. “Operação Mariposa”	87
3.3. Canaã: “A cidade da maldade”	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “As mariposas pousam ao entardecer”: prostituição, biopoder e resistências de gênero na imprensa de Maceió, AL (1970-1980)”, analisa a prática da prostituição e o discurso produzido em torno dela em Maceió, a partir das páginas de dois jornais impressos, *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*, que foram os jornais mais lidos do Estado de Alagoas entre os anos de 1970 e 1980.

O interesse pelo tema surgiu durante minha iniciação científica no projeto “As dinâmicas de criminalização e o espaço social a partir dos jornais”¹. Nessa época meu interesse estava voltado, principalmente, para os estudos da criminalidade urbana e para a análise dos jornais como produtores de discursos e de verdades. Durante aquela pesquisa compreendi que os processos de criminalização poderiam ser analisados a partir das categorias gênero, raça, classe e sexualidade.

Contudo, foi durante uma conversa com o meu orientador, professor Elias Veras, que chegamos ao objeto de estudo desta dissertação: a prostituição e os discursos dos jornais alagoanos sobre essa prática. A partir daí, direcionamos a pesquisa para a produção historiográfica sobre gênero, sexualidade, raça, prostituição e feminismo, uma vez que, além de apresentar-me ao novo tema, Elias também me orientou a percorrer os estudos de gênero, interseccionalidade e, claro, os textos foucaultianos, perspectivas centrais na presente abordagem.

Cercados de incertezas em razão do início de uma séria pandemia (Covid-19), que duraria ainda longos meses, tive de dividir a permanência no mestrado com o trabalho de professora, com as leituras teóricas e com atividades ainda inéditas na minha trajetória acadêmica: a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS) e a pesquisa documental na hemeroteca da Biblioteca Pública de Alagoas Graciliano Ramos, localizada no Centro da capital alagoana.

As aulas e as reuniões do GEPHGS ocorreram por meio remoto, o que revelou uma dinâmica própria de funcionamento e adaptação no período pandêmico. A

¹ Mercados ilícitos, Amor e Diversão nas Periferias de Maceió. Projeto certificado pelo coordenador Fernando de Jesus Rodrigues, no Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economia das Simbolizações (GRUPPAES). Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

hemeroteca, que já havia sido meu lugar de pesquisa durante o PIBIC, permaneceu fechada em decorrência da prevenção do contágio em espaços compartilhados. Ela foi reabrir somente em 2022, fator que comprometeu o andamento da investigação documental.

Ao iniciar a pesquisa no *Jornal de Alagoas*, primeiro pelos meses iniciais de 1970, percebi que as notícias remetiam a acontecimentos anteriores à essa década. Desse modo, as reportagens de novembro de 1969, revelaram os primeiros “rondões” empreendidos pela Rádio Patrulha nas ruas do centro de Maceió. O primeiro desses “rondões” foi chamado de “Operação Doméstica”, a notícia dele nos jornais aponta as operações de “limpeza urbana” e os registros das medidas estatais que tentaram controlar a circulação das “mundanas” na cidade. O Adjetivo “mundana” era utilizado na imprensa para classificar mulheres cisgêneras (NASCIMENTO, 2021) que praticassem a prostituição e/ou a ela acabavam sendo associadas. Ele referia-se ainda a várias outras trabalhadoras, cujos padrões de moralidade de gênero, raça, classe e sexualidade, não se encaixam na moral cisheteroconservadora branca e de elite, apregoada pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Os jornais *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*, maiores veículos de imprensa do estado, foram as nossas principais fontes. A escolha por eles está diretamente ligada à importância dos dois veículos para a política alagoana, sua inserção no plano político nacional e pelo fato de terem publicado ininterruptamente durante o período analisado.

O *Gazeta de Alagoas* nasce ligado aos valores políticos conservadores, o que se faz perceptível nas notícias, reportagens, artigos e editoriais publicados em suas páginas. Ele foi fundado pelo jornalista pernambucano Luiz Magalhães Silveira (1869-1950) na década de 1930 (BORGES, 2019, p. 49). Após a morte de Silveira, o jornal foi adquirido pelo *Grupo Arnon de Melo*, pertencente ao então deputado Arnon Afonso de Farias Melo, que mais tarde também fora eleito governador (1951-1956) e senador (1963-1981) de Alagoas.

O *Jornal de Alagoas*, por sua vez, foi criado em 1908 e funcionou durante 85 anos vinculado ao “Grupo Assis Chateaubriand”, aparato midiático formado por rádios e jornais. O *Jornal de Alagoas*, assim como o *Gazeta de Alagoas*, foi marcado por posicionamentos políticos correspondentes aos interesses de seus proprietários e a relação desses com a política da ditadura civil-militar.

As categorias de “sociedade disciplinar” e “biopolítica”, pensadas por Michel Foucault, foram centrais para a nossa compreensão da ação do Estado sobre a cidade, bem como, sobre os corpos das mulheres. Neste caso, analiso as teias tecidas na articulação entre “biopolítica” e “poder disciplinar”, sua produção de dispositivos de ordenamento, controle dos corpos e do espaço público, quando mobiliza as normativas de gênero, classe, raça e sexualidade, com o objetivo de controlar a circulação e o aparecimento do feminino “desviante” na cidade.

A obsessão da ditadura civil-militar pela família cisheterocentrada, sua defesa dos valores voltados à moral cívica, seu apelo religioso ultraconservador, repressão e controle das sexualidades dissidentes, configura-se em mecanismos de poder que, como já mencionado, mais do que “fazer morrer [...] determina como se deve viver” (FOUCAULT, 1975, p. 93). Os dispositivos de controle são ferramentas de constituição e organização de sujeitos, servem como meio para o biopoder e o poder disciplinar, são essenciais para compreendermos a atuação disciplinadora sobre a cidade e os corpos que nela circulam.

Gênero, raça, classe e sexualidade são categorias centrais para o entendimento da dinâmica da moralidade cis, branca, hétero e patriarcal. Em diálogo com Joan Scott (1999), Linda Nicholson (2000) e Judith Butler (2020), problematizamos a construção do gênero na história, os significados de feminino e masculino, a naturalização dessas categorias e sua produção histórica atravessada por múltiplas relações de poder. Por outro lado, a abordagem interseccional foi fundamental para compreender a pluralidade do gênero feminino, pois as mulheres que se tornaram alvo do olhar da imprensa (das intervenções do Estado e da ação da polícia) eram, em sua maioria, negras e pobres, como fica nítido na associação entre “mundanas” e “domésticas” nas páginas dos jornais.

O termo “mundana” é parte central neste trabalho. Utilizado pela imprensa para denominar as mulheres cisgêneras que praticavam a prostituição, o termo também serviu para nomear outras mulheres cis, cuja existência não se enquadrava na moralidade da ditadura civil-militar. Para a imprensa, “mundanas” também eram as mulheres que trabalhavam, bebiam, fumavam, frequentavam bares e boates, estavam na companhia masculina, por isso, eram consideradas suspeitas.

As “mundanas”, que tanto perturbaram a ordem da cidade e tanto chamaram a atenção do Estado, da polícia e da imprensa, não se encaixavam nas concepções de

sexualidades vigentes na ditadura, ou seja, não eram, aparentemente, mulheres destinadas ao casamento, submissas aos seus pais e/ou maridos, como fariam as “boas moças honestas”. Na contramão do modelo “ideal”, eram mulheres de caráter “subversivo” – outro termo que acompanhou a descrição delas pela imprensa – frequentadoras de lugares considerados masculinizados, “cheios de vícios” e “hábitos licenciosos”. Podiam ser classificadas como ciumentas, briguentas e violentas, marcas do estigma que as acompanhou e das estratégias de controle social que estavam em curso. Porém, pode revelar também as resistências de gênero em Maceió.

Essas mulheres entraram no domínio e no controle do biopoder. Sobre elas os jornais escreveram, sobre elas a força violenta das ações das autoridades mobilizaram-se, abateram-se.

Além das obras teórico-metodológicas, trago um diálogo com os trabalhos de Rago (1990), Schettini (2002), Pereira (2004), Vieira (2008) sobre prostituição no Brasil. Em *Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, Rago apresenta uma análise sobre a prostituição feminina em São Paulo, entre os anos de 1890 e 1930, detendo-se nos discursos que envolveram a prática na época. A autora procura historicizar as “representações imaginárias” que se cristalizaram sobre a prostituição no ideário social, bem como, o que a autora chama de ‘as economias da imagem da prostituta’.

Cristiana Schettini buscou realizar uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Na obra *Que tenhas teu corpo: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*, propõe-se a pensar uma história da prática da prostituição por um viés marxista da história social do trabalho.

Em “*As “decaídas”: prostituição em Florianópolis, 1900-1940*”, de Ivonete Pereira, e no trabalho *Maracangalha: vilarejos das desocupadas: espaço de prostituição e boemia na região carbonífera catarinense*, de Adriana Fraga, sobre a prostituição em Santa Catarina, foi dada atenção à lógica da medicina positivista castradora, o discurso jurídico criminal, como também o viés econômico, assuntos abordados pelas obras.

As referências mencionadas ajudaram-me a pensar os primeiros enredamentos da prostituição urbana no Brasil, entre o fim do século XIX e o início do século XX. Já

os trabalhos de Renan Quinalha (2017), Rafael Ocanha (2014) e Elias Veras (2015) foram importantes para discutir as ações moralizantes do regime civil-militar, principalmente, quanto à questão das sexualidades dissidentes.

No primeiro capítulo, **A cidade e os dispositivos de controle: imprensa, biopolítica e produção de estigma**, analisamos como as ações estatais na capital alagoana buscaram enquadrar a cidade na lógica da biopolítica do regime civil-militar, que resulta em um processo de urbanização moralizante da cidade, visando o controle dos corpos “indesejados”. Problematizamos ainda a construção do Instituto Penal Feminino de Maceió, a fim de compreender as dinâmicas de encarceramento feminino pela delimitação do espaço urbano num ordenamentos moral. Investigamos como a cidade é moldada a partir de interesses políticos específicos, que corroboram e legitimam grupos em detrimento de outros. Nesse sentido, a imprensa é analisada como um dispositivo de controle que valida as práticas da biopolítica e os valores morais da ditadura, ela será essencial no processo de formação das cidades e na configuração dos corpos.

No segundo capítulo, **A miséria da imprensa: discursos e contradiscursos sobre a prostituição**, historicizamos os discursos produzidos pela imprensa sobre a “prostituta” e a “mundana”, fazendo uma leitura interseccional dessa produção discursiva. A preocupação do capítulo é demonstrar como os jornais funcionaram como legitimadores da moral sexual da ditadura civil-militar. E, para finalizar o capítulo, apontaremos os contradiscursos produzidos pelas mulheres, que revelam como, para além do discurso de miserabilidade produzido pela imprensa, a prática da prostituição e as experiências femininas relacionadas a ela constituíram-se como lugar de protagonismos, lutas, resistência e liberdade.

No último capítulo, **“Guerra contra as mariposas”: operações Doméstica e Mariposa**, discutimos as ações violentas de perseguição, censura e prisão promovidas pelos aparatos do Estado, a fim de controlar a aparição pública da prostituição em Maceió. Destacamos, inicialmente, a “Operação Doméstica” (1969), voltada à busca e apreensão de domésticas na capital alagoana pela “Rádio Patrulha”². Em seguida, analisamos a “Operação Mariposa” (1969) e os seus

² A Rádio Patrulha é a modalidade de policiamento ostensivo realizada por policiais em viaturas com rádio, empregados de forma técnica, tática e operacional, em permanente contato com uma central de operações.

desdobramentos pela ação dos diversos “rondões”, o recolhimento de “mundanas”, a articulação com a Secretaria de Saúde do Estado e uso do discurso médico como dispositivo de controle. Essas ações resultaram no fechamento de diversas “casas suspeitas” e o deslocamento das “mundanas”, de áreas centrais da cidade para casas que funcionavam no bairro do Canaã, localizado na região do Tabuleiro dos Martins, distante do Centro.

1. A CIDADE E OS DISPOSITIVOS DE CONTROLE: IMPRENSA, BIOPOLÍTICA E PRODUÇÃO DE ESTIGMA

Este capítulo tem por objetivo analisar as práticas da biopolítica em Maceió durante a ditadura civil-militar. A criação do Instituto Penal Feminino, por exemplo, fez parte da lógica utilizada na gestão da cidade e no controle dos corpos de mulheres. Também a construção do Instituto Penal Feminino de Maceió, o surgimento do bairro do Ouricuri e a produção de discursos sobre ambos, localizado na imprensa da época, traduzem o projeto moral e urbanístico que visa segregar pessoas na gestão dos espaços públicos.

Analisando a imprensa e o Instituto, podemos perceber que eles funcionaram como tecnologias de produção de discursos que fortaleceram práticas de separação dos sujeitos “indesejados”, direcionados para lugares como o Ouricuri. Ao serem visadas pelas estratégias da gestão pública, determinadas regiões passaram a ter visibilidade nas páginas dos jornais enquanto exemplo “miserabilidade” e esconderijo de “prostitutas e marginais”. Nesse contexto, a imprensa atuou como dispositivo de controle e de produção de estigmas, sobre espaços e sujeitos ditos desviantes.

1.1. Erradicar ou urbanizar: Ouricuri, “reduto dos indesejados”

Em 14 de julho de 1974, o *Jornal de Alagoas* apresentou a seguinte manchete: “Sampaio afirma que Maceió está enfrentando uma inchação urbana” (14 de julho de 1974, p. 5). A notícia refere-se a João Sampaio, naquele momento prefeito de Maceió, que acreditava que o êxodo rural estava sendo um grande problema para a capital que administrava. As pessoas que vinham do interior do estado de Alagoas causavam o rápido aumento de habitantes e o crescimento desordenado de Maceió, que “inchava”, ao não comportar os novos moradores. De fato, em pouco tempo, entre os anos de 1940 e 1970, a cidade teve sua área urbana ampliada. Esse crescimento, segundo Guilherme Lopes, foi de 24% em 1940 para 40% em 1970 (LOPES, 2018, p. 123).

O fluxo migratório intenso naquele período foi ordenado por dois eixos principais: a expulsão dos/as trabalhadores/as do ciclo da cana-de-açúcar, quando

findou pelos anos de 1960 o uso extensivo dessa planta sobre os tabuleiros costeiros³; e a atração provocada pela construção da Salgema⁴ (hoje Braskem), no ano de 1976. O surgimento de atividades produtivas ligadas à extração mineral fortaleceu a dinamicidade de Maceió, enquanto centro de interesse para migrantes (LOPES, 2018, p. 131). Dessa forma, o período que vai de 1970 a 1988 marca importante mudança na organização socioespacial da capital. Além da instalação da Salgema (em 1976), a fundação da Universidade Estadual de Ciências e Saúde – UNCISAL – (em 1970) e a construção da primeira unidade prisional feminina, o Instituto Penal Santa Luzia (em 1974), dando contorno ao novo cenário.

A “desordem urbana” será tratada pela administração pública como um assunto central. O fenômeno foi chamado assim porque não permitia aos administradores controlar o surgimento de novas habitações na cidade, em síntese, dificultava a aplicação de um planejamento urbano na região. Nas palavras do prefeito, esse crescimento acelerado provocava uma “inchação urbana”, tão intensa, que não poderia ser acompanhada pela administração pública.

Tal processo resultou na formação de periferias como o bairro do Canaã, considerado um reduto da prostituição de mulheres cisgêneras, como veremos no terceiro capítulo desta dissertação. Outro local destacado negativamente pela imprensa e pela gestão da cidade, foi o bairro do Ouricuri, uma “favela” na zona central. Esse bairro foi recorrentemente associado à pobreza e à promiscuidade. Assim, para os gestores e a imprensa, o crescimento territorial extensivo seria a causa de diversos problemas socioespaciais, como a produção de aglomerados (JAPIASSÚ, 2015).

A busca por enquadrar a cidade num ideal urbanístico era igualmente parte dos interesses expressos pelo regime civil-militar. Para tanto, foi colocado em processo a regionalização, a ordenação dos espaços, a separação dos corpos, o controle dos “indesejáveis”. As medidas adotadas eram sinônimo de progresso para o

³ As terras planas do sul alagoano que se transformam em uma espécie de ilha em meio a áreas de relevo acidentado, foram historicamente utilizadas para o cultivo da cana-de-açúcar.

⁴ Salgema foi uma empresa de exploração da rocha sedimentar conhecida como sal-gema - cloreto de sódio acompanhado de cloreto de potássio e de cloreto de magnésio. Ao instalar-se em Alagoas em 1976, iniciou a extração do mineral na região e, após sofrer algumas mudanças internas de administração, passou a se chamar Trikem em 1996. No início de 2002 as instalações da petroquímica foram adquiridas pela Braskem.

país, demonstrando a tentativa de inserir a cidade na lógica do poder. Foucault (1975) chamou de biopoder esse conjunto de relações de força, que se instala com propósito de controlar os corpos e os espaços. Partindo do pressuposto da genealogia do conhecimento, ou seja, da construção de uma história do conhecimento e de suas percepções, ele propôs uma base analítica que desloca a compreensão do poder da centralidade soberana do Estado para as relações sociais. O biopoder, mais do que vigiar e punir as pessoas, pretende fazer obedecer, estabelece-se como um regulador da vida e também dá permissividade à morte. É um poder que ao mesmo tempo produz e é fruto de discursos de verdade. Os discursos cumprem funções pertinentes à lógica de dominação neoliberal. Em *Vigiar e Punir*, obra sobre as instituições carcerárias, Foucault disse-nos.

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: 'ele exclui', ele 'reprime', ele 'recalca', ele 'censura', ele 'abstrai', ele 'máscara', ele 'esconde'. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 1975, p. 73).

O poder pensado por Foucault é algo que se estabelece nas relações sociais. Compreender o poder a partir dessa lógica, não é abandonar por completo a ideia de que existem macro e micro poderes. Todavia, importa-nos que na percepção foucaultiana o poder não existe como um ser imanente, fora do sujeito. Assim, buscamos compreender o poder para além da sua centralidade estatal, e sim como uma rede na qual estamos todos/as envolvidos/as. A noção do biopoder desenvolvida por Foucault (1975) traz recursos para analisar o ordenamento de Maceió durante o período estudado, pelo mapeamento do poder, que traça uma regulamentação da vida e uma ordenação das pessoas e dos espaços. Ele está inscrito nas práticas, no controle dos corpos, na determinação de como cada um deve viver, e possui dois eixos. De um lado a disciplina, que Foucault (1975) chamou de poder disciplinar, direciona-se especificamente ao controle dos corpos dos indivíduos. De outro, as instituições, que disseminam a disciplina, a exemplo da instituição escolar, as prisões e os sanatórios. Além disso, a biopolítica está envolvida no controle da natalidade, na saúde pública, nos processos de migração, nos espaços urbanos, nas formas de sociabilidade, etc. Um poder que, em suma, atinge a todos, punindo e/ou submetendo

os corpos. A noção de biopoder desenvolve-se juntamente com o de poder disciplinar, enquanto o primeiro tenta abarcar ao todo, o segundo detém-se nos indivíduos, na busca de uma produção adequada, visando seu enquadramento.

A cidade iniciou a tomar novas formas, novas sociabilidades dentro da lógica de governamentalidade instaurada pela ditadura civil-militar. A concepção de governamentalidade foi apresentada por Foucault (2008) no texto “Segurança, território e população”, resultado de uma de suas aulas (fevereiro de 1978). A governamentalidade foucaultiana articula-se dentro da lógica de dominação instaurada pelo biopoder e refere-se estritamente às formas que os governos conduzem a conduta de seus cidadãos, uma tecnologia do poder instaurada pela demanda de controlar a população, os sujeitos. É a partir da ideia de governamentalidade que podemos pensar a urbanidade, enquanto importante demanda para o regime ditatorial no Brasil.

A reformulação do espaço urbano passava pelo controle dos “indesejáveis” – prostitutas, mendigos, menores abandonados e larápios – sujeitos que passaram a ocupar lugar central no discurso sobre os “problemas” de Maceió. Reconhecidos muitas vezes como corpos a serem expurgados em nome do “progresso da cidade”, ou, ao menos, de sua face mais visível.

Os discursos sobre o Ouricuri, que foi, até os anos de 1970, um bairro da capital alagoana, encontram-se nessa lógica. O bairro ficava localizado entre o Centro de Maceió e o Trapiche da Barra, onde atualmente está o bairro do Prado. O Ouricuri era retratado como um “reduto dos indesejados” – bêbados, ladrões, mendigos, meretrizes, vagabundos – que ocupavam as suas ruas estigmatizadas, sinônimo de “perigo e reduto de escórias”. Um lugar de “mundanas” e de marginais” ligados à “prostituição” e à “violência”. Por essas definições, analisar os discursos produzidos sobre esse bairro possibilita compreender a lógica do biopoder em Maceió: poderes articulados para disciplinar corpos e espaços, num anseio de alcançar a ordem de gênero urbana ideal, por meio da governamentalidade.

Ocupado “ilegalmente” por pessoas que não poderiam arcar com os custos de vida em outros locais da cidade, o Ouricuri passou, nos anos finais da década de 1960, a despertar grande atenção no debate sobre o espaço urbano. Ele será alvo do discurso dos jornais, dos debates políticos e, principalmente, da atuação da polícia. Rubens Duarte reforça essa análise, em *O protagonismo e a sedução do Mar e da*

Laguna em Maceió e o imaginário das águas na cidade. Ele estudou a organização de Maceió pela perspectiva da orla marítima e lagunar. Interessava-o também analisar o processo de valorização dessa área, onde desenvolveram-se periferias como o Ouricuri.

A praia do Sobral carrega o estigma de lugar desvalorizado desde o tempo do urbanismo higienista, quando no início do século XX era lugar de despejo de fezes do quartel da polícia e, pela localização nessa região da cidade, dos equipamentos urbanos indesejáveis que precisavam ser inviabilizados – cemitérios, matadouros etc. Seguiu, com a formação da favela do Ouricuri na segunda metade daquele século – a ocupação de uma área desvalorizada justamente pelas pessoas que não podia pagar pela cidade legal, com lotes legalizados, urbanizada (DUARTE, 2018, p. 160).

A preocupação com a urbanização da capital é evidente, mas podemos notar que ela não decorre de um desejo de trazer recursos que viabilizasse a vida dos/as moradores/as do Ouricuri. Trata-se antes da necessidade de eliminação daquilo que a administração pública da capital rotulou de “sujo”, que aludia à pobreza e à miséria. Esse discurso será utilizado como meio de determinar modos de vida aceitáveis, com isso, o biopoder procura ordenar a vida, controlar os sujeitos e os espaços. A ideia de urbanidade aparece como contraponto para a “desordem”, está ligada a um desejo de ordenação e organização da cidade, que deve estar adequado com os ideais morais da sociedade capitalista. O corpo e o espaço disciplinado, adestrados, são o centro desse interesse.

Em um texto de 1976, o colunista do *Jornal de Alagoas*, José Otávio Rocha, traz a sua visão sobre esse “problema”. Para o jornalista, o Ouricuri representava o oposto da urbanidade desejável, atraso que fazia oposição ao progresso visto em Maceió, sendo, nas suas palavras, algo “deprimente”. Ele utilizou o discurso da urbanização e do progresso, para apontar a “necessidade de uma intervenção na favela”, “antevisão deprimente”, perante o novo complexo industrial da Salgema, que, por sua vez, aparece como símbolo de progresso econômico. Ele também destacou a necessidade de intervenção da prefeitura no local, propondo sua urbanização, a fim de fazê-lo acompanhar o desenvolvimento da região.

A favela do Ouricuri oferece continuamente um contraste social com as novas e modernas residências que rodeiam, constituindo-se até

mesmo em uma antevisão deprimente para o complexo industrial com que nos defrontamos um pouco mais à frente, em função da Salgema. A prefeitura pensa em urbanizar o local? Entende o prefeito Dilton Simões que, em face das sensíveis modificações da paisagem urbana com que nos deparamos naquele trecho do Trapiche da Barra, a urbanização ali fatalmente ocorrerá, sem necessidade de utilização de instrumento de pressão por parte do Poder Público. A própria valorização imobiliária e a expansão do distrito cloro químico, contribuirão dentro de pouco para o Ouricuri fique alijado de sua face de miséria e subdesenvolvimento. Aplicar recursos na área, para o administrador da cidade, seria desperdiçar o que seria melhor utilizado para problemas mais urgentes (*Jornal de Alagoas*, 1976, p. 5).

Dilton Falcon Simões⁵, durante o período que ocupou o cargo de prefeito de Maceió, não compartilhava da mesma preocupação e ansiedade dos demais. Para ele, o Ouricuri seria inevitavelmente urbanizado, como consequência das mudanças pelas quais a cidade já passava. Contudo, foi um dos prefeitos que mais investiu na organização do espaço urbano maceioense, até hoje conhecido pelas obras realizadas durante sua gestão. Segundo Guilherme Peixoto (2022), organizador do *site* Bairros de Maceió,

Durante sua gestão na Prefeitura Municipal de Maceió, Dilton Simões drenou e removeu o canal da Levada, foco de poluição e doenças situado dentro da paisagem urbana da cidade, e sobre ele construiu o Mercado da Produção, que se tornou símbolo da sua administração. Construiu os viadutos Graciliano Ramos e Jorge de Lima, no prolongamento da Rodovia Leste-Oeste, possibilitando a ida ao bairro do Farol sem ser ter que enfrentar o trânsito do centro. No centro da cidade, construiu dois calçadões, nas ruas do Comércio e Conselheiro Lourenço de Albuquerque, e urbanizou a Av. Duque de Caxias.⁶

Podemos notar que o prefeito não afirma o permanente “atraso” do Ouricuri. Para ele, o bairro inevitavelmente seria urbanizado, o investimento na região por parte da prefeitura, portanto, seria um desperdício, supondo que pela dinâmica na qual estava inserida, logo a região tornar-se-ia alvo da especulação imobiliária, causada pela construção do distrito petroquímico⁷. Sendo assim, ele não demonstrava

⁵ Dilton Falcão Simões, que fez parte do partido ARENA, foi prefeito de Maceió entre os anos de 1975 e 1979, nomeado pelo governador Divaldo Suruagy.

⁶ Bairros de Maceió. Disponível em: <http://www.bairrosdemaceio.net/prefeitos/dilton-falcao-simoes>. Acesso: [08 fev. 2023].

⁷ O distrito petroquímico de Maceió, inaugurado pela Salgema, foi instalado no bairro de Bebedouro, orla lagunar de Maceió. O distrito serviu para a produção de petróleo e gás natural na capital.

desinteresse pelo desenvolvimento de Maceió, porém, ignora a necessidade de intervir em uma área específica, ainda “subdesenvolvida” e “foco de marginais”.

Todavia, a preocupação com o Ouricuri não surge em 1975. Em 1969, época da gestão do prefeito Divaldo Suruagy⁸, o lugar já vinham sendo alvo das notícias do jornal *Gazeta de Alagoas*, que relata os planos de urbanização da “área favelada”, pela Companhia de Habitação Popular de Alagoas – COHAB-AL.

Erradicar ou Urbanizar, o que se apresenta mais viável no Ouricuri, é a nova frente de trabalho aberta pela COHAB-AL, em razão disso, por determinação do presidente Luiz Renato de Paiva Lima, o Departamento de Serviço daquele órgão iniciou, em dias da semana passada, o levantamento da área favelada para conhecimento das reais necessidades dela.

O Ouricuri será a primeira área favelada, a ser trabalhada pela COHAB-AL, devendo o resultado servir de experiência aquele órgão habitacional, que pretende, dependendo do êxito da experiência inicial, estender esse tipo de trabalho a outras áreas faveladas da cidade, contribuindo assim, para a melhoria do *status* social dos moradores.

A curto prazo, pretende a COHAB, através de seus serviços específicos, estudar as condições urbanísticas e socioeconômicas da favela como primeira etapa do trabalho está sendo realizada uma pesquisa socioeconômica [...].

Os estudos realizados dirão da viabilidade da erradicação ou renovação urbana da referida favela, ressaltando-se, no entanto, ser a tendência da atual urbanização, pois ela oferece condições de segurança, e como já é conhecido através dos estudos e tentativas de trabalho ali levado a efeito por outras entidades, a favela enfocada não se gerou espontaneamente, mas é antes, uma resultante da fixação naquela área de elementos, que irão tendo outras oportunidades ali.

Os que ali se estalaram levaram em conta a proximidade com o trabalho, tendo em vista o baixo custo das habitações. Desta forma, qualquer deslocamento para longe da área desequilibraria a renda familiar.

RENOVAÇÃO URBANA

A renovação urbana consistiria na implantação na favela de todas as obras de infraestrutura necessárias, além da legalização de terrenos onde se encontram os barracos, e ainda, a melhoria dos barracos ou a substituição por uma habitação condigna, contribuindo para integração da favela no panorama urbano e de seus moradores na comunidade que vivem. (*Gazeta de Alagoas*, 1969, p. 5)

⁸ Prefeito de Maceió no período de 03 de fevereiro de 1966 a 05 de fevereiro de 1970, Deputado Estadual e Federal, Governador do Estado de Alagoas entre os anos de 1975 e 1978 anos da gestão municipal de Dilton Simões, o qual tinha indicado como prefeito da cidade de Maceió.

Como mencionado anteriormente, Maceió estava passando por um processo de mudanças. Os bairros da “cidade baixa” (Centro, Levada, Bebedouro, Jaraguá, Trapiche, Vergel e Ponta Grossa), tornavam-se rapidamente áreas valorizadas. Por outro lado, o *status* estigmatizado do bairro do Ouricuri pesava negativamente em sua imagem, por ser considerado um local de pessoas de “baixa índole”. Pela narrativa dos jornais, nele poderia ser encontrado toda a sorte de “miseráveis”, “prostitutas” e “maconheiros”, sem contar os problemas estruturais, a lavagem de roupa nas portas, a falta de saneamento básico, as crianças maltrapilhas e as casas em péssimas condições (*Jornal de Alagoas*, 1970, p. 4). O Ouricuri era enquadrado nos discursos moralizantes dos gestores públicos e da imprensa local como um incômodo urbano, o que justificava a necessidade de intervenção pública, objetivando “contribuir para a melhoria do status social dos moradores” (Idem). O Ouricuri não pode ser traduzido somente como um espaço geográfico, ele foi constituído pelas pessoas que ali habitavam, é por isso que a preocupação estatal com a “renovação urbana da referida favela”, reverbera-se no *status* estigmatizado de seus moradores.

O conceito de estigma utilizado neste trabalho pode ser encontrado em Erving Goffman (2008). O autor examinou o estigma e a identidade social, os desvios e o comportamento desviante. O estigma pode ser definido como um modo de desqualificação, desprestígio social de indivíduos e lugares, por causa das marcas que possuem. Será desqualificado aquele que for identificado com essa marca, dessa forma, sua aceitação na sociedade não é dada plenamente. De acordo com Goffman, ele funciona como um instrumento para categorizar os indivíduos, pela relação entre atributo e estereótipo.

Elias Veras (2015), em sua obra *Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza*, trata do surgimento da figura pública do sujeito travesti na relação com a mídia. O autor utiliza a ideia de estigma desenvolvida por Goffman como categoria de análise histórica, juntamente à noção de dispositivo foucaultiano, conjunto diverso de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis etc. Assim como Veras, acionamos a categoria estigma como ferramenta de análise da legitimação das incursões do poder público no Ouricuri e os constantes pedidos para que o bairro fosse urbanizado.

A lógica discursiva no interior da disciplinarização das cidades encaixou com os interesses defendidos pela ditadura civil-militar. A retórica de moralidade e ordem

pública tomou por “subversivo” tudo que fosse de encontro às pretensões autoritárias do regime. As cidades precisavam ter parte no *slogan* “ordem e progresso”, por isso a lógica da governamentalidade produzia novas demandas instauradas pelo governo civil-militar.

A Praça da Faculdade em Maceió, que compreendia desde os arredores da antiga Faculdade de Medicina (1950) ao antigo Instituto Médico Legal (1953), é uma expressão do rápido crescimento da oferta de serviços e movimentação de transeuntes que atinge a parte baixa de Maceió. Também por ali havia diversos cinemas desde os anos de 1950: São Luís (Centro), Lux (Ponta Grossa), Ideal (Levada), Royal e Plaza (Poço). Durante o período em que funcionaram, os cinemas foram importantes instrumentos de sociabilidade local. Mas não eram só os cinemas, havia a emergência de novas habitações e do distrito petroquímico. Assim, a declaração de Dilton Simões, que somente uma região desenvolvida mereceria o investimento de verba pública, localiza-se nesse contexto. São esses recortes também destacados na obra de Jéssica Gonsalves, que analisa a história e a construção da sociabilidade urbana do bairro do Prado:

[...] a construção de residências modernistas, adensou a ocupação ao logo da Avenida Siqueira Campos [...] de forma gradativa o bairro do Prado continuava a se modificar. A sua principal avenida e ruas próximas tornaram-se posteriormente, uma área comercial devido a sua proximidade ao bairro do centro e a necessidade de suprir as carências locais. No terreno onde existia o antigo Asilo, foram construídos três edifícios residenciais: o Ômega, Antares, Vega e Maison Chateaubriand, dando início ao crescimento vertical do bairro (GONSALVES, 2018, p. 42).

Duas palavras caracterizam a preocupação do *Gazeta de Alagoas* com a localidade: “erradicar” ou “urbanizar”. Qual o melhor meio para a “solução” do “problema” Ouricuri? Como já dito, a biopolítica utiliza-se de um poder que ordena a vida da população, por isso, a existência do bairro naqueles moldes era uma afronta à ordem imaginada para a cidade. Se não se encaixasse nos moldes do poder, era preferível que deixasse de existir. Como diz o *Jornal de Alagoas*, as possibilidades são apenas duas: “viabilidade da erradicação ou renovação” (1970, p. 4).

Nota-se a preocupação de salientar que as mudanças no Ouricuri não ocorreriam de maneira arbitrária, desordenada, mas deviam estar baseadas em

modelos modernos de urbanização e na preocupação com o bem-estar da população local. A COHAB-AL, desse modo, foi acionada para analisar a viabilidade da restauração, para que de habitação de pessoas com “moralidade duvidosa”, o Ouricuri fosse transformado em um conjunto de habitações “dignas”, adequando-se aos padrões sociais esperados. Esse mesmo plano de urbanização, que implicava no desenvolvimento nacional, operava desde 1970 em outras cidades. Isso é salientado por Reinaldo Lohn (2011), em trabalho sobre a organização urbana brasileira, do período da ditadura civil-militar ao de redemocratização.

Até o início da década de 1970, a gestão urbana dos governos militares esteve basicamente centrada numa política habitacional dirigida às camadas médias. A estrutura estatal deveria estar tecnicamente preparada para formular políticas que estabelecessem uma melhor relação entre distribuição espacial da população e desenvolvimento econômico. As cidades constituiriam as peças a ser manipuladas como parte de um “sistema urbano” que favorecesse o controle do espaço territorial e a integração nacional (LOHN, 2011, p. 168).

Numa reportagem do dia 12 de julho de 1970, o *Jornal de Alagoas* apresentou: “Ouricuri: de dentro de casa se vê o céu [...]. Mas não presta, só dá desgosto”. Enquanto isso, a edição do *Gazeta de Alagoas*, em novembro de 1969, destacava os projetos da administração pública de Maceió para o bairro por meio da atuação da COHAB-AL. Um ano depois, o *Jornal de Alagoas* chamou atenção para a “miserabilidade” do local, utilizando para caracterizar a região o relato dos próprios moradores.

Crianças vestidas com trapos ou mesmo nuas, pequenas choupanas, quando não barracas, cobertas parcialmente de tábuas e palhas, lixaria, lavagem de roupas nas portas e lamaçal a cada casa é o que primeiro se avista quando se põe os pés nas terras do Ouricuri. Tudo isso é visto de relance, o que vem a dá maior objetividade ao drama. Se persiste em alguém a dúvida dessa verdade a conversação com alguns de seus moradores virá, com o suficiente, e ninguém melhor do que eles que vivem há anos naquele local, para falar.

“Moro aqui porque não tenho dinheiro para pagar outra casa; entro na minha casa que de dentro se vê o céu e tem mais, aí tem um túnel que quando chove ele enche d’água”, declarou Maria Cícera da Silva mãe de 3 filhos e às vésperas do quarto. Sua morada é um pequeno quadrado, onde mal e parcialmente são levantadas 4 paredes de taipa e tão inseguras, que a casa chega tomar posição inclinada, não por

estética, mas por deficiência do material acrescido da chuva que vem levando. No recinto, só se vê para a dormida uma cama de casal, onde necessariamente dormem cinco, incluindo seu marido. Já imaginaram?

Interrogada sobre a lavagem de roupa na própria porta, disse: “tem uma lavanderia aqui, mas é só para as ricas e elas cobrem os tanques com uma toalha para ninguém ocupar eles e isso é a maioria, contando as poucas que cede. Isso não presta, só dá desgosto e raiva.

Também D. Alice Cruz Oliveira reclama de sua sorte ligando-a ao bairro do Ouricuri, onde mora há 20 anos e que só tem tido desgosto e raiva, brigas e doenças.

Não vamos contestar ser o Ouricuri o bairro dos marginais. Os que ali residem e não o são não têm culpa de ser o bairro assim cognominado. E o que ajuda, são as condições que incentivam e o esquecimento em que é encontrado. Por outro lado, é mais conhecido nas Delegacias de Polícia parecendo competir com outros bairros de nossa cidade, primeiro lugar em publicidade naquelas casas militares, o que chega a ser deprimente.

[...] Ouricuri é uma parte de nossa Maceió. Uma parcela do nosso Estado. Talvez, seja com certeza, um dos bairros que mais sofre com a miséria, sendo o primeiro na lista de desordens.

[...] o Ouricuri é todo uma desordenação gritando alto a necessidade de ser visto pelos órgãos de cúpula, para a tomada de uma solução não paliativa. E enquanto não são tomadas as medidas, necessárias aos problemas daquele bairro, tem seus moradores que se conformar adaptando-se às condições existentes. Isto porque não tem aquela comunidade meios de se desenvolver, tornando-se relativamente livre, não existindo nenhuma perspectiva de melhoria para aquela população. Um lembrete é só relacioná-las com as obras de grande envergadura que são construídas em nossa capital (Jornal de Alagoas, 1970, p. 4).

Enquanto o jornal *Gazeta de Alagoas* centraliza o discurso de sua reportagem na necessidade da implementação de reformas urbanas no bairro, o *Jornal de Alagoas* lança mão de subterfúgios que delineiam uma simbiose entre vida privada e vida pública, ali a privacidade não existiria. Notamos também que há duas esferas de organização da cidade, a moralidade e a urbanidade. Nesse contexto, a reforma urbana aparece aliada ao discurso de moralidade, pois o processo de organização dos espaços urbanos visa, acima de tudo, uma limpeza moral. Lado a lado nas páginas do jornal, “desordem”, “miserabilidade” e “degenerescência moral”, justificavam a necessidade de mudanças. São prescrições alinhadas à “moral” e aos “bons costumes”, noções caras às práticas de biopoder exercidas pelo regime civil-militar.

Essas práticas adotadas durante o período da ditadura correspondem a uma busca pela hegemonia moral e sexual que deveria permear todos os espaços, mas principalmente a vida dos sujeitos. Dessa maneira, a ordenação moral exigida aos espaços tem como objetivo a ordenação da vida dos sujeitos. Nesse caso, atua contra os habitantes do Ouricuri, estigmatizando-os em decorrência de sua suposta pobreza econômica e moral. Segundo Goffman, a construção de identidades sociais estigmatizadas é feita por vias autoritárias, de forma que os portadores do estigma são cristalizados em estereótipos sociais depreciados. O Ouricuri é reconhecido a partir dessa lógica, estigma que recai sobre o espaço físico, mas principalmente sobre os seus/suas moradores/as.

A preocupação com a privacidade e sua separação do público é mais uma face dessa moral catalisadora de ações. De acordo com ela, a ordem privada resultaria na ordem pública, discurso aprovado pela ditadura civil-militar ao definir a família como mola propulsora da sociedade, dela dependeria a ordem moral da cidade. O discurso de proteção da família será central para a lógica discursiva: a defesa dos valores cristãos, do decoro público, a salvaguarda da juventude, etc., farão parte das práticas de “repressão preventiva” do regime (QUINALHA, 2017, p. 57). A vida familiar deveria corresponder, assim como a cidade, ao ordenamento da biopolítica neoliberal adotada pelos censores da ditadura civil-militar. A ordem pública, assim, só poderia ser alcançada por meio de uma sociedade que vive em todos os aspectos a moral e os “bons costumes”, ainda mais no que diz respeito à família, formadora dos futuros cidadãos da nação.

Como exemplo dessas preocupações morais, vimos ser narrada a situação da residência de Maria Cícera Silva: casada, mãe de três filhos e moradora do Ouricuri. A ideia de que Maria Cícera Silva dormisse na mesma cama que seu marido e seus filhos soava absurda ao jornal. “Já imaginaram?”, pergunta o jornalista. Na concepção da moral urbana os espaços deveriam ser bem delimitados, privado e público não deveriam confundir-se, pois, como poderia pai e mãe dividir o leito conjugal com os seus filhos? Se o ordenamento da cidade fosse respeitado, os espaços seriam melhor delimitados. O lar – espaço privado reservado à família – deveria obedecer também a esse critério, evitando a todo custo “a baixezca e degenerescência moral”. Num movimento ascendente, segundo esses discursos, a moral é refletida da “menor célula da sociedade”, que é a família, para o geral, que é

a cidade. A situação urbana de uma comunidade corresponderia à situação moral das famílias que ali vivem, é por isso que, de acordo com essa concepção, a reforma urbana abrange assuntos morais. O Ouricuri, nas palavras de Dona Alice, é resumido a um “bairro dos marginais” (*Jornal de Alagoas*, 1970, p. 4). Para ela, isso era um fato incontestável, as famosas bigornas do Ouricuri eram comumente conhecidas por abrigar todos os tipos de “marginais e mundanas”, vindos de todas as partes de Maceió.

Esse anseio por novas “tendências de urbanização”, como destacam as reportagens, não era uma exclusividade da capital alagoana. Dinâmicas de mudança semelhantes ocorreram em outras partes do Brasil desde o final do século XIX. Como sabemos, o fim do período imperial brasileiro deu início às tentativas de aplicar vários projetos modernistas (culturais, sociais, arquitetônicos, políticos e econômicos), os quais integravam um plano maior de urbanização tecido nos moldes europeus, principalmente franceses e ingleses (PEREIRA, 2004). A modernização europeia vincula-se às novas demandas capitalistas, colocando a cidade no centro das exigências de transformação da economia mundial.

Fonte de interesse político da ditadura civil-militar, as cidades obrigatoriamente tinham que ser projetadas pela sintonia entre deveres morais e condições estruturais. Por isso, essa nova cidade surgiria através da organização urbana de espaços, dos projetos urbanísticos e arquitetônicos, mas acima de tudo, sua estrutura física confunde-se com um ideal moral, é pensada para cumprir os princípios do biopoder, conjunto de dispositivos com finalidade de subjugar os corpos e controlar a população.

Prolifera, durante o período analisado, discursos que cobram a urbanização de áreas periféricas, antes esquecidas, porém que ganham destaque enquanto “problema urbano”. O Ouricuri tornou-se uma questão justamente quando um padrão é politicamente imposto às cidades. O expurgo dos que não se adequassem aos novos modos urbanos era premente. Em Maceió, a palavra de ordem foi: “o Ouricuri é todo uma ‘desordenação’ gritando alto a necessidade de ser visto pelos órgãos de cúpula, para a tomada de uma solução não paliativa” (*Jornal de Alagoas*, 1970, p. 4). Assim, a “Renovação Urbana” foi arquitetada, “implantação na favela de todas as obras de infraestrutura necessárias [...]”, para integrá-la ao “panorama urbano” (*Jornal*

de *Alagoas*, 1969, p. 5). O Ouricuri não continuaria a ser um lugar de “miséria” e de “sociabilidade marginal”.

No dia 21 de abril de 1970, foi notícia em Maceió a prisão de duas mulheres, Maria José da Silva e Maria das Graças. Segundo noticiado, elas foram presas e submetidas a um interrogatório, porque dois policiais da Rádio Patrulha suspeitaram que as “Evas” sabiam de alguma coisa sobre o tráfico de entorpecentes, já que eram vistas no Ouricuri junto aos “marginais especializados em maconha” (*Jornal de Alagoas*, 1970, p. 4). Adjetivadas de “mundanas”, elas também foram descritas como “mariposas conhecidas pela polícia”, frequentadoras do Ouricuri e, portanto, suspeitas. Outras pessoas poderiam ser presas e interrogadas sob a mesma justificativa: foram vistas circulando pelo bairro. São esses sujeitos que entraram na mira do poder, controle ou eliminação, interesse central das estratégias do biopoder.

Dessa forma, a proposta de implementação desse “saneamento moral” (SCHETTINI, 2002), integrava as estratégias do biopoder para remodelar a cidade, por meio dos ideais morais cívicos de nação que permearam o discurso político da época. Para Foucault, essa moral nasce no seio da burguesia vitoriana do século XIX, é a partir dela que “os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população, são articulados um ao outro” (FOUCAULT, 1999, p. 299). Por isso, a cidade aparece nas preocupações de Foucault como uma disposição espacial pensada, concebida, um modelo artificial. Trata-se de uma realidade utópica, sonhada e efetivamente constituída no século XIX.

Ao falar do projeto de urbanização da favela do Ouricuri, o *Gazeta de Alagoas* destaca: “A renovação urbana consistiria na implantação na favela de todas as obras de infraestrutura necessárias, [...] contribuindo para integração da favela no panorama urbano e de seus moradores na comunidade que vivem” (23 de novembro de 1969, p. 5). O processo de urbanização defendido pelo jornal, faz com que ele esteja alocado centralmente no processo de moralizar a cidade, cumprindo a tarefa de propagação do ideal moral, uma das faces da urbanização. Urbanizar o bairro não significa apenas realizar “as obras de urbanização necessárias”, mas também disciplinar os corpos para que eles acompanhassem esse processo. Mulheres associadas à prostituição, marginalizadas, faziam parte do grupo de moradores do Ouricuri que precisava ser

integrado ao “panorama da cidade”, ou seja, obedecer ao enquadramento produzido pela nova gestão das subjetividades contemporâneas.

1.2. O Instituto Penal Feminino

A década de 1970 testemunhou o ritmo rápido com que Maceió experimentava configurações urbanas. A imprensa foi porta-voz dessas transformações. Em uma reportagem do *Jornal de Alagoas* encontramos a notícia de mais um empreendimento na capital, a construção do instituto penal para mulheres. O edital de construção do presídio feminino foi publicado no Diário Oficial de Alagoas em 17 de maio de 1974. Ele deveria ser construído nas proximidades do antigo instituto São Leonardo, no Bairro do Tabuleiro dos Martins.

Presídio das mulheres vai ser no Tabuleiro

O diário oficial de ontem publicou edital para a construção do prédio do presídio feminino a ser edificado no Tabuleiro, bem próximo ao Instituto São Leonardo. Como se sabe há tempo este assunto vinha sendo objeto de estudo por parte do secretário de segurança pública, cel. Nivaldo Tenório, ideia aceita pelo governador. Atualmente o presídio das mulheres funciona precariamente no andar superior da delegacia de Pilar, com o nome de Instituto Penal Santa Luzia, digerido pela assistente social Celme Leão, que também é uma entusiasta da nova construção, além de funcionar precariamente no Pilar o Presídio não oferece nenhuma condição para as reeducandas (*Jornal de Alagoas*, 19 mai. 1974, p. 3).

A construção do presídio feminino foi defendida pela prefeitura de Maceió e também pelas divulgações feitas através da imprensa. A obra entrou na conta dos avanços necessários ao processo de urbanização. Como acontecia nas grandes cidades, Maceió carecia de um instituto penal voltado ao atendimento do público feminino para tratar a suposta demanda de crimes praticados por mulheres. Se foi na França, no ano de 1863, que a primeira penitenciária feminina começou a ser organizada, no Brasil, até mais ou menos 1940, não havia nenhuma diretriz legal que normatizasse o encarceramento de mulheres (SANTOS, 2019). Com o código penal de 1940, temos pela primeira vez diretrizes que norteiam o cárcere feminino e que regulamentam a separação genérica entre homens e mulheres. Durante o domínio colonial, a maioria dos presos no Brasil eram homens, quase não havia espaço destinado às mulheres, não existiam normas de separação por gênero em ambientes

prisionais, de modo que o procedimento adotado com elas ficava a cargo das autoridades locais.

A “promiscuidade” era o principal ato ilícito atribuído às mulheres pelas justificativas favoráveis à construção do presídio feminino. Essa unidade específica para o encarceramento tinha outras vantagens, evitar as “atividades promíscuas”, resultadas do ambiente das prisões mistas. Se seguíssemos uma lógica matemática, talvez fosse possível supor que o número de mulheres autuadas pela polícia vinha aumentando. Entretanto, o número de mulheres presas nessas instituições era pequeno demais para justificar a criação delas.

O número de mulheres que respondiam a processo e eram efetivamente condenadas era reduzidíssimo. Lemos Brito, um dos maiores penitenciariastas da época, ressaltava o reduzido número das presas. Algumas pesquisas corroboram a posição de Lemos Brito. No caso do “Presídio de Mulheres”, os números são ainda menores. No ano de sua inauguração, em 1942, o Presídio recebeu apenas sete sentenciadas. A promiscuidade, em suas mais diversas formas, compôs a maior pauta de discussão a respeito da necessidade de se criar estabelecimentos especiais que abrigassem as mulheres infratoras (ARTHUR, 2011, p. 3).

Meados do século XX, quando os discursos sobre a necessidade de prisões femininas começaram a aparecer - não como meio de suprir uma demanda de presas, mas sim para a segregação feminina - foram criados e fortalecidos os mecanismos de controle, repressão e punição (SANTOS, 2019, p. 36). As instituições penais femininas não seriam apenas uma variação do modelo institucional masculino, elas teriam moldes específicos, correspondentes aos princípios da época (ARTHUR, 2011, p. 4). O ponto central da questão são as funções próprias e particulares das unidades de encarceramento feminino, enquanto dispositivos de controle do biopoder e expressão do poder disciplinar. Elas fizeram parte de uma maquinaria social, potencialmente desenvolvida para recuperar “mulheres pervertidas”, redirecioná-las ao papel social ancorado na feminilidade burguesa. A mulher, *Rainha do Lar*, como era muitas vezes referida no período do regime civil-militar brasileiro, ocupava o centro da família, deveria ser educada e treinada exaustivamente para o seu papel de mãe e esposa, correspondendo às exigências do seu “sexo”: a maternidade, o cuidado da família, os afazeres domésticos etc.

A prisão, aparelho disciplinar exaustivo, toma a seu cargo todos os aspectos da vida do indivíduo, cuidando dele com zelo totalitário: treinamento físico, aptidão para o trabalho, comportamento cotidiano, atitude moral e disposições. Ela é “onidisciplinar”: disciplina incessante, sem exterior nem lacuna, não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa, sua ação sobre o indivíduo é ininterrupta (BENELLI, 2014, p. 71).

A educação teve destaque entre os temas suscitados pela projeção das prisões femininas. Elas surgiram no século XVIII, em meio a crescente criminalização do sujeito feminino, com a finalidade de disciplinar os corpos assim reconhecidos. Sabemos que as instituições penais modernas vieram à tona, segundo Foucault, para sujeitar os corpos, desse modo, as atividades realizadas no interior desses lugares poderiam concorrer para esse fim (BENELLI, 2014, p. 65). No caso do Instituto Penal Santa Luzia, instalado em Maceió, essa lógica é revelada por uma reportagem publicada no *Jornal de Alagoas* em 27 de setembro de 1970. Entre o conteúdo do texto, a lembrança de que cursos foram promovidos no Instituto pela iniciativa do diretor desse estabelecimento, Otávio Rocha. Os cursos de entidades educativas tinham como objetivo a educação das detentas da prisão (*Jornal de Alagoas*, 27 set de 1970. p. 5). Os cursos cumpriam com a tentativa de incutir o princípio de feminilidade nas mulheres. No que tange a educação, elas tinham de ser “domesticadas”, antes de retornar ao convívio social. Esse mecanismo de controle, intercalado à ordem disciplinar, pretendia quebrantar seus espíritos para que fossem reconduzidas ao papel social que lhes caberia. Nesse contexto, a ressocialização não objetivava despertá-las para o uso de liberdades individuais, mas para cumprir seu papel no seio da família, como determina o ideal político e social da época.

Inicialmente a prisão feminina vislumbrava a segregação da mulher criminosa da mulher prendada, submetendo as primeiras a um local em separado, para a purificação, pois a mulher era considerada sexo frágil, de personalidade dócil e delicada, sendo a criminosa portadora de comportamento anormal, fugindo de sua natureza. Dentro dessa perspectiva a prisão feminina serviria para reconduzir a mulher novamente a desempenhar os papéis femininos socialmente idealizados, voltados a domesticação da mulher e à vigilância de sua sexualidade. O aprisionamento visava tornar as desviadas novamente dóceis, obedientes às regras sociais, buscando habilidades e prendas domésticas e o cuidado dos filhos. Tentava-se transformar as mulheres pecadoras e criminosas em mulheres aperfeiçoadas, passando a ser novamente voltadas ao universo do bom comportamento. Voltadas às práticas domésticas, as mulheres

delinquentes estariam preparadas a retomar o seio social e berço familiar (SANTOS, 2019, p. 34).

Dentro da linha de raciocínio utilizada pelos jornais, a prisão tinha por fim “reprogramar mulheres socialmente desvirtuadas, devolvendo-as à sociedade prontas para assumir seu papel social” (SANTOS, 2019, p. 33). A prisão feminina no Brasil nasce vinculada a valores religiosos estritos, tinha por alvo mulheres que ameaçassem a ordem moral da sociedade, sobretudo, àquelas associadas à prática da prostituição. Eram essas mulheres que frequentavam o ambiente hostil das prisões, que sofreram diretamente os impactos da nova ordem moral e judicial. Elas subvertiam os valores da moral familiar, ao menos assim eram reconhecidas, como um perigo que necessitava de controle. Desta forma, não ficamos surpresas ao encontrar, num período de tão intensa remodelação moral e urbana da cidade de Maceió, uma ênfase na necessidade de ser construído um presídio feminino. Ele sinaliza a instalação da ordem moral que acompanha a reformulação urbana, sua função principal está além da punição pela privação da liberdade. A prisão moderna condensa em si os mecanismos de controle do poder disciplinar e do biopoder.

O funcionamento do penitenciário é a forma concentrada de todas as instituições psiquiátricas, médicas, militares, industriais e pedagógicas do século XIX. A prisão é a imagem invertida da sociedade transformada em ameaça. Do ponto de vista jurídico-legal, a prisão é designada como detenção, privação de liberdade, meio de reparação a um dano causado à sociedade. Mas, para Foucault, a prisão é também o lugar de um suplemento de poder que ele denomina de penitenciário. Se o judiciário priva legalmente o indivíduo de sua liberdade, o penitenciário o controla e o transforma de modo exemplar (CANDIOTTO, 2012, p. 20).

Esses institutos não funcionavam como prisão provisória, eram para mulheres que já tivessem passado por todos os trâmites judiciais do processo criminal e que tiveram suas penas registradas. Com efeito, somente uma parcela das mulheres detidas pela polícia acabavam adentrando em um deles. É importante notar a diferença entre mulheres que passavam pelas delegacias de forma provisória e aquelas que foram condenadas especificamente por algum crime.

A diferença entre as mulheres detidas para mera averiguação, ou que passavam pouco tempo nas casas de detenção e delegacias e as que

passavam por processo, eram julgadas, consideradas culpadas e condenadas às penas de privação de liberdade (ARTHUR, 2011, p. 3).

No primeiro grupo está a imensa maioria das caracterizadas como “mundanas” e “arruaceiras”, elas apenas passavam pelas delegacias, lugares considerados inadequados, pois não “foram pensados para a presença feminina”, homens e mulheres acabavam misturando-se. Essa foi uma das preocupações que demonstrou o jornal *Gazeta de Alagoas*, ao alertar sobre a presença de “Mundanas trancafiadas com menores na Roubo e Furtos” (01 ago. 1970, p. 4). No caso em questão: “Marluce Alves da Silva e Maria dos Anjos da Silva foram acusadas e trancafiadas”. Por não haver salas diferentes daquelas que abrigavam os homens detidos, tiveram de permanecer “trancafiadas junto aos menores presos na delegacia”. A presença de mulheres junto aos homens, ainda que menores de idade, causava certa repulsa. De toda forma, era preciso haver lugares adequados para a detenção masculina e feminina.

Destarte, não é difícil entender o porquê das primeiras prisões femininas brasileiras – Instituto Feminino de Readaptação Social (Porto Alegre, 1937), Unidade Feminina de São Paulo (1942), Penitenciária Feminina da Capital Federal (Rio de Janeiro, 1941) – terem em comum a administração religiosa de freiras. As religiosas, em acordo com o Estado, tornaram-se responsáveis pela alimentação, higiene, educação doméstica e religiosa das mulheres detentas. De fato, uma tendência que se espalhou.

No dia 27 de setembro de 1970, o *Jornal de Alagoas* denunciou o abandono a que estava entregue o Instituto Penal Santa Luzia, que naquele momento encontrava-se sem direção.

INSTITUTO PENAL DAS MULHERES EM PILAR CONTINUA SEM DIREÇÃO

O Instituto Penal Santa Luzia, localizado na cidade de Pilar, que teve seu diretor demitido em ato governamental, continua sem nenhum titular até que seja nomeado o substituto legal.

Enquanto isto, o bel. Virgílio Marques é que tem dado assistência as presas que se encontram detidas naquele recinto. No momento não conhecido o nome do futuro dirigente daquele presídio, entretanto sabemos que o secretário de segurança pública irá colocar naquele estabelecimento penal, um elemento que corresponda com as atitudes desejadas pelo bel. Virgílio Marques trabalhando em conjunto.

José Otávio Rocha, ex-diretor do Instituto Penal Santa Luzia no desenvolvimento penal, inclusive movimentou cursos fazendo com que todas as reeducandas tivessem uma participação especial em cursos dado pela SENEAC e outras entidades

Experiência

O bel. José Otávio da Rocha movimentou extraordinariamente todo setor penitenciário do Instituto Penal Santa Luzia [...]. As reeducandas estão esperando no momento o novo dirigente, não se sabe o motivo que ocasionou a demissão do bel. José Otávio Rocha. Possivelmente ainda no decorrer da próxima semana será nomeado um novo diretor para aquele Instituto, que de maneira nenhuma pode ficar sem direção (*Jornal de Alagoas*. 27 set. 1970. p. 5.)

A reportagem do *Jornal de Alagoas* destaca que o instituto está sem direção devido a uma ordem governamental, que removeu o antigo diretor por motivos desconhecidos. A atuação do antigo diretor José Otávio Rocha é salientada, sobretudo, pela promoção de cursos para as mulheres detentas durante a sua gestão, o que teria movimentado-as no sentido de educarem-se.

O Instituto Penal Feminino de Pilar era a única prisão exclusivamente feminina de Alagoas, funcionava fora da capital do estado, mas numa região vizinha, a cidade de Pilar. Na contramão dos demais institutos brasileiros do século XX, foi comandado pelos representantes estatais através da Secretaria de Segurança Pública do Estado, ligada ao poder militar. A própria Secretaria de Segurança é uma fundação do período da ditadura civil-militar, fundada em março de 1970, seu primeiro secretário foi Francisco Fernandes Costa. No entanto, em 1974, quando foi construído o novo sistema prisional feminino, exercia o cargo de secretário o coronel Nivaldo da Costa. Junto a ele encabeçavam o projeto os coronéis Adalberto Andrade e Sebastião Ribeiro (*Jornal de Alagoas*, 16 de jun. 1974. p. 4).

Não é uma surpresa que a preocupação com os institutos penais femininos tenha aparecido em Alagoas no período mais intenso da ditadura civil-militar. A preocupação da biopolítica em exercer o poder sobre os corpos das mulheres entra em cena. Elas eram vistas como agentes subversivas, lógica cara ao discurso moral da ditadura civil-militar. A Secretaria de Segurança Pública articulou, com o governo estadual e empresários, a criação do novo instituto penal, que deveria atuar sobre o “problema da prostituição”. Francisco Fernandes Costa, em sua época de secretário, promoverá “estudos sobre o problema da prostituição” e “atuará para o fechamento

de casas suspeitas que estão funcionando na capital”⁹. Dias antes, o mesmo jornal, publicou que as autoridades queriam acabar com o problema da prostituição na capital, proibindo o *trottoir* e instaurando rondas policiais pelas “áreas mais afetadas pelo problema (*Jornal de Alagoas*, 24 jan. 1971, p. 5).

As mulheres que praticavam a prostituição ou a ela foram associadas, sentiram diretamente o peso das medidas da Secretaria de Segurança Pública, sobretudo, porque podiam ser presas. A ameaça estava estampada nas páginas dos jornais, elas seriam presas caso fossem vistas rodando pela cidade. Apesar de não ser considerada crime como o lenocínio, mulheres acusadas de prostituírem-se, foram direcionadas às delegacias, por conseguinte, às celas reservadas.

A Secretaria de Segurança Pública, ao mesmo tempo que promoveu a operações contra o que chamou de “problema da prostituição urbana” (nas regiões do Centro, do Ouricuri e nos bairros da orla lagunar: Ponta Grossa, Trapiche e Vergel), também organizará, junto ao poder público e a iniciativa privada, a construção do novo presídio, cumprindo o propósito de institucionalizar o encarceramento feminino em Alagoas. Em Maceió, no dia 16 de junho de 1974, mais uma vez é noticiada, com mais detalhes, a construção da nova penitenciária feminina. O projeto é destacado não só como um avanço para a segurança pública do estado, mas como parte do plano de governo de Afrânio Lajes, que também investiria em mais delegacias regionais.

PENITENCIÁRIA FEMININA SERÁ CONSTRÚIDA EM BREVE

Dentro de cento e oitenta dias Alagoas terá uma moderna penitenciária feminina e uma nova delegacia-regional, em decorrência de contratos firmados ontem à tarde, no palácio Floriano Peixoto, em cerimônia presidida pelo governador Afrânio Lages. Em ambos os empreendimentos o governo aplicará recursos superiores a R\$ 1.000.000,00, conforme revelou o secretário Nivaldo Costa, após realçar o apoio recebido do chefe do executivo estadual as realizações da secretaria de segurança, dentro da programação global do governo Afrânio Lages, neste **Ano da Construção**.

A mais importante das realizações ontem contratadas pelo governo estadual é, sem dúvida a penitenciária feminina, que se localizará numa das áreas próximas ao instituto São Leonardo, no Tabuleiro dos

⁹ Nivaldo Tenório, coronéis Adalberto Andrade e Sebastião Ribeiro, assistente social Celme Leão, além dos senhores José Torres e Petrúcio Lima diretores das empresas incumbidas de executar as obras contratadas.

Martins. Esta obra tem o custo orçado em Cr\$ 790.315,05 e dentro do prazo contratual estará concluída dos próximos 180 dias.

O outro empreendimento contratado pelo governador Afrânio Lages na área da Secretaria de Segurança Pública é a construção da delegacia regional de São Miguel dos Campos [...] devendo estar pronta também dentro de seis meses.

Com isso, a atual administração estadual, que já construiu e colocou em funcionamento as regionais de Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Arapiraca e União dos Palmares, bem como, vem acelerando as obras de Delmiro Gouvêia, Penedo e Matriz do Camaragibe, concluirá toda uma programação traçada, no sentido de dotar municípios polos do Estado de novas e modernas delegacias.

Presenças

Cerimônia presidida pelo governador Afrânio Lages na sede do governo estadual contou a presença do secretário Nivaldo Tenório, coronéis Adalberto Andrade e Sebastião Ribeiro, assistente social Celme Leão, além dos senhores José Torres e Petrucio Lima diretores das empresas incumbidas de executar as obras contratadas (*Jornal de Alagoas*, 16 jun. 1974, p. 4).

Podemos ver na reportagem que a construção da Penitenciária Feminina de Maceió era uma das obras principais do governo na área de segurança pública. É, nas palavras do jornal, “a mais importante das realizações ontem contratadas”, faz parte de uma “programação global do governo Afrânio Lages”, ou seja, de um conjunto de obras que pretende trazer para Alagoas avanços iguais aos vistos no restante país. A ideia da penitenciária feminina não é um fato aleatório entre os objetivos do governo de Alagoas, compõe um campo mais geral de realizações previstas na agenda do governo da ditadura civil-militar. O assistente social Celme Leão, diretor do Instituto Penal Feminino, foi citado também em uma outra reportagem do dia 24 de maio de 1974, como um entusiasta do projeto de construção do novo presídio feminino em substituição ao que existia em Pilar.

Além de penitenciária feminina, prédio público que visava abrigar mulheres legalmente sentenciadas para o cumprimento de suas sentenças, os institutos penais femininos eram parte da lógica do biopoder. As investidas do Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública e da polícia militar, fazem parte desse poder.

O controle de mulheres praticantes da prostituição, ou a esta prática associadas, revela a norma que se estabelece e legitima-se por meio de discursos de verdade. Estabelecimentos como os institutos criminais serão centrais para o que

afirmou Gouveia Filho: “estão trabalhando para a recuperação das infelizes mulheres dessa escravidão” (*Gazeta de Alagoas*, 1972, p. 5). Dessa forma, a prisão é um dos dispositivos institucionais que trabalham para incutir a norma socialmente instituída, “livrando essas mulheres da condição degradante da prostituição, incutindo nelas seus verdadeiros papéis femininos” (*Gazeta de Alagoas*, 1972, p. 5). Do ponto de vista foucaultiano, em nossa sociedade, a norma é estabelecida de forma mais abrangente que a lei, ela é difusa, um padrão cultural socialmente estabelecido, dita as normalidades e as anormalidades que os indivíduos possuem.

Enquanto a lei é exterior ao indivíduo, ao operar unicamente por ocasião da violação de um ato considerado proibido, a norma envolve o conjunto da existência humana. Ela está presente no eu cotidiano, alcança sua interioridade mediante distribuições espaciais e controles temporais das condutas. A lei é direta e teatral. A norma é difusa e indireta; ela funciona como padrão culturalmente construído a partir do qual uma multiplicidade de indivíduos é cindida por dentro, entre normais e anormais. A esse propósito explica-se a standardização do ensino e a criação das escolas normais no século XVIII; ou ainda a constituição de um corpo médico a fim de colocar em prática as normas gerais da saúde, a partir das quais uma coletividade é distribuída entre indivíduos saudáveis e doentes. Mas até mesmo no interior destes corpos sociais homogêneos a norma continua a atuar. (BENELLI, 2014, p. 65)

As concepções de urbanidade e civilidade não abarcaram todos os espaços de Maceió, mas uma parcela significativa teve de ser transformada, atendendo as expectativas das relações de poder. A diferenciação de mulheres que praticavam a prostituição, daquelas consideradas “mulheres respeitáveis”, de “famílias de bem”, também foi responsável por estabelecer o controle que perpassa a cidade, os corpos e o gênero. As prisões femininas são pensadas como um instrumento segregador e disciplinador dessas mulheres acusadas de “degeneradas”, “prostitutas e criminosas”, porque elas vão de encontro à “norma” e ao padrão socialmente construído para o feminino. O objetivo, em primeiro lugar, era não permitir que contaminassem as “boas mulheres”, em segundo lugar, ajustá-las à nova ordem social.

Por tudo isso, a nova penitenciária feminina de Maceió é instaurada dentro dessa lógica do biopoder, que se utiliza dos dispositivos do poder disciplinador para modular a cidade de acordo com uma norma cultural branca, cis e heteronormativa. Essa norma foi estabelecida como o padrão e legitimada por um saber poder

específico, de cunho cientificista. À medida que a cidade se modificava dentro da lógica segregacionista, as mulheres associadas à prostituição, assim como outros grupos marginalizados, tiveram de sair das vistas da população. Foram jogadas à margem da cidade, em subúrbios onde suas atividades seriam “toleradas”.

1.3 A imprensa como dispositivo

A imprensa teve papel crucial na formação da cidade almejada pelas forças civis e militares que orquestraram o golpe de 1964. Era difícil discordar de que o espaço urbano necessitava de melhorias: saneamento básico, escolas, saúde, segurança, etc. As demandas básicas do dia a dia da população foram focalizadas pelos jornais, “apresentando-se não apenas como um órgão de propagação de ideias civilizadas, mas também como suscitador de mudanças urbanas que trariam o progresso tão desejado” (PEREIRA, 2004, p. 27). O jornal tinha então importância central nesse momento de grandes transformações das estruturas políticas e econômicas brasileiras, “a industrialização, urbanização e a tecnologia eram palavras de ordem no momento. Partidos políticos, sindicatos e imprensa cerraram fileiras em torno do projeto nacional-desenvolvimentista” (VELLOSO, 1991, p. 138). Desse modo, a imprensa coloca a si mesmo a missão de reivindicar as transformações que a cidade precisaria, na moral e nos projetos urbanísticos.

Entre outros artifícios, os jornais foram utilizados pelos moradores das áreas urbanas para fazer reivindicações ao poder público. Eles vestiram-se de porta-vozes da população, alegando advogar em favor dela. Várias notícias têm como conteúdo central as reclamações da população, a demanda pela solução de um problema, queixumes quanto ao aparecimento de “mariposas” em espaços públicos, essas são sem dúvidas uma das principais demandas dos jornais *Gazeta de Alagoas* e do *Jornal de Alagoas* nas décadas de 1970 e 1980.

Quando apareciam em lugares públicos, as “mariposas” eram motivo de incômodo. Aos olhos da sociedade, elas estariam fora do controle das autoridades. Os bairros de Cruz das Almas, Ponta Grossa, Trapiche e Vergel são os mais apontados pelas fontes, como locais onde há “abusos das mariposas”, “importunando” a população local, a qual procura pelas autoridades policiais para resolver a questão, expulsando-as dos espaços de convívio público.

Nos dias 14 e 24 de março de 1971 vemos dois exemplos da atuação de “mariposas”, no Bairro da Ponta Grossa e no conjunto Marilu, bairros de Cruz das Almas:

PROSTITUTAS INFESTAM AS RUAS DE PONTA GROSSA

Vários pais de família estiveram na subdelegacia da Coréia com a finalidade de pedir providência ao cabo Alceu contra abusos que mariposas andam cometendo nas ruas principais daquele bairro, principalmente depois das 22 horas quando os estudantes do Colégio Élio Lemos voltam às suas residências. Dizem os reclamantes que as mundanas ficam colocadas nas esquinas a dizer pilhérias quando as colegiais passam muitas vezes sendo confundidas pelos maconheiros com prostitutas causando desentendimentos [...] (*Jornal de Alagoas*, 14 mar. 1971. Cadernos de Polícia. p. 5).

MORADORES DO LOTEAMENTO MARILU QUEREM ENÉRGICAS PROVIDÊNCIAS:

Voltaram os moradores do Loteamento Marilu, em Cruz das Almas, a fazer novas reclamações contra alguns elementos que estão querendo transformar o referido loteamento em uma verdadeira pensão ambulante, levando para o local mulheres de vida fácil com quem tinha relações sexuais apesar de constantes reclamos. Dizem os moradores do loteamento Marilu que as autoridades ainda não efetivaram nenhuma medida, apesar das solicitações feitas através desta coluna (*Jornal de Alagoas*. 24 jan. 1971. Cadernos de Polícia, p. 5).

Nos dois casos apresentados, a imprensa foi acionada pela população, que pretendia “se livrar do incômodo das mariposas”, ou seja, das mulheres que estariam utilizando os espaços públicos para oferecer serviços sexuais. No primeiro recorte de jornal temos relacionados os “pais de família”, como a reportagem chama, que estavam incomodados com a presença das “mundanas” no bairro, principalmente pelo fato de aglomerarem-se em frente ao antigo colégio Élio Lemos, na Ponta Grossa. Já no segundo caso, os moradores do antigo Marilu, em Cruz das Almas, buscam a reportagem para inibir o que o jornal nomeou de mulheres de vida fácil, que usam o local para fazer programas dentro de carros. O jornal assume uma posição de aliado daquelas comunidades que, apesar das contínuas denúncias, não obtiveram respostas das autoridades. O papel do jornal é ressaltar, colocando como legítima sua função de reivindicar, as demandas importantes para a população, ainda que as denúncias nem sempre possuam o efeito esperado.

Devemos nos lembrar que as notícias e os cenários privilegiados pelo jornal não surgem do nada. Sabemos que os jornais são mais que fontes de informações, as matérias e as reportagens que eles evidenciam são parciais, pois utiliza a visão de grupos que assumem o privilégio do discurso, sem dar espaço ao outro que geralmente é falado. A imprensa, portanto, é um órgão propagador de ideias e formadora de opiniões, que articula as concepções dos grupos de poder local em suas páginas, por meio das suas reivindicações. É dessa maneira que o ideal urbano presente na lógica do regime civil-militar é vendido à população por meio da imprensa. Os jornais contribuem para a produção das reputações individuais e dos grupos. São postas a jogo demandas em favor de uma parcela da sociedade em detrimento do prejuízo e subjugação de outra.

Também podemos compreender a utilização da imprensa como dispositivo de controle, meio de alcançar objetivos específicos. De acordo com Claudemar Fernandes (2012), ao discorrer sobre as relações entre discurso e sujeito na obra foucaultiana, a coisa não é o dispositivo “per si”, contudo, ele é construído a partir do objetivo que tenciona, nesse caso, a promoção de regimes de verdade sobre as mulheres que praticavam a prostituição e aos lugares relacionados a ela. Ele pretende conjuntamente enquadrar os modos de vida, estritamente delineados em favor do biopoder. As demandas de urbanização, como no exemplo do Ouricuri, foram construídas nos discursos a partir do estigma da pobreza e miserabilidade, forma de legitimar a ação do poder estatal sobre a organização do espaço, e controlar os sujeitos que ali transitavam. O advento do Instituto Penal Feminino de Maceió, manifestação do poder disciplinar, representou um controle de gênero em sua forma mais estrita, o enceramento feminino.

Podemos constatar neste estudo, a união dos dois tipos de poderes apontados por Foucault: a biopolítica (que ordena a cidade, controla as sociabilidades, ordenava a vida da população) e o poder disciplinar (que se traduz por meio da prisão, o poder que faz obedecer, que submete os corpos, que instaura normas, que tem o objetivo controlar os indivíduos). Apesar de, a princípio, o poder disciplinar e o biopoder serem duas formas distintas de manifestação do poder, não podemos deixar de salientar que o regime civil-militar utilizou-se dessas formas de poder para a manutenção da ordem almejada. A imprensa funciona como dispositivo que legitima as ações e o ideal de moralidade adotado pela ditadura civil-militar. Ela valida e é

validada por essas estratégias, "sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles" (FOUCAULT, 2012, p. 246). Com efeito, o jornal é mobilizado pelo biopoder para validar os saberes que estão atrelados a ele, produzindo discursos e sendo por eles produzidos.

No centro desses discursos estão as mulheres praticantes da prostituição, ou às que a ela foram associadas, vítimas da perseguição moral e da exclusão social na cidade. A presença da chamada "prostituta", "mundana", "mariposa", "meretriz", dentre outros tantos nomes, constrange, desvaloriza lugares, tornando-os enfraquecidos por pessoas "honestas". Elas eram um perigo, na visão da moral sexual vigente, principalmente para as mulheres de família, que se possível jamais deveriam se misturar nos mesmos espaços com as "mundanas". Mas, ao contrário do que pretendia a repressão dos jornais e das forças policiais, essas mulheres continuaram transitando pela cidade, ocupando os espaços públicos e "incomodando" os moradores da Ponta Grossa, de Cruz das Almas, do Vergel, do Trapiche e do Centro. Permaneciam sendo vistas, enquanto tentavam escondê-las.

Margareth Rago, em obra sobre a prostituição feminina em São Paulo, chama de economia da imagem da prostituta, a construção em torno da mulher que escolhe a prostituição como um caminho para conseguir dinheiro, seja por amor aos prazeres sensuais, ou como vítima, aquela que não teve outra opção a não ser "vender-se" para obter o meio de sua sobrevivência. Nessas imagens exploradas pelos jornais, as mulheres que praticam a prostituição, em boa parte das vezes, é retratada como vítima da pobreza, das condições sociais, da má formação familiar. Outras vezes, uma "mundana", "mulher de vida fácil", que entrara nesse tipo de "vida" por prazer, ou pela "facilidade" de ganhar dinheiro.

Dessa forma, a imagem transita entre "vítima" e "prostituta nata". Sobre a nomenclatura de "mundana", poderiam estar compreendidas a "prostituta de bordel", "de rua", ou, simplesmente uma mulher de sociabilidades masculinas. Ser uma "mundana", "puta", "mulher de vida fácil", "mariposa", "mulher dama", ou "meretriz", era fazer parte de uma categoria de mulheres socialmente marginalizadas, mas também, que condensam em si comportamentos tidos por repugnantes, sobretudo e justamente, por serem praticados por mulheres.

O estigma que recaiu sobre algumas mulheres, reunidas sob o termo "mundana", poderia dizer respeito à liberdade sexual que algumas experimentavam.

Como ressalta Monique Prada (2018), uma das estratégias mais importantes do domínio patriarcal é o estigma, o estigma como instrumento de dominação sobre as “putas”, selecionando e marginalizando mulheres vistas como transgressoras dos papéis de gênero.

Portanto, o termo “mundana”, amplamente explorado pelos jornais, pode significar desde mulheres que tiram o seu sustento da prostituição, à mulheres que não tendo “custódia” de marido, ou pai, frequentam bares e festas, bebem, fumam e estão muitas vezes acompanhadas de homens, envolvidas em brigas e desavenças. Ao que nos parece, as chamadas “mundanas” são mulheres que fazem exatamente aquilo que os homens fazem, mas em seu caso, suas atitudes resultam em estigmatização. Por essas razões, a relação delas com a polícia e com a imprensa ocorreu de maneira intensa.

A imprensa marcará essa relação através do discurso moralista que confirma o caráter “degenerado” e a necessidade de atuação da polícia no controle das mulheres “mundanas”. Ela, a “puta”, nunca poderá ser confundida com a “mulher honesta”, a qual deve fugir dessa comparação, afinal, ser confundida com a “puta”.

Ao cobrar pelo trabalho sexual e ainda exercê-lo fora do domínio do lar, quando supostamente deveria ser concedido de graça e apenas no casamento, junto com os trabalhos reprodutivo e doméstico, a prostituta rompe com as normas de gênero e sexualidade, por isso, é perseguida e marginalizada, tornando-se representante do modelo de “mulher má” (MOURA, 2021, p. 9).

É esse dispositivo, a imprensa, que nos aparece como central na formação do espaço urbano de Maceió. Ela apropria-se desse discurso, incorpora-o, para fazê-lo parte da produção de verdades sobre o gênero. O jornal representou uma guinada na era moderna, foi o grande formador de opinião, propagador de ideias, é sem dúvida uma grande instituição de propagação e legitimação de discursos de verdade. Sendo assim, não trabalhamos com uma ideia de imprensa neutra, que relata imparcialmente os fatos, pensamos os jornais como reprodutores de discursos ideologicamente direcionados.

O jornal tornou-se um espaço privilegiado para os discursos imbuídos de verdade, como o policial, o médico e o jurídico, na busca de uma solução para o “problema da prostituição”. Foi construída uma “política dos enunciados”, segundo

Foucault (1996), uma política discursiva onde o poder subscreve-se na lógica dos discursos. A relação entre linguagem e poder é aqui delineada como construtora de uma lógica discursiva que vai dominar a partir daí a relação social com a sexualidade. Assim, os discursos sobre a sexualidade criam uma lógica de poder e dominação que se impõe sobre o sexo, o qual é “encurralado em um discurso que não lhe pretende e não lhe permitir obscuridade e nem sossego” (FOUCAULT, 1996, p. 58). Para Foucault (1996), o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas o “porquê” e “pelo que” lutamos, o poder do qual nós queremos nos apoderar. A produção de discursos não nasce do acaso, expressa de maneira incisiva concepções e ideias de grupos sociais em relação a outros, com pretensões de serem inscritos nos repertórios de percepção e de mobilização das pessoas que compõem as redes humanas das quais fazem parte. A imprensa, desta forma, é um espaço de lutas na dinâmica de construção de reputações sociais e de subjetividades – individuais e coletivas – e, a partir delas, atua como mecanismo de poder que legitima as práticas sociais de determinados grupos em detrimento de outros.

Os jornais mobilizaram diversos discursos sobre as mulheres que praticavam ou apareciam associadas à prática da prostituição. Elas figurarão nas décadas de 1960, 70 e 80, como razão dos desvios de “constituição moral”, agentes do “mal”, representantes da prostituição. Desse modo, a prática da prostituição é apontada como um “problema, um mal social que precisa ser sanado para o bem público” (*Gazeta de Alagoas*, 25 mai. 1975, p. 5). A imagem da prostituta foi delineada para fomentar concepções médico-biologizantes, cientificistas, baseadas no senso comum, mas primordiais para legitimar as ações estatais, sobretudo, pelo uso do poder de polícia contra essas mulheres. Contudo, esses discursos estavam ancorados no ideal cientificista, uma produção de saber que, segundo Foucault (1998), é marcada por essa característica de buscar argumentos na ciência, sobretudo, a médica, para ser convertida em dispositivo estatal de produção e legitimação de discursos de verdade.

Serão expostas nas páginas da imprensa considerações sobre “a condição miserável” das mulheres ligadas à atividade da prostituição. Amplamente difundiu-se que esse era um “problema” a ser “controlado ou eliminado”. Utilizando argumentos ditos científicos, a imprensa disseminou discursos sobre o “mal moral da prostituição”. As mulheres encontram-se no centro dessas discussões, ou seja, no centro do

“problema”. Não que a prostituição tenha como data de aparecimento em Maceió os anos de 1960 e 1980, mas a problemática é proposta de maneira muito específica durante esses anos, os ideais políticos e cívicos da ditadura civil-militar, acompanhados de pressupostos de moralidade rígidos, deram vazão a tentativa de controlar os corpos, disciplinando-os.

A legitimação do controle desses corpos deu-se por meio de subterfúgios utilizados pela imprensa, que como dispositivo do biopoder, criou um ambiente favorável à perseguição das mulheres que praticavam a prostituição ou a ela foram associadas. Além dessas mulheres, outras pessoas, cuja existência será nomeada como subversiva pelo regime civil-militar, serão perseguidas, como homossexuais e travestis. Isso é feito pela acusação de estarem praticando violações “da moral e dos bons costumes”, no que tange às sexualidades tidas como desviantes da norma (QUINALHA, 2017). Serão utilizados diversos mecanismos na construção de uma imagem degradante da prostituição, bem como das mulheres apontadas como prostitutas. O discurso médico-biológico, sociológico, político, econômico e moral, serviram de bases para a formulação de um discurso técnico racional que motivaram às investidas estatais contra às “mundanas”, representantes dessa sexualidade contraventora que precisa ser controlada dentro das redes do biopoder.

2. A MISÉRIA DA IMPRENSA: DISCURSOS E CONTRADISCURSOS SOBRE A PROSTITUIÇÃO

Neste capítulo serão focalizados os discursos sobre moralidade produzidos por dois jornais: o *Gazeta de Alagoas* e o *Jornal de Alagoas*. Esses veículos foram porta-vozes da moralidade urbana disseminada pela ditadura civil-militar. A moralidade vigente é utilizada como dispositivo de controle pelo biopoder para ordenar as disposições de gênero e sexualidade.

No primeiro momento, analisamos como foi construída a imagem das mulheres que exerciam a prostituição, ou que a ela foram associadas. Como articularam-se os discursos nas páginas da imprensa, alimentando os estereótipos de “degenerada” e/ou “vítima”? Buscamos compreender como as concepções de moralidade inter cruzam-se com as estruturas de gênero, raça, classe e sexualidade, para exercer controle sobre os corpos das mulheres, que transitavam pelas ruas da capital alagoana.

Destacamos que a formulação dos códigos morais urbanos e a busca pelo controle sobre os corpos das mulheres associadas à prostituição, alinharam-se à sujeição e à segregação de gênero, raça e classe, no que diz respeito a própria delimitação do que é “ser mulher”. A construção da imagem da “mundana” (termo utilizado pela imprensa ao referir-se tanto às mulheres que praticavam a prostituição, quanto às mulheres cuja vida, sociabilidade e, principalmente, sexualidade não se alinhavam aos ideais morais impostos pela cis heteronorma) é efeito e indício dos novos meios de dominação de gênero, numa sociedade em que mulheres já haviam conquistado algum acesso aos espaços, antes considerados reservados ao sexo masculino. Os discursos manifestaram-se como formas de produção de verdade e controle dos corpos e da sexualidade feminina.

Por último, analisamos a fala de mulheres categorizadas pelos jornais como “prostitutas”. Atentamos para o modo como elas colocaram-se frente a organização moral imposta, contrapondo a visão de vítima, ou de degenerada, tantas vezes impregnada nos discursos da imprensa. Ainda que, nos diversos momentos tenham sido silenciadas, elas não estiveram alheias às narrativas dos jornais sobre suas histórias. Sendo assim, realizaram escolhas, apropriaram-se de discursos e buscaram também legitimarem-se. O espaço em que habitaram, a cidade de Maceió, colocou

em seus caminhos diversas dificuldades, mas essas sujeitas também desfrutavam da possibilidade de ter alegrias e prazeres, lutas e realizações.

2.1. A “mundana”

NÃO LEVO DESAFORO PRA CASA

Neide Passos Oliveira, 21 anos, cabelos longos, rosto bonito e vestes elegantes, foi localizada na Boite¹⁰ Areia Branca, tomando Wisk na companhia de outras colegas de seu porte. Se portando como uma mulher da alta sociedade, Neide entre outras palavras afirmou: sou uma mulher cara. Só saio com homens que tenham condições de me dá boa vida. Faturó em média por mês cem mil cruzeiros.

Disse Neide que, “quando o rapaz é bom sem me levar pra cama me dá sem pestanejar 10 mil cruzeiros. Olha seu repórter eu não vou de jeito nenhum para as cozinhas dos outros. Não aguento abuso nem dos meus pais, quanto mais de patrões que passam mais fome que eu. Sou uma mulher livre e não devo satisfação a pessoa alguma. Viajo para onde quero sem ter que dar satisfação a ninguém. Só ando endinheirada e quando não faturó não me faz falta.

Contou Neide Passos, residente do bairro das mangabeiras, que gosta de um homem, que quando o encontra leva todo seu faturamento de uma noite, mas que não se incomoda com a situação pois gosta muito dele. Mostrando-se calma Neide conta que nunca levou desaforo para casa e que topava qualquer parada, tanto que é respeitada por suas colegas, desde as mais velhas a mais nova. Afirmou Neide que entrou para o baixo meretrício por sua própria conta (Jornal de Alagoas, 12 out. 1980. A2).

Durante a década de 1970 será construído pela imprensa alagoana uma série de narrativas sobre as mulheres que praticavam a prostituição na cidade de Maceió. Os textos exploraram largamente estereótipos negativos da prostituição e de quem a praticasse. A “prostituta” pode ser majoritariamente definida como uma mulher que vive unicamente do trabalho sexual, uma frequentadora dos bordéis da cidade. Sem dúvida, esse é um dos estereótipos que mais marcaram o imaginário social sobre a prostituição em Maceió.

O universo do bordel foi amplamente analisado por Margareth Rago (1990). A autora explora não só a concepção da ideia da prostituta, como a mulher que exerce o trabalho sexual remunerado, mas o imaginário que a acompanha, os códigos de conduta sexual e de gênero vigentes. A “prostituta”, apresentada como uma mulher

¹⁰ Palavra de origem francesa que significa casa noturna, boate.

que “vende” o próprio corpo, é reconhecida pela condensação dos determinantes morais defendidos nos jornais. Dentro dessa lógica, recolhemos o exemplo de Neide Passos, cujas palavras foram destacadas na abertura deste capítulo. Ela foi descrita pelo jornal como “a prostituta”, “uma mulher que vive a realidade de um bordel, que ganha dinheiro e se satisfaz na atividade que exerce”, uma “profissional” (*Jornal de Alagoas*, 1980, p. A2).

Essa é a primeira imagem produzida em torno da prostituição feminina, retirada dos jornais. Assim como Neide, outras mulheres teriam escolhido esse caminho por nele obterem prazer, uma vida de conforto e encantamentos pelo “dinheiro fácil”. Neide deixa claro que a atividade sexual foi sua escolha, que ela lhe propicia uma vida confortável e, ainda, independente. A concepção moralista, que enxerga na prostituição um mal social, formula o rótulo de “degenerada” para mulheres que, assim como Neide, buscam satisfação pessoal fora dos “laços naturais da família” patriarcal. Como vemos, duas imagens da prostituta intercalam-se: “a doente degenerada, mentalmente adoecida que nascera para prostituição”, como uma predisposição psicobiologia ao meretrício, e a “vítima socioeconômica, acometida pela necessidade do sustento” (RAGO, 1990, p. 307). Essas duas ideias sobrepõem-se, em alguns momentos uma sobrepuja a outra, são elas as explicações mais explanadas nos jornais, mas em todo caso, as duas visões sobre a prostituição são altamente segregacionistas, baseadas numa moralidade sexual misógina predominante à época. Se num primeiro caso a prostituta é vista como um “ser maligno e adoecido”, no segundo, ela é diminuída e destituída de qualquer protagonismo, apenas conduzida pelas situações, sem nenhum poder de escolha sobre elas.

Essas mulheres, sendo concebidas como degeneradas ou como vítimas, como diz Rago (1990), são condenadas por buscarem, ao invés da família, a prostituição remunerada, onde desenvolvem suas “aptidões para o prazer desenfreado”, como concebe o moralismo vigente. Esse é também o lugar da independência, financeira e pessoal, vista com maus olhos, quando exercidas por mulheres. Neide deixa claro: “sou uma mulher livre, não devo satisfação a ninguém”. A prostituição é exibida por ela como um lugar de liberdade, uma liberdade que não é bem-vista pelos ideais de moralidade, pois, ao visar o controle dos sujeitos, ele estabelecia uma divisão bem definida do gênero e sexualidade. Uma mulher que

busca a independência financeira é socialmente visualizada como perigosa, ainda mais se não há tutela masculina.

Esse lugar de liberdade feminina é repudiado pelo pensamento moralista, em vigor durante anos da ditadura civil-militar. As mulheres associadas à prostituição, pensadas como de vida livre, circulam pela cidade e vivem de acordo com seus próprios interesses. Tal comportamento é rejeitado pelas amarras do biopoder. Mesmo em uma sociedade que está passando por mudanças profundas, pela redefinição dos modos de vida, o controle das sexualidades dissidentes, grupo que mulheres relacionadas à prostituição fazem parte, não escapam à manutenção e ao controle sexual e de gênero. Afinal, ordenar a sexualidade feminina era corroborar com a manutenção do modelo familiar cisheteropatriarcal, no qual estava centralizado o ideal de organização do regime autoritário instalado em 1964.

As mudanças que ocorrem durante o século XX não influenciam apenas na mudança física da cidade, elas são sentidas pelo comportamento dos transeuntes. A cidade é mais que seu espaço, ela é seus habitantes, esses habitantes estão passando por um grande processo de mudanças de comportamento, os novos valores da cidade interferiram diretamente na posição ocupada pelas mulheres. Se no século XIX a posição delas foi delineada pelo ideal de dona de casa, mãe e esposa, as transformações políticas e sociais ocorridas nas décadas seguintes, foram pouco a pouco dando conta de minar as bases desse modelo. Não que a sociedade tenha, de uma maneira geral, parado de enxergar as mulheres pela ótica dualista do patriarcado: mulheres “da vida e do lar”. Contudo, no novo contexto apresentado pelo século XX, essa mudança se intensificou, para abarcar a ordem cultural, econômica e política em relação às mulheres.

Assim, entre 1960 e 1980, o mundo já tinha passado por uma reestruturação social. Antigos preconceitos, como a noção de “sexo frágil”, confrontavam as novas formas de viver e socializar conquistadas pelas mulheres. Essas antigas formas de sociabilidade estavam a ruir, as mulheres, agora, poderiam contar com direito à educação, ao voto e ao trabalho. Algumas tinham acesso à lugares e à informação, o que representava um grande risco para elas mesmas, segundo o discurso moralista, era como se escapassem ao “domínio da família”, principalmente do pai, aquele que possuiria o dever de orientar a filha contra os perigos da vida, responsável pela família e pela educação dos filhos. Apesar da mãe ser, por muitas vezes, mais próxima das

filhas, é do pai a responsabilidade de proteger a honra delas, que incidia sobre a sua própria honra. Se a mulher estava agora começando a ocupar um novo lugar na sociedade, cabia à família, ao pai, resguardá-la.

[...] a urbanização e a industrialização apenas degradam a condição feminina, retirando-lhe funções valorizadas tradicionalmente pela sociedade. A mulher deixa de ser como um ser necessário útil e participante da vida social produtiva, responsável por parte do suprimento material, já que pão, vela, doces, sabão, e uma série de bens de consumo imediato passam a ser produzidos em fábricas e adquiridas fora do lar. Outros destacam o oposto: a emancipação advinda com a monetarização das relações sociais, com a abertura de novos espaços de circulação social e urbana e com a diminuição das pressões familiares para ela. [...] Quero destacar alguns fatores para se pensar a mudança da condição feminina, possibilitado pela modernização do espaço urbano e pelo desenvolvimento industrial: 1. Respeitada enquanto mulher, mesmo que definida através de um discurso estruturado a partir de conceitos românticos, a mulher ganha um novo status na sociedade civilizada. Sua especificidade é reconhecida, decifrada, elaborada: ela é o “sexo frágil”, o pudor é sua característica mais forte, é feita para o lar e para maternidade dizem uns [...] (RAGO, 1990, p. 67).

É importante perceber como os jornais intercalam suas opiniões sobre a imagem das mulheres associadas à prostituição. Compreender como elas eram descritas facilita entender o que seria uma “mulher normal”, já que esta é construída como o oposto daquela. A preocupação com a reputação das mulheres, com os ambientes e companhias que elas desfrutavam, faz parte de um período de transição, um período em que emerge a ideia de “mulher livre”, noção considerada uma ameaça no que diz respeito à sexualidade feminina.

Sabemos que o conceito de honra, que vai separar moralmente “mundanas” de “mulheres de bem”, “degeneradas” de “mulheres normais”, está ligado à sexualidade. A forma com que a imprensa trabalhou isso pode ser percebida não só pelo retrato construído em torno das mulheres associadas à prostituição, mas, conjuntamente, a ideia de mulher normal é trabalhada pelos artigos femininos, escritos por mulheres em sua maior porção. O *Jornal de Alagoas*, a exemplo, na coluna feminina do dia 7 de maio de 1975, trouxe um texto assinado por Anilda Leão, seu título é “Emancipação da Mulher e do Sexo” (7 mai. 1975, p. 5).

Anilda Leão, proeminente figura do feminismo em Alagoas, nesse pequeno e interessante artigo, opina sobre o que chamou de “condição feminina” e os “novos

parâmetros de liberdade”, principalmente a liberdade sexual. Essa virada cultural que concedeu às mulheres alguns direitos sociais, como acesso à educação e trabalho remunerado, de fato, virou uma problemática, especialmente, quando integrada à discussão da autonomia sexual, antes nunca sonhada pelos grupos mais conservadores da sociedade. Se antes a condição de existência honrada para as mulheres residia na família, era cada vez maior o número de mulheres que tinham a possibilidade de serem relativamente independentes do núcleo familiar, portanto, do poder masculino. A possibilidade da independência financeira abriu como nunca o precedente da independência social feminina. Também o surgimento do anticoncepcional contribuiu para a revolução sexual que ocorreu no século passado, possibilitando às mulheres o controle sob seu próprio corpo, da reprodução e, portanto, da maternidade (GIDDENS, 1993).

Ao separar sexo e maternidade, os métodos contraceptivos modernos permitiram às mulheres liberdade para explorar a sexualidade fora do casamento, sem o peso de uma gravidez indesejada. Portanto, a independência social estava necessariamente ligada à sexualidade, contudo, a modernidade e suas novas demandas reconfiguraram o papel das mulheres na sociedade, assim como, as concepções de sexualidade feminina e de maternidade. O anticoncepcional esteve no centro dessas demandas, ele tornou-se para as mulheres uma espécie de chave para o controle da maternidade e para a liberdade sexual (GIDDENS, 1991).

Para Anilda Leão, a liberdade sexual experimentada por algumas mulheres era equivalente à “libertinagem”. Ao desconsiderar em sua análise a existência e importância do anticoncepcional, tentou desassociar a nova independência experimentada pelas mulheres, em diversas esferas sociais, da liberdade vivenciada na vida sexual, somente mulheres desestabilizadas emocionalmente comportar-se-iam assim.

Quando se fala de emancipação feminina homens e algumas mulheres também incluem o sexo como principal via de libertação. Para alguns homens, mulher que luta por sua emancipação é mulher que se entrega facilmente, é mulher livre na expressão pejorativa do termo.

Algumas mulheres, no entanto, começam a se gabar que são independentes e ficam desorientadas quanto ao significado profundo e válido de sua independência. Resultado é que ao fim de tudo

insatisfeitas e frustradas, ficam a se perguntar por que tudo saiu errado, se são donas de seu nariz.

O novo papel da mulher, seu engajamento em profissões, pesquisas, empresas, ciências, artes, política, não significa que faça do sexo um meio de libertinagem. Só agirão assim as que vivem em instabilidade emocional e não firmam ainda seu espírito num objetivo mais sério, mais válido. Dentro dos tempos nos quais vivemos. É justamente na colocação da mulher dentro de uma profissão que faz com que ela se sinta mais forte, mais realizada e realmente emancipada daquela condição criada há muito de ser apenas um objeto sexual ou uma simples máquina procriadora.

É necessário que homens e mulheres se conscientizem do problema e não se apressem ansiosos, eles, em atacar as mulheres que trabalham pela sua emancipação cercando-as de propostas pouco recomendáveis e, elas próprias, não deturpando o sentido da luta, entregando-se a experiências sexuais com um e com outro a título de ser uma mulher emancipada.

A dimensão sexo é apenas uma das mil dimensões de nossa vida e para vivê-la bem, precisaremos antes, viver melhor as outras. (Jornal de Alagoas, 7 mai. 1975, p. 5).

Nas palavras da autora, homens e mulheres incluem o sexo como principal via de libertação, e essa libertação, quando atrelada ao contexto da sexualidade, é compreendida de maneira pejorativa. E o que seria esse pejorativo? É a mulher que tem liberdade de usufruir do seu corpo e da sua sexualidade, da mesma maneira que os homens já faziam, no entanto, a vivência da sexualidade por elas era estigmatizada. Segundo esse discurso, a sexualidade feminina só pode ser experimentada no casamento, pela conformação ao papel de esposa e mãe. Ainda que trabalhando e estudando, as mulheres não poderiam entregar-se à “libertinagem”, que é necessariamente a busca de viver a liberdade sexual, como meio de ser dona do próprio nariz.

As mulheres deveriam buscar, para a autora do artigo, a condição de liberdade por meio de sua emancipação, não se entregando às experiências sexuais. São livres para trabalhar, estudar, contribuir para o crescimento socioeconômico da nação, pois são iguais aos homens em inteligência, mas não em promiscuidade e defeitos de caráter.

Podemos perceber o forte apelo de um certo feminismo, tão forte desde o início do século XX, o qual replicava que os sucessos alcançados nas diversas esferas sociais, em nome da inclusão das mulheres, não deveriam ser motivos de sua masculinização. Apenas junto à família, as mulheres poderiam alcançar a realização completa do seu papel biológico. Essa visão, que Anilda Leão corrobora, busca

elaborar uma nova subjetividade da mulher moderna (RAGO, 1990), que considera a sua emancipação – participação na vida pública; o direito ao voto; ao trabalho; à educação; etc. – sem anular o seu papel no lar. Por essa lógica, a educação feminina deveria ser colocada em função do desempenho das mulheres em casa, na qualidade de educadoras dos filhos, futuros cidadãos da nação brasileira. A liberdade feminina não seria para “libertinagem”, seria para as mulheres cumprirem melhor o seu papel de mães e esposas, ou seja, o acesso somente era concedido para que participassem do mercado de trabalho, porém, não estava em questão a liberação dos costumes.

A moral circundante na cidade de Maceió está bem delineada, como já mencionado, não era necessário estar envolvida com a prostituição para ser reconhecida como uma “mundana”. Qualquer uma que ousasse viver fora dos padrões de moralidade sexual cisheteronormativa, socialmente determinados, estava passível de estigmatização. Como as Marias, Cíceras e Lurdes que trabalhavam, sustentavam-se, através da realização de atividades sexuais, marcadas pelo estigma de serem mulheres de “sexualidade livre”, ou, nas palavras de Anilda Leão: da “libertinagem”.

No discurso de Anilda Leão, a luta não pode ser deturpada, a busca da liberdade feminina não poderia ser misturada aos atos promíscuos, o papel da mulher no lar deveria ser preservado, mantido, pois essa busca por liberdade sexual causaria não mais que a frustração feminina, que não alcançaria a liberdade almejada. O tema da prostituição não fazia parte da temática de artigos como o de Anilda Leão – mulher branca pertencente à classe média alagoana.

A escritora não tocava diretamente em um assunto considerado espúrio e inadequado às boas mulheres de família, por mais que a prostituição fosse uma temática que afetasse diretamente a vida das mulheres, sendo elas os principais sujeitos da história. O tema da prostituição, ao menos no domínio público, era um assunto masculino, discutido nas páginas policiais, por médicos, juristas, sociólogos, etc.

Na matéria intitulada “Prostituição: Maior Problema”, Ailton Villanova parafraseou o jurista espanhol Luís Jimenez Asua¹¹: *“Le prostitución es el ejercicio público de la entrega carnal promiscua por preço como médio de vivir una persona”*

¹¹ Luis Jiménez de Asúa foi um jurista e político espanhol, vice-presidente do parlamento espanhol. Atuou como representante da Espanha nas Nações Unidas e foi exilado durante o período da ditadura espanhola.

(*Gazeta de Alagoas*, 25 mai. 1975, p. 5). Como destaca Villanova, a prostituição não é uma atividade exclusivamente feminina: o homem pode ser sujeito à prostituição, publicamente, de modo constante e por dinheiro entregam-se a outros homens. Ainda que a centralidade da matéria esteja voltada à prostituição feminina, Villanova cita a prostituição masculina como uma face ainda mais perversa desse mal: “a prostituição dos homens, ou por outra, dos aparentemente homens, prostituição violenta pois eles chegam até matar uns aos outros” (Idem). Villanova vai acrescentar a prostituição masculina ao rol de “malignidade urbana”, do qual a prostituição feminina faz parte, mas sendo a homossexualidade uma “patologia”, é ainda mais “decadente e promiscua por seu caráter antinatural”, “os aparentes homens decaem ainda mais o padrão moral”. As mulheres que praticam a prostituição já foram consideradas um “mal necessário”, como aponta o próprio autor parafraseando Santo Agostinho, mas aos homens nem isso os resta.

As mulheres “mundanas” e os homens que se relacionavam sexualmente com outros ocupavam um espaço na “galeria dos “devassos”, das “anormalidades morais”. Esses dois grupos foram amplamente perseguidos pelas estratégias do biopoder durante a ditadura civil-militar: “a repressão policial nas ruas foi a face mais visível da constante e costumeira violência que se abateu contra homossexuais, travestis e prostitutas nos grandes centros urbanos” (QUINALHA, 2017, p. 170).

Em outra reportagem, dessa vez do dia 28 de janeiro de 1976, o *Jornal de Alagoas* colocou em pauta o que chamou de “Homossexualismo”. A partir de argumentos médico-biológicos, a homossexualidade e a prostituição, ou melhor, qualquer comportamento onde a sexualidade não seja vivida única e exclusivamente no leito conjugal monogâmico, foram denominadas como “desvios”, distúrbios da sexualidade. A médica Gisélia Santos Pinto, pediatra alagoana, afirmou ao jornal:

Para ela “o sexo só pode ser visto em função do amor”, e este não é algo patológico, mas sim a concretização de todas as dimensões humanas. Homossexualismo, onanismo e relações extramatrimoniais são anomalias vinculadas a um profundo egoísmo (*Gazeta de Alagoas*, 25 mai. 1975, p. 5).

Na mesma reportagem, Agatanjelo Vasconcelos¹², médico, psiquiatra e professor, também dá seu posicionamento:

O homossexualismo a masturbação, as relações extraconjugais e quaisquer outras condutas sexuais sejam verdadeiras anomalias ou apenas desvios da conduta sexual peculiar a uma certa cultura, podem se converter para o indivíduo ou para sociedade considerada em problemas sexuais

A médica, assim como o professor, consideraram a homossexualidade, ou qualquer outra forma de sexualidade extramarital (na qual se incluem as “mundanas”, fora da moral hétero, cis e branca) como uma forma de “desvio patológico, uma doença, os nomeados desvios patológicos da sexualidade”. Villanova reitera essa mesma linha de pensamento em seu artigo no *Gazeta de Alagoas*. A explicação psicobiológica e socioeconômica encabeçam esses discursos que visam lançar luz sobre a prostituição, ou quaisquer outras formas de sexualidade “desviante”.

Dizem renomados mestres como o distúrbio mental gerador da prostituição é um fato incontestável. Todos os psiquiatras assinalam. Os autores costumam dividir as causas da prostituição em biopsíquicas e econômico sociais. Há prostitutas na construção mental e orgânica das quais encontramos com facilidade na gênese da prostituição, há mulheres que nascem predisposta ao meretrício, como há outras predispostas à tuberculose ou à loucura (*Gazeta de Alagoas*, 25 mai. 1975, p. 5).

Aqui, como é possível perceber, materializa-se o discurso que ecoa nos noticiários e na tese do psiquiatra higienista Cesare Lombroso, desenvolvida na obra “A Mulher Delinquente: a prostituta e a mulher normal” de 1893. Nela, Lombroso defendeu que as mulheres envolvidas com a prostituição eram mentalmente adoecidas. Ao pensarmos como Foucault, compreendemos que esse discurso é uma manifestação dos dispositivos de saber poder, referentes ao sexo e a psiquiatrização do prazer. Ao fazer uso do que chama de “os renomados mestres”, Villanova deixou

¹² Foi médico com especialidade em pediatria e bacharel em filosofia, ambas formações pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, em 1963 e 1971. Foi professor de psiquiatria da Escola de Ciências Médicas de Alagoas - ECMAL, professor da disciplina de elementos de psicopatologia na Faculdade de Educação da UFAL e professor de higiene mental e psiquiatria da Escola de Serviço Social.

claro que não expressava somente sua opinião, mas também desses “mestres” (médicos, professores, especialistas, estudiosos do tema, etc.).

Durante o ano de 1969, o *Gazeta de Alagoas* e o *Jornal de Alagoas* apresentaram diversas notícias, nas quais mulheres cisgêneras, praticantes da prostituição ou, a ela de alguma maneira associadas, foram personagens centrais. Apareceram sob o nome de “prostitutas” e “mundanas”. A imprensa alagoana divulgou várias manchetes, onde “as mulheres de vida fácil” aparecem em cenários muito bem delineados: brigas de bar, disputa entre amantes, agressões, problemas com álcool, pequenos furtos, etc. Violência era o elemento central dessas narrativas.

Tendo como objeto a prostituição e os códigos da sexualidade feminina na cidade de São Paulo, no início do século XX, Margareth Rago dissertou a respeito da violência como uma dimensão das relações sociais entre mulheres “prostitutas”, “fregueses”, “cafetões” e “cafetinas”:

A violência é uma dimensão construtiva das relações sociais que aí se estabelecem: prostitutas e fregueses, entre cafetinas e meretrizes e entre as próprias prostitutas. Uma ambígua rede de solidariedade e rivalidades, competições e manifestações de amizade marcam a subcultura da prostituição.

[...]

A prostituição nos meios pobres, mais à margem, adquiria todo um caráter de sordidez maldita, de descontrole desenfreado, de excesso dionisíaco que assustava as classes privilegiadas (RAGO, 1990, p. 351, 372).

Vejamos o que diz outra matéria, veiculada pelo *Jornal de Alagoas* no dia 4 de junho de 1969: “Mundanas agrediram senhora a faca sob vistas do marido” (p. 5). Nesse episódio, duas mulheres que supostamente exerciam a prostituição, Maria de Lurdes e Josefa Correia da Silva, moradoras da Rua do Banheiro, no bairro do Vergel, foram acusadas de agredir uma “senhora”, esposa do “senhor Sebastião Alencar”, cliente de ambas. “Dona Lídia Alencar” que, segundo o jornal, encontrava-se em estado grave na Unidade de Saúde de Maceió, tinha uma velha rixa com as duas “mundanas”. O delegado do caso, responsável pelo terceiro distrito da capital, no bairro de Ponta Grossa, relatou ao jornal que Maria de Lurdes e Josefa Correia da Silva tentaram assassinar Lídia Alencar, em decorrência de supostas injúrias levantadas por essa última. Uma dessas “ofensas” baseava-se na alegação de que

uma das duas mulheres presas teria participado de “farra” promovida por Sebastião Alencar.

O jornal não apresenta muitas informações sobre o caso, mas sabemos que as mulheres foram acusadas de tentativa de assassinato, e que o marido foi quem acionou a guarnição da Rádio Patrulha, que saiu em buscas das duas. Elas, já sabendo o que as esperava, fugiram. Porém, para o noticiário, elas eram “criminosas dispostas a se vingar da esposa”, que “muito enciumada das farras organizadas pelo marido com a participação das duas mulheres, espalhou, segundo elas, “péssimas informações de ambas”. É importante notar que em nenhum momento o *Gazeta de Alagoas* chamou essas duas mulheres de prostitutas e sim de “mundanas”.

Podemos ler nas entrelinhas a posição dessas mulheres na sociedade. O discurso construído pelo jornal é permeado por disposições de gênero e de classe. Em primeiro lugar, contra o organizador das festas, Sebastião Alencar, não parece ter pesado o julgamento social, a respeito de sua índole, já que ele mesmo denunciou as duas mulheres. Essa “mancha moral”, como iremos denominar, será colocada apenas sobre as duas mulheres que frequentam as festas por ele organizadas, ou seja, o jornal demonstra a delimitação de gênero quanto aos comportamentos aceitáveis. Ao passo que para ele não ocorre estigmatização, para elas, mulheres, recai o selo de “mundanas”. Também ao analisar a prostituição no contexto da região carbonífera catarinense, Adriana Fraga (2008) chamou atenção para a ideia de “decaída”, demonstrando como naquele contexto, a moralidade feminina funciona enquanto mecanismo social de segregação das mulheres e de manutenção dos padrões de gênero estabelecidos.

Ser tachada de “puta”, prostituta, “saidinha” ou “vagabunda” mobilizava uma série de estigmas e preconceitos às mulheres passíveis de serem identificadas como prostitutas. De modo que para tornar-se “decaída” uma mulher não precisava necessariamente fazer sexo por dinheiro ou viver financeiramente de um homem casado, este era um rótulo atribuído a todas que de alguma maneira não se enquadrassem nos códigos de virtude e de comportamentos desejados (FRAGA, 2008, p. 67).

Cristiana Schettini (2002), por sua vez, no estudo sobre a prostituição no Rio de Janeiro, no fim do século XIX, destaca como “o gênero é uma categoria fundamental para expressão de relações de poder”, assim como “a moralidade sexual,

família e trabalho é estabelecida e legitimada através de critérios de gênero”. Estamos falando de uma sociedade que valoriza a respeitabilidade partindo do critério de gênero, custava a considerar respeitável figuras femininas, que estivessem fora do espaço privado.

É interessante considerar ainda o que explica Silvana Santiago (2006), quando estudou a intersecção entre raça, classe e gênero no cotidiano de mulheres pobres no meio carioca nas primeiras décadas da república. Mesmo fazendo parte de um recorte historiográfico distinto, ela nos ajuda a compreender o que historicamente é considerado como espaço feminino dentro da sociedade brasileira.

O lar é considerado o espaço da mulher tida como honesta, guardiã dessa suposta moralidade. A rua, por sua vez, é tida como o espaço considerado impróprio a essas mulheres, frequentada apenas por aquelas cujos corpos carregavam consigo os estigmas da degeneração (SANTIAGO, 2006, p. 11).

Outro ponto importante é analisar que socialmente, Maria de Lourdes e Josefa Correia da Silva, são consideradas “inferiores” à Lídia Alencar, “uma senhora”, na referência do jornal, conivente com os padrões de gênero impostos pela sociedade. Além desses padrões, é possível utilizar uma visão classista para atestar o lugar subalterno ocupado pelas mulheres acusadas. Por sua vez, eram pobres que por meio de trabalhos sexuais conseguiam seu sustento, provavelmente também desempenhando outros trabalhos ligados à vida doméstica nas casas de classe média. Como aponta Neide Passos, no trecho transcrito no início do segundo capítulo desta dissertação, havia alguma possibilidade de sujeitar-se aos padrões. Entretanto, ela rejeitava essa função, pois, esses mesmos padrões “passam mais fome que ela” (*Jornal de Alagoas*, 12 out. 1980, A2).

O termo “mundana” apresenta-se, nas fontes de jornais, como sinônimo de prostituta quando se refere às mulheres. Porém está mais próximo de representar mulheres de “sexualidade livre”, que não necessariamente exercem o trabalho sexual remunerado. Já o termo “mundano” é religiosamente associado “aos prazeres carnavais”, aquilo relativo ao mundo, vindo do latim *mundānus*.

O “mundano”, para o pensamento religioso, é um adjetivo utilizado para designar aquele que é “amigo do mundo e dos prazeres carnavais”. Ao referir-se à Maria de Lourdes e Josefa Correia da Silva como “mundanas”, o jornal não estava

objetivamente dizendo que elas eram prostitutas, no único sentido de que recebiam dinheiro por sexo. Mas, sem dúvidas, colocou-as como transgressoras dos papéis tradicionais de gênero, da ordem cisheteronormativa e do patriarcado, pelos quais as mulheres devem viver sua sexualidade apenas na instituição do casamento, exercendo papel de esposa e de mãe.

Ao que nos parece, o uso do termo significa que essas mulheres viviam “sozinhas”, ou melhor, não estavam sob a tutela de nenhum homem - nem pai, nem marido, nem irmão – trabalhavam e frequentam ambientes considerados inadequados à presença feminina. Dessa forma, vivendo livremente, circulando por ambientes que eram propriamente masculinos na cidade – o bar, os lupanares, as boates, festas privadas regadas a álcool, cigarros e jogatinas – lugares que “mulheres honradas”, “senhoras de família” como Lídia Alencar, não ousariam frequentar. Para Lídia Alencar, as duas mulheres eram de “índole duvidosa”, pois frequentavam esses espaços, a exemplo da “farra” organizada por seu marido, que não foram destinados às mulheres, por isso, mereciam ser chamadas de “mundanas”.

No dia 10 de agosto de 1969, outra Maria estampará o noticiário do *Jornal de Alagoas*, também identificada como uma “mundana”. Segundo o jornal, ela foi presa na delegacia do Primeiro Distrito da Capital, de onde fugiu em seguida. Essa Maria, assim como as anteriores, não é identificada diretamente como “prostituta”, mulheres que sobrevivem diretamente da “venda do corpo”, mas como “mundana”. A acusação que pesava sobre ela não era de prostituir-se, mas sim de ter sido interceptada com Cannabis, em outras palavras, maconha: “Maria de Lurdes estava presa em virtude de vir escondendo maconha em sua residência, na Vila Madalena, no Alto do Feitosa. Tinha sido detida pelo cabo Dorgival, subdelegado de bebedouro e ali se encontrava a algumas horas” (*Jornal de Alagoas*, 1969, p. 5).

De acordo com o jornal, Maria estava escondendo maconha, entretanto, a notícia não revela com que objetivo ela fazia isso. Se ela de fato possuísse o item, talvez fosse seu, de um amigo, parceiro ou amante, não poderemos saber. Todavia, essa não foi uma preocupação da narrativa da reportagem. Se o entorpecente estava sob a posse de Maria, ela poderia ser enquadrada como “mundana”, pois, essas “sempre gozavam das piores companhias” – puxadores, ladrões, traficantes, bêbados, enfim, todos do mesmo padrão moral que ela. A agilidade para fugir do “cubículo onde

havia sido trancafiada” chama a atenção do jornal, que assevera, mesmo gestante, ela teve capacidade de enganar a polícia e fugir.

Suas companheiras de cela revelaram que Maria de Lurdes empreendeu em fuga momentos depois de ter solicitado ao guarda de plantão para ir ao banheiro. Arrombou o forro, fez um buraco no telhado e pulou no quintal de uma residência nos fundos da delegacia que se encontra vazia a vários dias.

Os investigadores não acreditaram na façanha, em virtude de Maria de Lurdes se encontrar em estado de gestação bastante avançado. Deram buscas sobre o telhado e o forro, somente se convencendo do fato ao observarem na residência que uma das janelas se encontrava aberta (*Jornal de Alagoas*, 10 ago. 1969).

Maria de Lurdes da Conceição, segundo o jornal, enganou a polícia e mesmo estando em avançado estado de gravidez, fugiu da delegacia e não fora mais localizada. Na concepção moralista da época, a qual corrobora com as estratégias do biopoder para a segregação de gênero e o controle dos corpos femininos, essas “Marias” não eram mulheres de “índole normal”, seu caráter era corrompido pela mentira, o engano e a luxúria, que faziam parte de suas vidas. O jornal denunciava quem seriam nessa visão: “mulheres corrompidas, que não poderiam merecer a confiança da sociedade”.

Esses discursos denunciam as concepções da moralidade vigente, fundamentada nas práticas da biopolítica de controle dos corpos femininos. A concepção de “mundana” estabelece-se, dessa maneira, como um estigma que classifica, exclui e marginaliza mulheres que não correspondem ao padrão de moralidade vigente, usado como subterfúgio de segregação de gênero, baseado na moralidade sexual disseminada pelo regime civil-militar, conjuntamente aos pressupostos racistas e classistas.

Ao falar das mulheres classificadas socialmente como “mundanas”, não estamos falando da mulher branca, de classe média, que possivelmente estava na “proteção de seu lar”, legitimada por seu pai ou marido, reconhecidamente ideal. Estamos falando de mulheres que andavam livremente pelas ruas, trabalhavam e viviam as sociabilidades urbanas, vedada às “boas mulheres” da sociedade. Ao contrário dessas mulheres, “as mundanas” são descritas como pessoas de índole duvidosa, “capazes de qualquer coisa”, seja esconder maconha, como no caso de Maria de Lurdes da Conceição, ou ainda pior, a tentativa de homicídio, no caso de

Josefa Correia da Silva e Maria de Lurdes acusadas de irem contra a vida da esposa de um possível amante.

Essas “mulheres de vida dissoluta” estavam sempre circulando pelos “lugares obscuros da cidade”, “batendo ponto nas delegacias”, fazendo-se conhecidas por delegados, policiais e pelas páginas dos jornais. Era, para aquele jornal, uma vida cheia de amantes e vícios, que só as colocavam nos piores lugares e situações na companhia das piores pessoas. Assim é construída a imagem das “mundanas”, o oposto das “mulheres decentes”, reflexo da produção de um dispositivo de controle que delimita o comportamento socialmente aceitável às mulheres.

Edileuza da Conceição foi mais uma entre as mulheres que aparecem como exemplos de “mundanas” no interior das narrativas tecidas pelos jornais alagoanos. Assim como Maria de Lurdes, Josefa Correia da Silva e Maria de Lurdes da Conceição, Edileuza não era uma “mulher de bordel”, não vivia da atividade da prostituição. Ao contrário, a reportagem assinala que ela tinha emprego de doméstica. Contudo, a justificativa de sua “condição de mundana” pode ser encontrada numa notícia do dia 14 de fevereiro de 1975: “Mundana agride seus dois amantes a golpes de faca”.

Zangada por seu amante João da Silva, tê-la flagrado em colóquio amoroso com Francisco Galdino da Silva, a doméstica Edileuza da Conceição tomou posse de uma faca peixeira e os agrediu tendo em sua fúria encravado a arma nas costas de Francisco que, gravemente ferido, foi conduzido ao HPS.

O fato ocorreu na Fazenda Lagoa Doce, município de Matriz do Camaragibe às 22 horas de ontem, quando José da Silva, sem ela esperar, entrou em casa flagrando-a em companhia de Francisco. Ao ver os dois juntos não sabendo explicar o porquê do encontro com eles à mesma hora, tratou de esconder-se nas dependências da moradia.

Enquanto se encontrava ausente os dois “*Don Juan*” iniciaram uma discursão pela posse da mulher. Depois de muito discutirem, Francisco e João chegaram a um acordo e passaram a conversar calmamente, contando piadas um para o outro.

Edileuza que a tudo escultava do local onde se encontrava, ficou furiosa porque seus amantes não mais a disputavam. Presumindo que estava sendo desprezada pela dupla ocorreu até a sala onde eles se encontravam e investiu contra João da Silva, ocasião que lhe tomou a arma e encravo-a no corpo de Francisco. Percebendo que a vítima estava gravemente ferida, Edileuza abriu a porta saiu e tomou rumo ignorado. Ao ouvirem os gritos dos vizinhos apaixonados estiveram na casa e providenciaram os primeiros socorros.

A primeira coisa que o jornal destaca, colocando no título da notícia, é o fato de Edileuza ser uma mulher com “dois amantes”. Apesar de ter um emprego remunerado “honesto”, a sexualidade de Edileuza chamou atenção dos padrões morais, segundo os quais ela poderia ser considerada como “promíscua”. A maneira com que ela vivenciava a sua sexualidade era compreendida nesse discurso moralizante como anormal que não condiz com a verdadeira atitude feminina.

Segundo o jornal, que não procurou Edileuza Conceição para ouvir sua versão do acontecimento, apenas notificou à população que ela alimentava relações com dois amantes, gostava de provocar ciúmes neles e, por isso, marcou um encontro com os dois. É essencial notar que Edileuza Conceição fugiu sem prestar depoimento, de modo que a narrativa do jornal só pode ter sido baseada no testemunho dos homens que ela supostamente atacou, dos vizinhos e/ou dos policiais. Não é possível saber se, posteriormente ao caso, Edileuza Conceição foi encontrada, nem a sua versão da história contada nos noticiários de Maceió. As únicas palavras que obtivemos acesso são do jornal, o mesmo não deve ter ido em sua procura.

O jornal afirma que “vícios e a vulgaridade” fazem parte da vida dessas mulheres, “mulheres sujas e sem dignidade são também perigosas não só à moral, obviamente”, mas, como também a seguridade dos espaços, já que essas seriam “criminosas natas”. Essa percepção do jornal aproxima-se do pensamento de Cesare Lombroso, que trabalhou sob uma perspectiva biologicista e racializada. Ele afirmou que “o crime era algo biologicamente identificável”, pela presença de estigmas, esses sinais que caracterizam os “sujeitos criminosos”. Essa percepção, característica da corrente da ciência criminalista que se desenvolveu no século XIX, atribuiu às pessoas negras os “estigmas” relacionados à criminalidade, que faziam parte da conjuntura biológica dessas pessoas. Para Lombroso, no caso das mulheres “a criminalidade está grandemente associado a vida luxuriosa e cheia de lascívia”, desse modo, a sexualidade é chave central nos discursos que criam e ao mesmo tempo condenam as “anormalidades” presentes nas mulheres.

Vejamos agora a história envolvendo Cícera Maria, que residia no bairro Ponta Grossa.

A mulher Cícera Maria residente na Vila Porto Calvo, bairro da Ponta Grossa, quando se encontrava bebendo em companhia dos

elementos Benedito José da Silva e Antônio José Pereira foi por eles agredida por socos de pontapés ficando seriamente ferida sendo encaminhada ao Hospital de Pronto Socorro onde após medicada ficou em observação.

A mulher que costuma fazer a vida naquele ambiente após tomar várias doses de bebida alcoólicas com os agressores acabou ficando embriagada e provocando desordens.

Ao ser diversas vezes solicitada a não proceder daquele jeito Cícera Maria não importância aos seus amigos sendo tocada para fora da mesa onde bebiam e a espancaram barbaramente até ficar desacordada em estado de coma. (*Jornal de Alagoas*, 1975, p. 5).

Ao narrar esse episódio, o jornal usa Cícera Maria como exemplo do “exagero dessas mulheres, mulheres sem controle que assume comportamentos masculinizados, frequentam ambientes cheio de homens, bebem, fumam, ou sejam, vão aonde querem, com quem querem e fazem o que bem entende”. Segundo a notícia, aquele bar também era o ambiente de trabalho de Cícera Maria, onde ela “fazia a vida”. Diferente de Maria de Lurdes e Josefa Correia da Silva, Cícera não era uma doméstica, ou tinha outra ocupação. Fazendo “algazarras apenas nas horas vagas”, ganhava a vida no “meretrício”. Cícera é construída pelo discurso moralizante do jornal como uma mulher de “senso incontrolável, dada ao alcoolismo”, nem os seus amigos puderam controlá-la, sendo enxotada e espancada por eles até a inconsciência, pois não podia mais os ouvir. A violência contra ela praticada é explicada pelo seu descontrole, como se ela merecesse tal tratamento, o que evidencia um posicionamento que legitima a violência de gênero em relação às mulheres categorizadas como “mundanas”.

Cabe lembrar que num país marcado pela colonialidade patriarcal europeia, racista, classicista e cisheteronormativa, não é de surpreender que o padrão de feminilidade apregoado era ancorado nesse padrão europeu, desconsiderando outras formas de feminidades, ou ainda, como nos diz Letícia Nascimento (2021), de “mulheridades”, produções de vivências femininas que se situam para além dessa matriz racista biologizante, cisheteronormativa. Já que, nas palavras da autora, “o gênero é um conceito marcado por dimensões sociais e históricas” (NASCIMENTO, 2021, p. 24), a construção histórica da feminilidade passa por essa compreensão colonial do “ser mulher”, copiadas pelo próprio feminismo essencialista europeu, que condensou na mulher branca, cis, hétero e burguesa, as demandas de todas as

mulheres, criando uma hegemonia de feminidade, um conceito universalizante do ser feminino que desconsidera todas as outras formas de “mulheridades”.

Assim, o jornal assume essa posição, o padrão de feminino compreendido como o “normal” é o da esposa, a exemplo de Lídia Alencar. Ao assumir aqueles comportamentos, Cícera demonstra “sua personalidade descontrolada”, ao contrário da “mulher normal”, que não se colocaria em ambiente rodeado de companhias masculinas duvidosas, não assumiria o descontrole do álcool ou de outros vícios. E ainda mais, além desses traços destacados que marcam a personalidade de Cícera Maria, na leitura do jornal, ela é “uma insubmissa, uma mulher que se senta na mesa para beber com homens, fala-lhes de igual para igual, não abaixa a sua cabeça para eles, só sucumbe às suas vontades pelo uso da força” (*Jornal de Alagoas*, 11 nov. 1975, p. 5).

Tantas mulheres, denominadas de “mundanas, meretrizes, prostitutas, mariposas”, partilhavam muitas coisas em comum: viver sozinha, trabalhar, sair à noite, andar acompanhada de homens que não fossem seus familiares diretos – pai, irmão, marido, filhos. Tal comportamento feria a dignidade feminina, delitos graves praticados contra ela. Ter vida sexual livre, ser adepta de drogas e álcool, frequentar ambientes e sociabilidades consideradas masculinas, até mesmo andar na rua desacompanhada em determinados horários, eram sinais de “sua mundanidade”. Assim, podemos concluir, que “ser mundana” não era apenas viver do trabalho sexual. Mesmo trabalhando em outras atividades, uma mulher sem a autoridade masculina era malvista, estando de uma maneira ou de outra, à margem. E, se elas acrescentassem às suas condições de “sozinhas” esses comportamentos injuriosos, o julgamento social, a nomenclatura de mundana, seria lhes atribuída.

2.2. Contradiscursos Interseccionais na imprensa alagoana

Nossas fontes privilegiam as chamadas “vozes oficiais”: o jornalista, a polícia, o médico etc. Contudo, não podemos deixar de destacar as vozes das mulheres que, mesmo brevemente, apareceram nas reportagens. Muitas vezes destacadas como vítimas, em um discurso que apaga suas vozes, elas foram silenciadas, como se suas demandas não fossem importantes. Outras vezes lidas como “criminosas”, colocadas em narrativas pelas vozes de outros, descritas a partir de perspectivas morais que

permeavam o discurso da época. Raras foram as vezes em que as mulheres que exerciam a prostituição, ou que de alguma maneira estavam associadas a ela, falaram de si, de suas vidas, colocaram em evidência suas opiniões e demandas.

Tivemos acesso, através das páginas do Jornal de Alagoas, a uma dessas raras oportunidades em que foi dado espaço de fala à “mulher mundana”. A reportagem, intitulada “Prostituição em Maceió: O dia a dia das mulheres de vida fácil” (Jornal de Alagoas, 12 out. 1980), permitiu ouvir essas mulheres a partir das entrevistas conduzidas pelo jornal. Ainda que apresentadas nas imagens moralmente condensadas de “vítima” e/ou da “degenerada”, falaram por si, tiveram suas falas veiculadas para toda a cidade de Maceió.

Entre as personagens trazidas pelas reportagens (mulheres cis que praticam a prostituição em Maceió) trazidas pelo jornal, conhecemos Neide Passos de Oliveira de 21 anos, que trabalhava na casa noturna “Areia Branca”. Neide é retratada pelo jornal como uma mulher elegante, acompanhada de outras mulheres de “seu porte”, uma mulher que se veste e comporta-se como uma “mulher da alta sociedade”. Ela, em suas palavras, é uma “mulher cara” que escolheu a prática da prostituição. Em seu discurso, ela não se coloca como vítima da pobreza ou do desamparo, mas destaca que está muito bem em sua posição, posição que ocupa por vontade própria.

É interessante destacar que a fala de Neide Passos de Oliveira parece trazer em forma viva o que descreveu Anilda Leão, condenando esse tipo de “mulher independente”, a qual usa “sua liberdade para a libertinagem”. Para Anilda Leão, a mulher deveria usar sua liberdade para o estudo e o trabalho, não para a promiscuidade, triste imitação do comportamento masculino. (Jornal de Alagoas, 7 mai. 1975, p. 5).

Neide, contudo, desafia essa colocação. Em suas palavras ela é “uma mulher livre e que não deve satisfação a ninguém”, ela é dona de sua vida e de suas decisões (Jornal de Alagoas, 12 out. 1980). A postura de Neide destaca que ela encontrou na prática da prostituição mais que um meio de sustento. Longe de uma imagem vitimizada, Neide explica que escolheu as atividades sexuais como um meio de independência financeira, mas, nas palavras dela: “só saio com homens que tenham condições de me dá boa vida”.

Podemos então perceber que, longe da imagem da vítima, Neide coloca-se como dona de suas escolhas, demonstrando repúdio pela pobreza e, principalmente,

por uma atividade muito específica, a da “doméstica”. Ela declara que não aceita “desaforo nem dos próprios pais, quanto mais de patrão que passa mais fome que eu” (Jornal de Alagoas, 12 out. 1980). Demonstrando que para si o trabalho sexual não é um lugar de “lamúrias ou misérias”, não se coloca na posição de vítima a ser salva, ela escolheu sua profissão como meio de independência, como lugar onde vive sua liberdade e sociabilidades da maneira que mais lhe agradam e com quem lhe agrada. O trabalho sexual é para ela um local de liberdade. Um liberdade que foi intensamente condenada na lógica moralista e do controle sexual do regime militar, a liberdade que Neide exerce em sua vida contrapõe o ideal imposto de feminino, onde a mulher mesmo que trabalhe ainda está submetida ao controle patriarcal, sem o domínio sobre sua sexualidade.

Um aspecto interessante demonstrado por Neide é a rejeição das atividades domésticas. Em suas palavras, ela escolhera “o meretrício” como atitude de “repúdio” à posição marginal da empregada doméstica em nossa sociedade patriarcal, racista e misógina: ela não iria trabalhar para patrões que passam mais fome que ela? (Jornal de Alagoas, 12 out. 1980).

O trabalho doméstico é uma atividade que desde o período colonial esteve ligada à escravidão e, por conseguinte, a figura da mulher negra na sociedade, não é, de fato, uma atividade reconhecida socialmente, pelo contrário. Essa atividade que por muitos séculos foi exclusivamente destinada às mulheres, principalmente às mulheres negras, ainda reverbera a posição da escrava na casa grande, mulheres que cuidavam da casa, dos filhos e do marido das mulheres brancas (DOS SANTOS; HAACK, 2022).

A posição da doméstica, rejeitada por Neide Passos, é uma posição marcada pelo gênero, pela classe e principalmente pela raça, já que estamos falando de um lugar histórico e socialmente ocupado majoritariamente pela mulher negra. Ao falar da mulher escrava estamos falando além de gênero, classe, raça, também de sexualidade, já que o corpo da mulher negra, assim como o da mulher associada à prática da prostituição, é lido como posse.

O corpo da escrava é lido como um produtor de riqueza, essa riqueza é a prole, a qual a escrava gerará e sustentará com o seu leite (MACHADO, 2018). Seu corpo e os seus filhos na verdade pertencem a um senhor. Todavia, com o fim da escravidão, restou para as mulheres negras continuar no mesmo lugar que já havia lhe sido

destinado pelo colonialismo. Entre o serviço doméstico e a posição de geradora de filhos, as mulheres negras continuam socialmente marcadas por sua sexualidade e pelo trabalho doméstico.

O trabalho doméstico remunerado distingue-se do trabalho doméstico diário e gratuito, considerado obrigação feminina na divisão social do trabalho. O trabalho que é rejeitado por Neide, é o trabalho de muitas outras mulheres, onde elas também encontram sustento, remuneração e independência. Mulheres como Edileuza Conceição, que será descrita pelo jornal como “mundana que mata amante em uma briga com uma facada no coração” (Jornal de Alagoas. 14 de fevereiro de 1975, p. 3), a quem é atribuído pela reportagem o trabalho doméstico.

Pensar o trabalho doméstico é pensar a posição da mulher negra na sociedade, pensar que é sob pressupostos racistas e classistas que a mulher preta terá a sua sexualidade definida como “promíscua”. A mulher negra cuja imagem a partir da economia colonial gira entre dois tipos: a escrava reprodutora que gerava muitos filhos para o senhor e a escrava da casa, ama de leite, cuidava do lar e dos filhos, foram nessas duas imagens condensadas e amparadas sob a lógica de “sexualidade negra”.

Em sua imagem hipersexualizada, a mulher negra – principalmente a figura da “mulata” que como “reafirma o mito freyreano: “branca para casar-se, mulata para fornicar e negra para trabalhar” (PACHECO et al., 2008, p. 15) – vai passar então a representar tanto uma tentação ao homem, quanto um risco à mulher branca, de bem. Esse misto de gênero, sexualidade, raça, classe e erotismo compõem, certamente, a construção da imagem da mulher negra, uma imagem que não morreu com a abolição, mas que perdura. Nessa concepção, podemos ver a dupla carga da exploração das mulheres negras: a “superexploração social se alia a superexploração econômica de mulheres amefricanas” (GONZALEZ, 2020, p. 149). A imagem de subserviência e sexualização, que acompanha as mulheres, será muito mais intensa para a mulher negra, que é vista como objeto de prazer ou de trabalho.

[...] existe uma imagem construída sobre as mulheres que têm naturalmente corpos atraentes com seios e bumbuns avantajados, mas quando focamos nas mulheres negras esse imaginário é reforçado, além de vir acompanhado de uma suposta disponibilidade sexual delas, sendo vistas então como mero objeto sexual, como se estas não fossem capazes de ocupar outros lugares na sociedade que não seja aqueles vinculados a sexualidade. A esse fenômeno social

dá-se o nome de hipersexualização da mulher negra (DO CARMO, 2021, p. 76).

Em nossa cultura marcada pelo patriarcalismo colonial a mulher negra carregou, e ainda carrega o que Ângela Davis chamou de “sina da escravidão”. O corpo compulsoriamente utilizado no trabalho manual, que é castigado fisicamente, também é violado sexualmente; carrega as marcas do abuso, da marginalização, da solidão, etc. (DAVIS, 2016, p. 31)

A posição da doméstica na sociedade está alinhada com a construção da imagem da mulher negra que, no ideário classista, racista e colonial, colocou-as na posição de subserviência sexual. Ela que servirá ao modelo colonial como escrava, também servirá às novas formas de economia. Mesmo depois da abolição não sairá de seu lugar no lar, que conhece as dimensões mais precárias e intensas do trabalho, que foi a “mula”¹³ do sistema colonial. A mulher negra moldada pela escravidão não tem sua posição alterada na sociedade, continua sendo explorada no sistema capitalista contemporâneo do mesmo modo que o foi no sistema colonial.

As transformações econômicas ocorridas no século XX não modificaram o sistema de exploração racial. A força de trabalho negra, de homens e mulheres, permanece sendo destinada à ocupação de subempregos, sobretudo quando menos escolarizados e de menores rendimentos. As mudanças econômicas ocorridas no seio do capitalismo ainda continuam explorando a população negra em sua força de trabalho, abolição não será sinônimo de liberdade, aqui também se percebe a necessidade de colocar em cena uma questão crucial: “a libertação da mulher branca, tem sido feita às custas da mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p. 43). Para a mulher branca ser “empoderada” e adentrar no mercado de trabalho, é necessário que a mulher negra seja encarregada dos serviços domésticos.

Os movimentos feministas do século XIX e início do século XX estarão centrados nas demandas das mulheres brancas e de classe média, mesmo sendo um movimento de grande importância histórica, em relação às demandas femininas, durante muito tempo foi excludente. A opressão de gênero é operacionalizada na

¹³ Termo que significa segundo o dicionário: “um mamífero híbrido originário do cruzamento do asno macho com a égua”, de onde se origina o termo mulata, designação racista depreciativa para a mulher filha da miscigenação de negros e brancos.

categoria “mulher”, um conceito universalizante e centrado em aspectos biológicos, essa noção foi incapaz de abarcar os diversos modos de ser mulher.

Assim, como o colonialismo colocou a Europa como centro econômico e político do mundo. O feminismo europeu coloca a mulher europeia no centro das demandas políticas, desconsiderando tanto outras formas de “mulheridades” (NASCIMENTO, 2020), quanto outras formas de opressão. Como sabemos, foi apenas com avanço dos debates feministas durante o século XX que novos conceitos e ideias foram elaboradas. Novas questões, para além das diferenciações biológicas, começaram a ser concebidas. Ser mulher como categoria biológica, compartilhar um mesmo tipo de genitália, não é mais suficiente para pensar a opressão sofrida pelas mulheres. Dessa forma, outras questões sociais, históricas e econômicas começam a ser utilizadas.

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença. Ou seja, a categoria “mulher”, que constituía uma identidade diferenciada da de “homem”, não era suficiente para explicá-las. [...] Todo este debate fez ver que não havia a “mulher”, mas sim as mais diversas “mulheres”, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais (PEDRO, 2005, p. 81).

É, desta maneira, contestada a ideia de que as mulheres eram uma categoria unívoca, reconhecia-se que as formas de opressão vividas por elas, não estavam apenas condicionadas ao seu gênero, mas, a diversos fatores sociais, raciais, culturais, históricos e econômicos. Por meio da perspectiva interseccional se tornou possível evidenciar as múltiplas subordinações vividas por mulheres, para além da categoria de gênero. Quando ignoramos essas múltiplas formas de subjugação, podemos acabar produzindo cenários que limitam intervenções significativas em favor dessas mulheres (PEDRO, 2005, p. 36). Então, o conceito de interseccionalidade permite aos historiadores intercalar um ou mais eixos de subordinação. As questões de raça e classe, se vistas de maneira isoladas, não permitem enxergar as problemáticas sociais vividas por mulheres de cor que ocupam posições sociais diferentes daquelas ocupadas por mulheres brancas de classe média, com esclareceu Crenshaw:

[...] intersecção de fatores racistas e sexistas estão na vida das mulheres Negras de maneiras que não podem ser capturadas como um todo se as dimensões de raça e gênero forem vistas como experiências desvinculadas. (CRENSHAW, 2020, p. 27)

O trabalho doméstico é assim melhor entendido a partir dos pressupostos da interseccionalidade – na articulação de gênero, classe e raça – ao olharmos para a figura desprezada por Neide Passos podemos destacar que esse “desprezo” não é pessoal, mas sim estrutural: a associação do trabalho doméstico com a subserviência, bem como, a própria relação socialmente estabelecida entre o trabalho doméstico e o trabalho sexual. Destaca-se a dupla exploração da mulher negra – sexual e doméstica – “a imagem perfeita em tudo que se refere a atividade domésticas [...], consideradas especialistas em sexo” (GONZALEZ, 2020, p. 168). Mesmo com o fim da escravidão a percepção de posse e erotização do corpo da mulher negra perdura durante décadas; o corpo que é entendido como o de “posse do homem branco que deve estar ao seu dispor”, na percepção sexista e racista em que “a mulher negra, símbolo da sexualidade quente e tropical ainda hoje, figura como maior símbolo de imoralidade sexual” (RAGO, 1990, p. 57).

A doméstica remunerada, então, situa-se nesse contexto cultural como uma classe de trabalhadoras, em sua maioria negras e pardas, estigmatizadas por sua posição na sociedade, posição essa que só pode ser melhor explicada pela articulação de raça, classe e gênero. A estigmatização da profissional de serviços domésticos nada mais é que o resultado do sexismo e, sobretudo, do racismo estrutural, que provocou a perseguição de mulheres e homens negros desde o fim da escravidão. Para que não deixassem vagos esses postos de trabalho precário, foram criadas leis como a que punia a vadiagem.

A criminalização no Brasil dá-se por um processo jurídico que atravessa as instituições e que atinge diretamente pessoas negras, que se recusam a seguir os ideais de trabalho e exploração capitalista dos corpos negros nos trópicos. Se os homens negros foram marcados profundamente pelo arquétipo da malandragem, a mulher negra foi subjetivada pelo mito da sexualidade negra, o malandro e a promíscua serão dois adjetivos que farão parte do vocabulário racista, classista e sexista para definir pretos e pretas.

O desprezo explicitado por Neide Passos ao ser entrevistada apenas transparecia e traduzia uma concepção social já enraizada sobre a doméstica, desta forma, ela prefere ser uma “prostituta” a ser uma doméstica. Ela “apesar de sua profissão é uma dama” (Jornal de Alagoas, 12 out. 1980), discurso que resulta do moralismo socialmente estabelecido. Vemos uma face da prostituição que sofrerá com o machismo, a misoginia e o sexismo, contudo, será lida de maneira diferente com aquelas que compartilham as dimensões da raça e classe diferentes.

A prostituição considerada de luxo não foi matéria frequente dos jornais, nos noticiários, principalmente as páginas policiais, é mais recorrentemente o chamado “baixo meretrício”, descrito como a face mais pobre da prostituição. Neide Passos representa no Jornal de Alagoas essa face, mas não nas páginas policiais, como a maioria das mulheres presas nas operações da polícia. Contudo, em uma posição de certo destaque entre as “prostitutas”, já que é destacada por seu comportamento, que lhe possibilitou ganhos superiores aos da maioria de suas companheiras de profissão.

Rago (1990) fez considerações importantes para o contraste entre os chamados alto e baixo meretrício. A diferença configura-se no fato da prostituição de luxo contar, diversas vezes, com o patrocínio de figuras importantes. Entre a classe alta era considerada uma atividade recreativa importante aos homens jovens da sociedade, enquanto isso, mulheres pobres sofriam a represália das autoridades. Não surpreende, portanto, que as domésticas, como parte dessa massa de trabalhadoras urbanas da classe proletária, tenham sido os alvos das perseguições. Em Maceió isso ocorreu ainda no ano de 1969, primeiro pelo fator de raça e depois pelo fator de classe.

Enquanto as mulheres de condição humilde, filhas de proletários, operárias de fábricas, costureiras, lavadeiras eram perseguidas violentamente pelas autoridades públicas, muitas vezes por estarem complementando um salário miserável, a prostituição de luxo imperava soberana com o apoio de homens abastados e importantes. [...] Um sistema autoritário que atingia apenas uma parcela das prostitutas, em particular, as prostitutas públicas, mulheres de condição social inferior, que viviam em pensões alegres, bordéis, casas de tolerância, nem sempre toleradas. [...] Além do mais, se as prostitutas pobres já eram mais estigmatizadas pela sociedade, o que não dizer de um sistema que favorecia a verdadeira caça às bruxas comandada pelas autoridades. (RAGO, 1990, p. 197-202)

Numa matéria de 1980 do Jornal de Alagoas: “Prostituição em Maceió: o difícil dia a dia das mulheres de vida fácil”. Há, não só a narrativa de Neide Passos, mas

também uma série de entrevistas com as “mundanas”, onde elas falam da sua trajetória e de suas experiências com a prostituição e o motivo pelo qual “caíram na vida” (Jornal de Alagoas, 12 out. 1980). A narrativa explora fatos que seriam comuns entre elas, a pobreza e “o cair em desgraça muito novas”, pela perda da virgindade fora do casamento, no início da adolescência, ou até mesmo na infância – histórias que exploram a miserabilidade material da vida de muitas delas, bem como, os dramas pessoais e familiares.

É importante salientar que a reportagem refere-se ao início da década de 1980, já no final da ditadura civil-militar, que finda com o início do processo de redemocratização em 1985. Também nesse período dos últimos respiros do regime de exceção, tinham lugar os cadastramentos e “rondões”, empreendidos pela gestão das zonas urbanas.

A mulher Marlene de Oliveira e Silva, 20 anos, frequenta a zona do baixo meretrício de Bebedouro interpelada pela reportagem disse que “cada uma de nós temos história triste para contar. Eu, por exemplo, me perdi com idade de 12 anos e já estou pegando os oito anos de meretrício. Já fui presa, passei fome, apanhei de machões e dei em mulher safada.

DE UNIÃO DOS PALMARES

Em União dos Palmares, a reportagem entrou em contato com a decaída Cícera Matias da Silva, mulher que afirmou ter sido desvirginada por uma turma de meninos e que quase morreu quando o fato aconteceu, tendo mesmo que ser socorrida no hospital. Cícera Matias disse que tinha 10 anos quando foi agarrada pelos rapazes. Levada para um matagal, todos dela se aproveitaram, largando-a depois abandonada nas margens do rio Mundaú-Mirim, onde foi encontrada horas depois.

Naquela época, disse Cícera Matias da Silva, “eu vivia com minha tia Rita e passei, logo que fui currada, passei a comercializar meu corpo, percorrendo algumas cidades do interior. Minha tia cortava cana quando tudo aconteceu desde aquela data, que fazem 7 anos, ela não falou mais comigo. Já vivi com 5 caras, mas nunca fiquei grávida. Já bati o mundo e o fundo para ganhar dinheiro, mas ainda hoje passo fome.

Já tive tantos homens que não posso contá-los é como se tentasse contar todas as estrelas. Já peguei mais doenças venéreas que ganhei dinheiro, pois volta e meia tenho que baixar numa farmácia. A gente, como eu já disse, vive em zona pobre não procura médico, se vira como pode, tomando até chá de capim para curar-se, pois dinheiro é pé de cobra. Já adoeci uma porção de vezes, cara, mas lasquei uma porção de idiotas metidos a machões. Em suas declarações Cícera Matias disse que na zona vale tudo. Que se apanha se bate se vai

presa e que a cadeia para ela não é bicho de sete cabeças, se encontrando vez por outra por trás das grades “fazendo higiene mental”. Disse Cícera que, a mulher da vida, vivida é claro, que disser que nunca dormiu numa calçada é uma mentirosa, pois isso aconteceu comigo uma porção de vezes, depois de deixar uma pensão as escondidas, por ter levado um xexo.

[...] A vida da zona é a pior que pode existir, mas não pretendo deixá-la, pois não tenho para onde ir. Vivo na zona porque não tenho outro meio. Nunca mais faturei nada que desse pelo menos para comprar uma calça. Mulher de zona barata sempre viveu e ainda vive sacrificada. Qualquer dia deixo tudo para trás e procuro outro meio de vida.

MURICI

No baixo meretrício da cidade Murici, a reportagem conversou com a decaída Maria José, de 18 anos, que segundo afirmou que já com seus 10 anos já se encontrava na zona. Sua mãe é lavadeira e foi estuprada por um motorista de 40 anos, cuja desvirginação ocorreu no interior de um dos seus carros.

TEVE MEDO

Segundo declarou Maria José, quando sua mãe tomou conhecimento de seu desvirginamento, ficou com medo e pediu-lhe para ficar calda e não comentar o caso com pessoa alguma, pois era perigoso. Naquela época meu pai já havia abandonado minha mãe e nós duas vivíamos sozinhas. Desde os meus dez anos que passo de mão em mão. Tudo que quero é ajudar minha mãe. Já apanhei de várias mulheres esposas de homens com tive relação e, como não tenho para quem reclamar, volto pra casa com a cara ferida, ficando tudo por isso mesmo. Não me envergonho de viver na zona, pois a vida tem alto e baixo podendo isso acontecer com qualquer mulher. Dinheiro não se ganha muito com o meretrício, mas pelo menos se bebe bastante. Se eu pudesse estaria longe da zona a muito tempo, pois tenho minha mãe para cuidar e dinheiro não caí do céu salientou ela. (Jornal de Alagoas, 12 out. 1980, p. 4)

Nesse momento, o Jornal de Alagoas traz a fala das prostitutas explorando os seus discursos sobre a prática da prostituição, mesmo ressaltando o discurso da miséria podemos ver as palavras dessas mulheres que muitas vezes tinham seus discursos apagados. E como elas também se apropriam desses discursos em sua própria fala, denunciando uma imagem de sofrimento e miséria, ao tempo que apontavam também as suas demandas.

Nessa perspectiva, essa passagem encontrada no Jornal de Alagoas aponta para a condição de miserabilidade da “prostituta”. É por causa da “miséria material e moral” que mulheres recorreriam ao trabalho sexual. Quebra-se a ideia, também presente no imaginário popular, de mulheres enriquecidas pela prostituição, “cortesãs

de luxo”. Nas páginas dos jornais alagoanos, deparamo-nos com outra realidade: a prostituição de rua.

Marlene da Silva, entrevistada pela mesma reportagem que Neide Passos, apresenta aos leitores outras falas, leituras e dimensões da prostituição. Marlene era uma mulher cuja vida fora marcada singularmente pela pobreza, é descrita pela reportagem como uma mulher do baixo meretrício, moradora do bairro de Bebedouro. Ela é destacada pelo jornalista como o oposto de Neide Passos, mulher elegante e bem resolvida. Marlene foi utilizada como exemplo da “miserabilidade do meio”, aquela que foi empurrada para a prostituição por uma trajetória pessoal ligada à muita pobreza (Jornal de Alagoas, 12 out. 1980, p. 4).

Marlene e Cícera Matias, apresentadas na mesma reportagem, apropriaram-se desse discurso baseado na pobreza para justificar o trabalho que desempenhavam. Cícera também compartilhava a marca da violência sexual, destaca que sofreu um estupro coletivo, quando tinha apenas 10 anos de idade: “eu vivia com minha tia Rita e passei, logo que fui currada, passei a comercializar meu corpo, percorrendo algumas cidades do interior” (Jornal de Alagoas, 12 out. 1980, p. 4). Descrita pelo jornal apenas pela face da pobreza e miséria, pelo abandono familiar, podemos notar como a própria Cícera faz uso desse discurso ao descrever-se. Assim como Neide, que se apropria do discurso da “mulher livre”, Cícera faz uso da imagem vitimizada da prostituição de rua, da pobreza, da fome e, principalmente da chamada “desgraça sexual”, nas palavras dela, “cada uma de nós temos história triste para contar. Eu, por exemplo, me perdi com idade de 12 anos e já estou pegando os oito anos de meretrício. Já fui presa, passei fome, apanhei de machões e dei em mulher safada” (Jornal de Alagoas, 12 out. 1980, p. 4).

Mas, mesmo destacando a sua condição de pobreza, devemos levar em consideração que é da prática da prostituição que a mesma tirava o seu sustento. Mesmo denunciando as dificuldades que enfrenta, o que ela chama de vida “sacrificada”, falando das vezes que fora presa ou que caiu em golpes, ela também diz como aprendeu a conviver com essa realidade, a revidar, a solucionar os problemas que enfrentava frequentemente, como lidava com a precariedade do acesso à saúde, ou como resolvia quando não havia para onde ir. Diferente de Neide, não declara ter escolhido a atividade sexual, mas aprendeu a lidar com as possibilidades que a vida apresentou, ficando de pé.

Maria José também tem seu pensamento reproduzido pelo jornal. Ela disse que veio do interior do estado de Alagoas e fez da prática da prostituição seu meio de sustento. Apesar de destacar “a desgraça a qual passara ao ser desvirginada”, “desde os meus dez anos que passo de mão em mão”, é o que diz a mesma. Ainda que se apresente como vítima de violência sexual na infância e fale das dificuldades pelas quais passou, Maria não assume uma posição de vergonha ou vitimismo por sua profissão. Ela fez do trabalho sexual seu meio de sustento e uma maneira de poder cuidar de sua mãe. Com certeza, a prostituição era um lugar de dificuldades, mas também de sociabilidades. Essas mulheres compartilham dificuldades, até mesmo histórias marcadas por violências, mas também compartilham amizades, amores, experiências e aprendem como lidar com os problemas que se apresentam.

Essa é uma rara reportagem, porque nela podemos analisar também a posição das trabalhadoras sexuais entrevistadas. Em suas declarações, a apropriação dos discursos de violência sexual, pobreza e miséria, como forma de explicar suas demandas. Exceto por Neide Passos, todas as mulheres destacadas na reportagem ressaltam as “desgraças” que compartilham, marcadas pelo sexismo, pela pobreza e pela violência sexual e de gênero, buscam ser ouvidas e ter suas necessidades atendidas.

Cícera Matias é a primeira a destacar a necessidade de atendimento médico: “a gente, como eu já disse, vive em zona pobre não procura médico, se vira como pode, tomando até chá de capim para curar-se” (Jornal de Alagoas, 12 out. 1980, p. 4). Esse mesmo ponto também é levantado por outra trabalhadora sexual entrevistada, Maria do Socorro. Para ela, “todas as “decaídas” vivem abandonadas pelas autoridades competentes, vivendo como animais irracionais, sendo chutadas por todos” e, ainda, “desprovidas de assistências médica pelo governo tendo que viver em situação degradante com doenças venéreas” (Jornal de Alagoas, 12 out. 1980, p. 4).

É interessante notar que apesar de assumirem o discurso de vítimas, fomentado pelo jornal, fazem de maneira a mobilizar o discurso também ao seu favor. Assim, é preciso ressaltar que elas estão além de meras vítimas, inativas à todas as circunstâncias de suas vidas, ou incapazes de lutar por suas próprias demandas. Devemos perceber que elas assumiram uma posição para poderem ser ouvidas e supridas as suas dificuldades. Usam também da capacidade que o jornal possuía de

comunicar e fazer denúncias ao poder público, exigindo acesso à saúde e a outros serviços que agregassem mais dignidade em suas vidas, demonstrando que elas não eram “seres irracionais”. Pois, eram construídas como degeneradas, como vítimas da miséria ou de um mal moral. Essas faces da prostituição integraram a lógica de dominação e de legitimação de uma política moral. A biopolítica da ditadura civil-militar articulou discursos que talharam uma imagem cristalizada da prostituição, parte de um conjunto de sexualidades dissidentes que necessitava de controle.

As mulheres, durante séculos foram negociadas como posse dos homens, parte de seu capital simbólico (BOURDIEU, 2020, p. 63), do qual ele pode dispor a seu favor. Construídas como objetos, cujo valor primordial estaria depositado na conservação da honra e por isso deviam ocupar um lugar social muito específico, o lar. Assim, o controle e a segregação de gênero, de raça, classe e sexualidade tornaram-se fundamentais para a lógica de desenvolvimento desta forma de poder. Uma forma de poder que fez com que mulheres que socializavam em ambientes públicos, principalmente em ambientes masculinizados, fossem qualificadas como “mundanas”, mesmo não fazendo da prostituição seu “meio de vida”.

O controle da sexualidade é mais uma das facetas utilizadas pela biopolítica, adotada pelo regime civil-militar para assegurar a ordem vigente. O uso da educação sexual também atuou como forma de disciplinar, disseminação legítima dos ideais morais da ditadura. Uma estratégia de legitimar o ideal de moralidade sexual, ao mesmo tempo, estabelecendo formas de sexualidades legítimas e marginalizando as sexualidades dissidentes, grupo em que as trabalhadoras sexuais eram adicionadas.

Esse poder que se propôs a controlar e ordenar a vida das pessoas, lançou mão dos subterfúgios que legitimam suas ações: a família, a educação, a medicina, todos como meios de ordenação moral que atuam para a manutenção do poder e da ordem. O controle de gênero e sexualidade articulam-se com os pressupostos de raça e de classe, fazem parte das engrenagens estatais para o controle social.

Esses discursos foram parte de um regime de verdade, tecido e utilizado pela imprensa para legitimar ações. Essas verdades, deslocando-se do campo simbólico, concretizaram-se em políticas públicas, parte da gestão moral da cidade. Podemos ver sua expressão nas atitudes tomadas pelas secretarias públicas, os cadastramentos, as prisões, as rondas policiais e os outros tantos tipos de controle,

formas de submeter. Uma submissão de caráter moral direcionada à sexualidade das mulheres negras e pobres ligadas à prática da prostituição em Maceió.

3. “GUERRA CONTRA AS MARIPOSAS”: OPERAÇÕES DOMÉSTICA E MARIPOSA

Neste capítulo, abordo duas operações - “Operação Doméstica” e “Operação Mariposa” - para compreender a lógica da biopolítica e suas inúmeras investidas no ordenamento moral da cidade. Primeiro, discuto a “Operação Doméstica” e o modo como ela foi utilizada para os controles de raça, gênero, classe e sexualidade, perseguindo e apreendendo empregadas domésticas nas ruas de Maceió. Na compreensão da dinâmica da operação dirigida pela Secretaria de Segurança do Estado, recorreremos à análise interseccional, atentando para a construção histórica do lugar das mulheres negras na sociedade, os mitos racistas e sexistas, fundados no racismo estrutural brasileiro.

Em seguida, analisamos a “Operação Mariposa”, que consistiu em rondas feitas pela polícia. Nas ruas da capital realizaram diversas prisões de mulheres que praticavam a prostituição ou a ela estavam associadas. Destaco como essa operação atuou no sentido de restringir a circulação de mulheres pelas ruas, assim como fechou “casas suspeitas”, boates e lupanares frequentados por homens e mulheres.

Por fim, investigamos como essas intervenções também levaram à formação do Canaã, bairro que passou a ser conhecido pelas boates e por ser um centro ligado à atividade da prostituição. A sua existência tornou-se “necessária” após o fechamento das casas localizadas na parte baixa da cidade pela tentativa de expulsão das mulheres das ruas centrais. Dessa forma, segregou-se a “cidade da maldade”, como nomearam os jornais da época. Nessa perspectiva, ao tempo que as práticas de biopolítica moral da ditadura civil-militar geravam operações de “ordem” urbana, produziram conjuntamente o ideal de separação moral dos espaços.

3.1. “Operação Doméstica”

Em 1969 os jornais iniciaram um ciclo de notícias que destacavam as operações dirigidas pela Polícia Militar de Maceió, mais precisamente pela recém fundada Rádio Patrulha. As operações tinham como objetivo o controle das mulheres que praticavam a prostituição nas ruas centrais da cidade. O *Gazeta de Alagoas*, em edição do dia 2 de novembro, destacou essas investidas do poder público, através da seguinte manchete:

SEGURANÇA PÚBLICA NA “OPERAÇÃO DOMÉSTICA”

Por determinação da Secretaria de Segurança Pública, o Major Jorge Araújo está prendendo todas as domésticas que permanecerem nas ruas da cidade depois das 22 horas.

A “Blitz” está sendo promovida por aquele militar, acompanhado por alguns soldados da Companhia Metropolitana de Policiamento Ostensivo. Dente todos os locais são os situados defronte à Estação Ferroviária e nas proximidades do Edifício Brêda.

As domésticas presas são levadas para a delegacia do Primeiro Distrito, onde possivelmente são ouvidas pelo delegado de plantão logo depois cadastradas por vadiagem. A “Blitz” teve início na noite de anteontem, devido as inúmeras queixas chegadas nas delegacias distritais.

JIPE DA PM

A “Busca às domésticas” está sendo feita num jipe da Polícia Militar de Alagoas, sob o comando do Major Jorge Araújo. Ontem, pela madrugada, algumas foram presas e conduzidas para a delegacia do Primeiro Distrito, onde foram ouvidas pelo cel. Alcides de Barros, delegado de plantão, que, após interroga-las colocou-as em liberdade (*Gazeta De Alagoas*, 2 nov. 1969. p. 5).

A partir da “Operação Doméstica”, outras operações surgiram com a mesma finalidade de “apreender mulheres sozinhas”, que transitassem em determinados horários. A operação foi uma iniciativa da Secretaria de Segurança do Estado, que a delegou à Polícia Militar.

As domésticas eram, em sua maioria, mulheres negras e pobres. Com a abolição da escravatura no Brasil, esse trabalho tornou-se a principal, e por muitas vezes, a única alternativa de ocupação para as mulheres negras. Uma ocupação entre as possibilidades escassas de trabalho remunerado, que as mulheres negras, pardas e pobres podiam acessar. Colocadas em uma posição de subalternidade (TEIXEIRA, 2021), pela política racial que estruturou o Brasil. Desde a ação colonizadora empreendida pelas nações europeias, invadindo o território brasileiro, as noções de classe social e divisão racial serviram de base para a organização socioeconômica do país. Nessa economia eurocentrada, foi reservado às pessoas negras um lugar de subserviência. O negro, pela herança do sistema escravocrata colonial, é o “não humano”, um servo, como explica Clarissa Alves, quando discute a importância do critério de raça para compreender a posição historicamente construída dos sujeitos no capitalismo, um capitalismo herdeiro do sistema colonial:

A “raça” como um critério relevante para determinar historicamente que grupos serão constituídos enquanto fornecedores ou beneficiários de trabalho reprodutivo, ou, em outras palavras, que grupos estarão historicamente determinados a servir ou a serem servidos (ALVES et. al., 2019, p. 180).

O sistema colonial ecoa sua estrutura social racializada, fazendo com que corpos negros sejam reconhecidos, numa dinâmica simbólica e material, como máquinas de trabalho (ALVES et. al., 2019). O fim da escravidão não elimina a antiga estrutura racializada colonial, ao contrário, renova-lhe, substituindo a relação jurídica entre senhor e escravo, formalmente validada pela premissa da escravidão, por um estado de desigualdades sociais intensas. Na consolidação desses papéis sociais muito bem definidos, o critério da raça é central para desenvolvê-lo e solidificá-lo, juntamente à sexualidade e ao gênero.

As mulheres negras passam a ser localizadas social e culturalmente como servas não mais em virtude da relação jurídica de escravidão, mas em razão de um padrão continuamente estruturado pelas relações sociais de “raça”. Assim, ainda no ano de 1940, nos Estados Unidos, cerca de 60% das trabalhadoras afro-americanas trabalhavam como domésticas, e essa categoria ocupacional permaneceu representando o maior segmento da força de trabalho feminina negra até o Censo de 1970 (COLLINS, 2016, p. 100).

A abolição da escravidão modifica o status jurídico, mas não o status social das mulheres negras-servas (ALVES et. al., 2019, p. 185).

Dessa maneira, podemos supor que a maioria dessas mulheres, as domésticas que emergem nas fontes, deixam entrever mais que sua condição de classe, são mulheres pretas (negras e pardas), historicamente destinadas a essa função. Sabemos que a doméstica como categoria de classe não foi, e ainda não é constituída apenas por mulheres pretas e pardas, mas apesar das fontes não apontarem diretamente a identificação racial delas, alguns pontos indicam o pertencimento racial da maioria dessas mulheres. O primeiro ponto de observação parte da notícia de que essas mulheres tiveram a circulação proibida em determinadas ruas e horários. Caso descumprirem, poderiam ser apreendidas pela polícia da capital e levadas à delegacia do Primeiro Distrito da Capital, local onde seriam registradas e autuadas por “vadiagem”.

A vadiagem foi uma prerrogativa legal utilizada durante o século XX, como meio de repressão à ociosidade de homens e mulheres, negros e negras. Serviu também de respaldo para o uso ostensivo de polícia contra essas “mulheres domésticas”. Buscavam assim coibir a circulação delas em áreas centrais de Maceió, a exemplo da Rua do Comércio e as redondezas da antiga Rodoviária da Capital, geralmente após as 20 horas. Esse recurso jurídico utilizado como forma de controle dos corpos negros, alia-se à lógica do capital, para a qual, esses mesmos corpos devem estar condicionados ao trabalho, seu principal eixo de controle de negros e negras (CORRAIDE; PEREIRA; 2021, p. 43).

A prisão por vadiagem poderia render ao contraventor até 3 meses e quinze dias de prisão, mas como podemos ver na notícia, as mulheres eram liberadas após os depoimentos e a efetivação de seu cadastro na delegacia. Essa informação faz concluir que o objetivo maior da operação não era mantê-las presas, mas demonstrar que o poder público exercia controle sobre elas, sobre sua liberdade, utilizando as estratégias do biopoder para gerir suas vidas.

A contravenção foi um termo amplamente utilizado, principalmente durante a ditadura civil-militar, como um recurso jurídico. Assim como a vadiagem, servia para enquadrar indivíduos na contramão da moralidade vigente. A vadiagem e a contravenção serão utilizadas de maneira complementar, para cumprir o mesmo propósito, como dispositivos de controle do Estado sobre aqueles que não faziam parte do projeto de ordem moral urbana. Eles precisavam ser controlados, até mesmo eliminados da cidade. Não é novidade falar que o regime civil-militar perseguiu em massa qualquer pessoa que expressasse contrariedade aos seus ideais morais: gays, lésbicas, travestis, trans, trabalhadoras sexuais cisgêneras, etc. Esses grupos afrontaram diretamente a ordem sexual ligada ao regime, que em oposição, afirma a incompatibilidade desses sujeitos com a “família tradicional brasileira”.

O corpo negro é, dessa maneira, compreendido como um corpo para o trabalho, não devendo encontrar-se desocupado. Essa herança estrutural do sistema colonial permeia a estrutura social do trabalho, que racialmente induz as pessoas negras à servidão contínua, sendo-lhes vedado o direito ao descanso e ao lazer, mesmo de serem livres transeuntes. Como aponta a reportagem da *Gazeta de Alagoas*, em novembro de 1969, as empregadas domésticas estavam sendo apreendidas, por estarem circulando na cidade depois das 20 horas:

Empregadas domésticas não podem tomar “a fresca” na praça pois são “guindadas” ao xadrez.

Até as 20h as coitadas das empregadas domésticas ficam trabalhando ativamente no fogão, no lavar dos pratos, no encerar a casa, espanando os móveis e cuidando das crianças, quando terminam esses serviços, que são realizados diariamente, pretendem se distrair, porém não podem. Correm para praça a fim de encontrar “as outras motoristas de fogão e seus respectivos romeus. Ao chegarem no logradouro público, encontram a guarnição da rádio patrulha, que pega as coitadas das mariposas “despinlongando para o Xadra” da primeira delegacia de polícia, enquanto seu amante “dá nos calos”. A companhia de seguros das coitadas foi extinta no dia 31 de fevereiro do ano passado e nem seus patrões estão se responsabilizando por elas. Os repórteres dessa coluna, vendo que a coisa está sendo processada, irregularmente, fazem apelos as autoridades policiais no sentido de amenizar, oitenta por cento, essa tão amarga ordem (*Gazeta de Alagoas*, 5 nov. 1969, p. 5.)¹⁴

Compreendemos essas apreensões a partir da lógica do biopoder. A biopolítica articula o controle urbano das camadas populares nas regiões de mais movimentação da cidade, um controle que se constituía sob toda a forma de sociabilidade que apresentasse um risco à ideia de moral e dos bons costumes. A biopolítica usa do poder de represália da polícia militar contra a socialização e a circulação de domésticas na cidade, o controle de gênero, classe, raça e sexualidade, inter cruzam-se para exercer domínios sob o corpo da doméstica, essa trabalhadora que deveria apenas continuar encerrada no lar de seus patrões, existindo apenas para o trabalho.

Vale sinalizar que a lei da vadiagem, que punia a ociosidade urbana, deixou de vigorar em nosso país apenas a pouco mais de uma década, no ano de 2012. Também a criminalização da capoeira e das atividades ligadas à religiosidade afro. Perseguição à casas de santo¹⁵, terreiros (locais de culto da religiosidade negra) e a outros espaços de sociabilidade e acolhimento da nação afro no Brasil.

¹⁴ A coluna “Coisas da Vida e da Morte” do Jornal *Gazeta de Alagoas* ironiza a precariedade da posição trabalhista da doméstica com o fato destas nunca terem tido nenhuma companhia, ao se referirem a sua “extinção no dia 31 de fevereiro”.

¹⁵ Em agosto de 2012 o projeto de Lei 3158/21 revoga o art. 59 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei de Contravenções Penais. A contravenção penal intitulada “vadiagem”, correspondente à conduta de “entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”.

Ao discutir a prostituição na região carbonífera catarinense, Maracangalha, Adriana Vieira (2008) fará menção às relações entre religiões afro-brasileiras e o meretrício (VIEIRA, 2008, p. 32). Adriano Gomes (2019) contribuiu com a discussão sobre a formação da religiosidade negra em Alagoas em relação a formação da figura de Exu como entidade cultuada nos cultos afro-brasileiros em Alagoas. Já Rangel Nascimento (2021), que trabalha a relação de terreiros em Maceió com a “chamada marginalidade urbana” e as práticas de sexualidades dissidentes, aponta para a figura da “pomba-gira”, entidade religiosa afro-brasileira, associada à prostituição e às sexualidades dissidentes: “a imagem das pombagiras, mulheres sem honra, estereotipadas de prostitutas, verdadeiras dissolutas” (GOMES, 2019, p. 23). Na própria construção do panteão afro-brasileiro, há espaço para a figura da “prostituta”, a mulher que pratica a prostituição, ou que está de fora dessa compreensão moralizada da sexualidade feminina, muitas vezes “demonizada” nas religiões oficiais, encontrando lugar de existência dentro da religiosidade afro.

Vale, nesse sentido, lembrar que no início do século XX, na cidade de Maceió houve um dos mais emblemáticos eventos de perseguição às casas de culto afrobrasileiro: o Quebra de Xangô, símbolo da perseguição à religiosidade negra no Brasil. Apesar de ter ocorrido no início do século o “Quebra de Xangô em Alagoas exemplificaria de modo extremo toda a sorte de violência, repressão e perseguição, desencadeada durante a República Velha e o período Vargas aos cultos afro-brasileiros” (SANTOS, 2012, p. 196). O Quebra de 1912 e suas consequências na reorganização da comunidade negra da capital, serve de exemplo dos enfrentamentos que a comunidade negra local, e claro, brasileira, teve tanto no período pós-escravidão, como durante todo o século XX, para estabelecerem-se enquanto pessoas com direito à cidadania, às sociabilidades e à vida em comunidade.

Assim, podemos compreender que a perseguição às domésticas em 1969 faz parte de um intersecção entre a perseguição de gênero/sexual, no qual o corpo feminino é pensado pelo sistema cisheteropatriarcal como parte da propriedade privada masculina que deve ser, portanto, controlado. Bem como, parte de um processo de racismo, estrutural e institucional, de nosso país, que objetiva obter o controle de homens e mulheres negras por meio do trabalho e da criminalização das suas sociabilidades.

Um projeto que persegue e criminaliza a comunidade negra, seja na religião, no samba, ou na capoeira. Pois o negro deve estar sempre ocupado, sua ociosidade é um perigo. As domésticas tornam-se uma categoria interseccional que compreende tanto a questão do feminino, da sexualidade e da negritude, bem como de classe. Através de suas vivências podemos ver como “o racismo e sexismo torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo” (GONZALEZ, 2020, p. 34).

No caso da mulher pobre e negra, esse corpo duas vezes objetificado pelo patriarcalismo racista colonial, onde lhe será atribuído uma “representação global dos corpos das mulheres negras permanece oscilando entre a objetificação sexual e o estigma de serva” (GONZALEZ, 2020, p. 35). A mulher negra ocupará o lugar da servidão, enquanto para as mulheres brancas o lar, do qual muitas tentam libertarem-se, do “não trabalho”. No entanto, para essas mulheres, eram destinados o matrimônio e a maternidade, restando às mulheres negras a opção do “não trabalho”. O trabalho doméstico será por muito tempo a única opção para conseguirem o sustento.

Enquanto toda uma primeira geração de feministas lutava pelo direito do trabalho, pela independência financeira fora do lar, mulheres negras já labutavam intensamente principalmente no trabalho doméstico. Lélia Gonzalez¹⁶ (2020), ao discutir a posição da mulher negra nas demandas do feminismo, em sua obra “Por um feminismo afro-latino-americano”, lembra que a mulher negra ocupará o espaço deixado pela mulher branca no lar. As mulheres negras servirão de mola motriz de um longo processo de exploração servil e sexual, primeiro dentro do sistema colonial e depois para o chamado capitalismo moderno, que irá explorar seu corpo numa dupla dimensão, já que a mulher negra teve em sua sexualidade uma das principais formas da caracterização de sua identidade

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado em termos pelos papéis sociais que lhes são atribuídos – domésticas e mulatas. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de retificação: ela é

¹⁶ Os artigos de Lélia Gonzalez para debater as questões interseccionais – raça, classe, gênero e sexualidade – foram publicados em coletânea única em 2020 pela editora Zahar, mas fazem parte do entorno do debate da autora que foi produzido nas décadas de 1970 e 1980.

nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais. [...] Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização, e comercialização da cultura negra brasileira (GONZALEZ, 2020, p. 44).

A mulher negra, desta maneira, vai ser vista como uma trabalhadora sexual em potencial, já que os estereótipos socialmente construídos dessas mulheres conduzem a uma leitura social ligadas à “libertinagem sexual”, à prostituição, à fetichização do corpo negro, reforçando a violência sexual e de raça sofrida pelas mulheres negras. Assim, apenas o fato de domésticas estarem circulando nas ruas da capital, às altas horas da noite, são quase automaticamente associadas à atividade da prostituição, fazendo-se necessário o controle estatal, por meio da atividade policial. O racismo é uma característica marcante da sociedade brasileira e um dos principais mecanismos de opressão e controle dos corpos negros, é a sistemática perseguição policial traçada contra eles, como parte das estratégias da biopolítica para a sujeição dos corpos ditos subversivos. Como explica Cristina Lemos (2017), ao analisar as práticas de controle, sujeição e extermínio ligadas à conjuntura da biopolítica no controle de corpos negros: em nossa sociedade o racismo é organizado e institucionalizado e materializa-se em práticas variadas de sujeições, opressões e dominações.

No caso das mulheres negras, essa perseguição, para além do aspecto da ociosidade instaurada pela contravenção por vadiagem, há fortemente o aspecto sexual, muitas vezes considerado como uma característica “natural” dessas mulheres, numa reprodução perpétua de um dos mitos mais divulgados sobre a mulher negra – a mulata – “a sua sensualidade nata”, que se torna matriz da exploração do corpo negro feminino, utilizado como objeto sexual a disposição do homem branco (GONZALEZ, 2020, p. 44).

A perseguição às domésticas na capital alagoana é uma medida que visava o controle das “prostitutas”, numa associação direta entre a figura da doméstica e das trabalhadoras sexuais. Como destaca a *Gazeta de Alagoas* numa notícia de novembro de 1969: “Prisão de mundanas é meta da Operação Doméstica” .

O major Jorge de Araújo, da Polícia Militar de Alagoas, lotado pela Secretaria de segurança pública declarou ontem a reportagem que a “Operação Doméstica”, realizada em vários bairros de Maceió, visa

somente prender as mundanas que permanecem perambulando na capital depois das 22 horas.

As que forem presas serão levadas a delegacia do Primeiro Distrito, onde são cadastradas por vadiagem e, posteriormente, ouvidas pelo delegado Rivaldo Oliveira. O Delegado está fazendo a “Operação” em um jipe acompanhado de alguns policiais.

Por outro lado, às denúncias chegadas à nossa redação São de moradores da Rua Anadia, defronte a Estação Ferroviária, Avenida Duque de Caxias, Rua Pedro Monteiro, nas imediações do SESI, na rua São Francisco (Prado) e Praça Centenária, os quais solicitam as providências do Major Jorge Araújo, pois a anarquia reina ali, pelas mulheres que passam a noite perambulando pelas ruas [...]. (Gazeta de Alagoas. 5 de nov. de 1969, p. 5)

A associação da empregada doméstica ao trabalho sexual é feita pelos primeiros “rondões” empreendidos em Maceió, que visavam apreender essas mulheres ao circularem nas ruas da cidade. A “Operação Doméstica” tem como foco a apreensão de “mundanas”, termo que nesse contexto aparece ligado às mulheres que praticam a prostituição. Na verdade, a própria notícia parte da percepção de que a atividade de controle urbano empreendido pela polícia está ocorrendo de maneira “irregular”, já que com sabemos, o ato de circular pela cidade em busca de distração não é crime, aliás, a própria atividade da prostituição nunca se configurou como crime. Contudo, mesmo não configurando como crime, a perseguição e o aprisionamento dessas mulheres foi uma das estratégias de controle moral do biopoder, que reforça a ordem e a organização moral da cidade. A biopolítica, nesse caso, articula práticas de perseguição, aprisionamento, enquadramento jurídico-policial e cadastramentos, que envolveu a articulação tanto das delegacias, quanto da Secretaria Estadual de Saúde.

Essa série de represálias empreendidas contra as domésticas é o início de uma longa série de operações que tiveram como foco, principalmente, as mulheres que praticavam ou eram associadas à atividade da prostituição. Depois de presas, eram submetidas a um cadastro nas delegacias e na Secretaria de Saúde do Estado, por muitas vezes, tendo como base jurídica a contravenção da vadiagem. A articulação entre as secretarias estaduais, segurança e saúde, manifesta-se como uma dos mecanismos do biopoder para efetivar o controle dos corpos dessas mulheres, a doméstica, que nessa lógica será compreendida como uma potencial prostituta. O jornal chama as domésticas de “mariposas”, expressão associada à atividade da prostituição. Ao destacar a sociabilidade das domésticas na capital, a reportagem

destaca o encontro dessas com seus “amantes”, provando o potencial sexual da circulação dessas na cidade.

Desta forma, não devemos deixar de salientar que as categorias de gênero, raça, classe e sexualidade organizam as estruturas sociais, políticas e econômicas de nosso país. A formação da classe trabalhadora da qual as domésticas fazem parte, é fruto de nosso passado colonial escravista. Como nos diz Lélia Gonzalez (2020, p. 96), o “desenvolvimento econômico brasileiro enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal”. Mulheres negras/pardas devem ter sua liberdade controlada, seus horários, lugares de trânsito e atividades de lazer reguladas, com o “toque de recolher”, como mencionado na reportagem. As domésticas devem ser “recolhidas pela polícia caso estas transitem nas ruas da capital, principalmente do Centro de Maceió, depois das 22 horas” (*Gazeta de Alagoas*. 5 de nov. de 1969, p. 5).

A Polícia Militar alagoana, principalmente a Rádio Patrulha, foi agente dessas operações, juntamente à Polícia Civil, às secretarias de Segurança Pública e de Saúde do Estado. Unidas comandaram não uma, mas diversas operações na capital, que visavam, em um primeiro plano, às domésticas, pela sua associação à prostituição – associação de mulheres negras ao “promíscuo”, à “libertinagem”.

Assim, essas mulheres foram reconhecidas como ociosamente livres, perigo iminente que necessitava ser controlado. Os “rondões” visavam a apreensão delas e a condução à delegacia, no caso, o Primeiro Distrito da capital, para dar prosseguimento ao cadastro delas por vadiagem, em seguida eram liberadas. As restrições à circulação urbana dos chamados contraventores é uma das faces do policiamento ostensivo e das práticas de ordenamento social utilizadas pelo regime civil-militar, com apoio da polícia alagoana. O cadastramento urbano, que visou principalmente as trabalhadoras sexuais da capital, centro desse debate, tornou-as o principal alvo das ações da polícia na capital, pelo menos em destaque nas páginas policiais dos jornais.

Os moldes de repressão da ditadura civil-militar às sexualidades dissidentes é um dos projetos de poder que culmina no controle da vida privada dos cidadãos, a polícia surge como duas faces de uma mesma moeda: “se tratando da ditadura brasileira, que política e moral são duas faces complementares de um mesmo projeto

global de repressão que pode ser designado como ‘utopia autoritária’” (QUINALHA, 2017, p. 35).

As rondas policiais, as prisões e os cadastramentos são mecanismos da biopolítica no controle dessas mulheres, em princípio as domésticas, associadas à atividade da prostituição, depois, estarão diretamente ligadas ao controle das designadas como “mundanas”, alvo principal dessas operações.

3.2. “Operação Mariposa”

A onda de perseguições que começou no ano de 1969 com a “Operação Doméstica”, estendeu-se durante a década de 1970, pela atuação da Polícia Militar na capital, a mobilização mais incisiva da Polícia Civil e das Secretarias de Segurança Pública e de Saúde de Alagoas. Juntos formulam a legitimação da atuação da polícia no controle das trabalhadoras sexuais de Maceió. Estariam verdadeiramente preocupados, ao fazer uso do saber médico, com a propagação de infecções sexualmente transmissíveis. Desta forma, em 8 de março de 1970, a “Operação Mariposa” foi iniciada pela Rádio Patrulha em Maceió.

A Rádio Patrulha iniciou, na noite de ontem, em Maceió a “Operação Mariposa”, que tentará evitar os abusos praticados pelas mulheres da “vida fácil”. O assessor Militar da Secretaria, Tenente Nilton Rocha, escalou para o trabalho três viaturas que serão compostas de soldados da RP, treinados para o serviço.

Dispersará todas as mulheres, conhecidas como mariposas, das artérias principais de Maceió, quando estiverem perambulando e praticando desordens.

“BATIDAS”

As “batidas” conforme nos adiantou o Tenente Rocha, foram iniciadas nas ruas do Comércio, Senador Mendonça nas Praças Pedro II, Centenário Palmares, Sinimbu, ladeira da Catedral e outras artérias de grande movimento, principalmente durante o período noturno. As mulheres que se portam de maneira vergonhosa Perambulando pelas ruas da cidade, à procura de “passeios” em automóveis e brigas com suas colegas, estão sujeitas a ser levadas diretamente à presença do delegado do 1º Distrito de Polícia, quando após cadastradas, sofrerão as penalidades impostas por lei.

Para o início da “Operação” as autoridades da Secretaria de Segurança Pública estudaram minuciosamente o problema, tendo sido encontrada a fórmula de lançamento de combate às mariposas, após flagrarem algumas delas perambulando no centro da cidade,

praticando contravenções. Os Policiais que comandarão as viaturas levarão para a delegacia do 1º DP todas as mulheres reincidentes que forem encontradas com atitudes suspeitas a partir das 19 horas, nos locais já discriminados. (Jornal de Alagoas. 8 de mar. de 1970, p. 4).

Na notícia divulgada pelo *Jornal de Alagoas*, em março de 1970, observamos um ciclo de operações policiais que atuará de maneira mais truculenta contra as “mariposas”, mulheres que praticavam a prostituição nos bairros centrais, o Centro de Maceió e suas adjacências estavam em evidência.

A circulação de mulheres por essas áreas destacadas era considerada um problema, um mal que precisava ser combatido. Se, anteriormente, a “Operação Doméstica” destacava a proibição e o controle de domésticas circulando nas ruas e praças da região central da capital, principalmente depois das 22 horas, a “Operação Mariposa” destaca o controle de mulheres circulando nas ruas da capital após às 19 horas. Essas práticas de controle fundamentam-se numa biopolítica que pretende determinar como os sujeitos devem viver.

As “mariposas” deveriam ser impedidas de circular nas ruas centrais da cidade depois do toque de recolher, mulheres andando sozinhas à noite seria um indicativo da prática da prostituição. Devemos ainda atentar ao fato de que a notícia não direciona o discurso para a extinção da prostituição, um fim definitivo para ela, mas apenas o controle das mulheres consideradas potenciais “prostitutas”, potenciais, em vista de que não é possível supor que todas as mulheres que andassem a noite pelas ruas fossem trabalhadoras sexuais, poderiam ser mulheres que se recusavam a obdecer a interdição da vida noturna. Já que o acesso ao mercado de trabalho possibilitou a algumas mulheres transitar pelos espaços urbanos. Foi um momento de transição, o lar já não era sua única esfera de atividades, o espaço público podia ser disputado.

Podemos ver bem delineada essa questão numa notícia do *Jornal de Alagoas* de 1970: “Larápios e Mariposas brincam o São João” (Jornal de Alagoas. 25 de jun. 1970). O São João é uma festa típica da região do Nordeste brasileiro, muito apreciada pela população. No entanto, havia problema em associar “mundanas” a uma festa presumidamente familiar. A livre circulação de “mundanas” em um ambiente em que a “as boas moças” e as “senhoras de família” também frequentam era motivo de escândalo, por isso, podiam ocupar as páginas dos jornais. Segunda a notícia, “as

mundanas aproveitaram os festejos de São João, na capital, e baixaram em tudo quanto foi clube (pequeno), se misturando com mocinhas que se dirigiam aos citados locais” (Jornal de Alagoas. 25 de jun. 1970).

A preocupação demonstrada pelo jornal não é pela existência das "mundanas", mas por sua circulação no mesmo ambiente que as famílias, principalmente suas mulheres. As “mundanas”, segundo a reportagem, estariam sendo motivos de brigas e arruaças nos festejos, tornando os lugares “impróprios para as famílias”. A reportagem encerra com um apelo: "já está em tempo de uma medida séria por parte das autoridades, ser tomada a fim de proibir a descida de mariposas a qualquer hora, para o centro da cidade para deixar muita gente tranquila” (*Jornal de Alagoas*. 25 de jun. 1970).

O incômodo que a “presença das mariposas causa na comunidade” é expressa durante todo ano pelo jornal. Eles apresentam as reclamações da população, os “apelos” feitos em prol da ação da polícia contra a presença de “mundanas” nas ruas de Maceió: “População do Vergel reclama dos prostíbulos” (*Jornal de Alagoas*, 10 de set. de 1970, p. 5), “famílias reclamam do abuso de mariposas que agora estão retornando à Ponta Grossa” (*Jornal de Alagoas*. 27 de fev. de 1970, p. 6.), “Moradores do loteamento Marilu reclamam da presença de Mundanas que fazem arruaças e promiscuidades à presença de todos” (*Jornal de Alagoas*. 24 de jan. de 1971, p. 5). Os jornais estão a todo momento assumindo o papel de representantes da população, dirigindo-se às “autoridades” para que empreendem medidas contra a presença das “mundanas” nas vias públicas, contra a sua circulação livre, uma “afronta as boas famílias da sociedade”.

A dificuldade de controlar as mulheres que transitavam a noite, a necessidade de classificar e separar, antes operada pela distinção entre “mulheres de família” e “mulheres públicas nas rua”, não se efetivava mais dessa maneira, com as crescentes realizações das mulheres, as novidades da “liberdade de gênero”. Claro que dentro de um recorte de classe, raça e gênero conclui-se que historicamente esses mecanismos de controle tenham funcionado de modo diferencial – mulheres negras e pobres não participaram dessa lógica binária entre o público e privado, muitas desde cedo circulavam pela cidade buscando sustento.

A necessidade da renovação dos meios de controle de gênero era central para a concepção moralista da ditadura civil-militar, era necessário traçar linhas que

separassem as “boas moças de família”, que estavam acessando os espaços públicos e tendo uma crescente liberdade, das “mundanas”, mulheres ligadas à prostituição, ou, mulheres de sexualidade livre, que também ocupavam esses espaços.

Podemos perceber a iniciativa da “Operação Mariposa” como uma tentativa de manter esse controle de gênero em uma sociedade com novos contextos e demandas sociais. As mulheres, pela conjuntura da época, não estavam mais “escondidas” no ambiente doméstico, sobre os olhares controladores da família. Não é à toa que essa iniciativa tenha se dado entre 1960 e 1970, quando o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, à educação profissional e, portanto, também às formas de sociabilidade, apresentou espantosa progressão. O avanço sob esse limiar necessitou o reforço do controle de gênero, já que a liberdade feminina deveria ser limitada, segundo Rago: “novamente se manifestava a preocupação em mostrar os limites deste feminismo, em desfazer qualquer possível associação com a liberdade ilimitada da mulher [...] conquistar o direito à liberdade licenciosa dos costumes” (RAGO, 1990, p. 102).

Nesse sentido, em primeiro lugar, temos a perspectiva das mulheres brancas de classe média, que começam a acessar formalmente alguns espaços fora do lar, lugares antes reservados apenas aos homens – uma primeira geração de médicas, professoras e advogadas começa a ser formada. Em segundo lugar, as mulheres brancas provenientes das classes mais baixas, para quem o trabalho apresentou-se como uma promessa de “liberdade e independência”. Elas começaram a ocupar os espaços urbanos como atendentes, secretárias, recepcionistas, vendedoras de lojas, cabeleireiras, ainda sob o controle familiar, onde o casamento ainda vigora como fim ideal e natural.

Podemos perceber essa concepção na reportagem do *Jornal de Alagoas* (9 de maio de 1971, p. A3), na qual Marilu Gusmão traz às páginas do jornal o caso de Maria Berenice de Araújo, 21 anos, barbeira em Maceió. O título da reportagem faz alusão ao caso de Maria Berenice: “Barbeira sim Senhor, mas bonita e muito feminina”. O título denuncia de maneira óbvia a percepção sobre a ocupação de Maria Berenice, já que seria inusitado ver uma mulher como barbeira – ocupação ligada exclusivamente ao atendimento do público masculino. A presença da conjunção adversativa “mas”, apresenta uma oposição de ideias entre as orações. A oposição é estabelecida entre o trabalho formal e a beleza/feminilidade, uma contrariedade

socialmente estabelecida. A feminilidade consiste no ideal de uma “mulher bonita e feminina”, que deve ocupar-se principalmente com a família que irá formar.

Não devemos considerar que aqui há uma oposição entre “sexo” e trabalho, mas de gênero e trabalho. Não é a concepção biológica de ser “mulher” que se opõe ao ato de trabalho, mas a construção social de feminilidade, onde o ser mulher é mais do que pertencer a um grupo com características biológicas parecidas, é participar de um conjunto de códigos sociais que em nossa sociedade estabelece-se com o nome de feminilidade, que Butler (2020) chamou de performatividade.

Essa feminilidade que se estabelece em nossa relação binária de gênero masculino/feminino, define a identidade feminina e masculina. A nossa sociedade sofre abalos em sua matriz com a possibilidade de coexistência de feminilidade e trabalho, como apresentou o título da reportagem. O trabalho doméstico e a criação das crianças pesava sobretudo para as mulheres negras, para elas a ideia de trabalho não era nenhuma novidade e não representava nenhum privilégio, já que o sistema colonial tornara seu trabalho base do sistema de exploração pelo qual se instaurou. O trabalho fora do lar era apenas uma novidade para a mulher branca, representou uma independência questionável, principalmente para as mulheres pretas, para quem o trabalho foi matriz de exploração dentro do sistema colonial (GONZALEZ, 2020, p. 53). Apesar disso, o trabalho também foi uma possibilidade de liberdade, já que não podemos esquecer das muitas mulheres negras que compraram com o fruto de seus trabalhos a sua própria liberdade, a liberdade de filhos, filhas e companheiros no período colonial, como lembra Virginia Barreto (2016), ao discorrer sobre as mulheres pobres, escravas e forras no século XIX na Bahia.

Retomando o caso de Maria Berenice depois do contraste inicial lançado em oposição às ideias de trabalho e o feminino, a reportagem segue: Berenice Maria de Araújo tem 21 anos, é solteira, bonita, além de ser uma profissional competente. Acontece, porém, que ela ganha a vida fazendo com que os homens fiquem com a cara lisa. Berenice é barbeira.

UM ESPETÁCULO

Chega o freguês e se senta em uma das três cadeiras do Salão Bandeirantes [...], pagará apenas para fazer a barba apenas um cruzeiro, mas terá uma sensação nova: será barbeado por uma jovem de belo rosto e longo cabelos, mãos suaves e de unhas pintadas, que não arranham o rosto do freguês pois sua dona sabe o que faz.

Um espetáculo à parte, é Berenice afeiando a navalha, com gestos delicados, bem feminismo mesmo. Ela não usa bata. Prefere uma pantalon e uma túnica colante que lhe desenha bem as proporcionadas formas. Ensaboando o rosto do felizardo, Berenice com muita calma e seriedade, com a mão esquerda, começa a escanhoar lhe a face usando a mais perfeita técnica, segundo a opinião do conhecido barbeiro Antônio Jerônimo da Silva. Um anjo barbeando um homem, poderia ser o título da cena diferente, que, no entanto, acontece todo dia num salão de bairro sem causar espanto a quem passa.

SOMENTE DO MARIDO

Berenice sempre teve vontade exercer profissão de barbeira, tendo iniciado seu aprendizado aos quinze anos, com coragem o freguês dava a cara! No início encontrou alguma resistência da sua família, hoje ela se sente profissionalmente realizada. Está noiva e não pretende trabalhar depois de casada. Acha que o lugar da esposa é no lar, pretende ter muitos filhos e fará somente a barba do marido [...].

VIDA MODERNA

Dividem-se opiniões masculinas acerca da atuação da mulher como barbeiro. Seus colegas de profissão, apesar de reconhecerem que a concorrência é meio desleal, consideram que a presença de muitas mulheres na profissão não constitui em um perigo para os barbeiros do sexo masculino. Já o bancário e bacharelado em economia Luiz Bezerra acha que muito homem vai estranhar em nosso meio a presença de uma mulher barbeira, mas a sua presença decorre de uma exigência da vida moderna. (*Jornal de Alagoas*. 9 de maio de 1971, p. A3)

Pela leitura da reportagem podemos compreender a percepção social sobre o trabalho feminino, que segundo Luiz Bezerra – economista entrevistado – decorre das novas demandas da modernidade, mas que mesmo assim causa estranhamento. Nas palavras da repórter: “a cena que ocorre todos os dias em um salão de bairro de Maceió não causa estranhamento a quem passa”, uma mulher no pensamento da autora trabalhando diretamente em um serviço masculino deveria ser estranho aos transeuntes.

Trabalhos que antes eram apenas do universo masculino começam a fazer, na segunda metade do século XX, parte da realidade feminina. A luta do feminismo em busca do sufrágio e pelo direito ao trabalho fora do lar deram frutos, não haveria mais como contornar a realidade da ascensão da mulher ao trabalho. Contudo, esse costume não permeou a cidade de maneira fácil. O estranhamento é apenas uma das facetas, o jornal também deu destaque às velhas estruturas sociais patriarcais onde a

mulher é vista apenas sob a perspectiva da mãe/esposa. Ao mesmo tempo que rende louvores à "nova condição feminina", a busca da realização profissional das mulheres.

Mais de uma jornalista destacou os traços e "jeito feminino" de Berenice ao exercer a profissão, destacando que o ato do trabalho não a deixou masculina. Tinha "mãos suaves, unhas delicadamente pitadas", bem como, os "gestos bem delicados e femininos", contraste com o seu profissionalismo, segundo a notícia. O contraste entre feminilidade e profissionalismo é assinalado por Marilu com estranhamento, como se a mesma esperasse que Berenice adquirisse "masculinidade" para ser profissional. Nessa relação de trabalho e gênero destaca-se a forte pressão que se dá em relação à manutenção da construção feminina de gênero, em relação à nova realidade da ascensão feminina ao mercado de trabalho e, portanto, a liberdade tão desejada, mas que para as estruturas sociais do patriarcalismo poderia ser um risco: como controlar a mulher que agora tem novas percepções de futuros?

Não estamos falando apenas de uma época em que mulheres começam a trabalhar, mas onde, também, mulheres finalmente começam a ter liberdade sobre sua sexualidade. O anticoncepcional, por exemplo, desatreia para mulher a relação entre sexo e maternidade, bem como, de sexo e casamento, como analisou o sociólogo Anthony Giddens (1993), ao discutir as transformações que a sexualidade passou durante a era moderna. Em meados do século XX, a nossa sociedade passará por muitas reformulações em relação à sexualidade.

Essa percepção é clara já que Marilu Gusmão destaca que Berenice está noiva e que após o casamento não trabalhará: "Acha que o lugar da esposa é no lar, pretende ter muitos filhos e fará somente a barba do marido" (*Jornal de Alagoas*, 9 de maio de 1971, p. A3). Na reportagem vemos que o trabalho para a mulher não é apresentado como uma alternativa de liberdade, pois o seu espaço ainda é o lar, condicionado através da reprodução social de gênero. Berenice, apesar de seu sucesso profissional, não trabalhará após casada, os homens que "são agraciados com o privilégio" de serem atendidos por uma bela mulher, que além de feminina é profissional, não mais a terão, pois ela reconhece que é no lar o seu lugar, voltando à máxima que "lugar de mulher é em casa" junto aos filhos e ao marido.

Intercalando as informações entre a perseguição às mariposas e a percepção da nova realidade de transformações das divisões sociais de gênero, vê-se a necessidade de se manter a antiga ordem, mesmo frente às mudanças sociais que

claramente já estavam prementes. A concepção de estruturação da cidade a partir dos ideais morais do regime civil-militar, que permeou a ordenação urbana vigente durante o período de 1964 a 1985, também se intrometeu nas relações sociais, aliás, elas são pensadas para vigorarem juntas: uma ordenação urbana e social baseadas na construção de uma sociedade, cuja moralidade esteja no centro das relações e da organização.

As ruas centrais, de onde as “mariposas” estavam sendo removidas, são as mesmas ruas onde mulheres como Maria Berenice, “mulheres de família”, estão circulando, para ir à escola, ao trabalho, à faculdade. O discurso remodela-se para atender às novas necessidades, de uma nova concepção de liberdade de gênero, contudo, não deixa de estar atrelado às antigas concepções da divisão espacial de gênero. Se na antiga percepção patriarcal a mulher deveria ser escondida – seu lugar era a casa ou a igreja – agora, em vista dessa impossibilidade, há uma remodelação no espaço, há lugares permitidos para essas mulheres circularem e é necessário afastar as boas mulheres de família, que começam a trabalhar fora do lar, das chamadas “mundanas”, que ocupam as ruas da cidade. As formas de controle apenas se renovam, transformam-se para acompanhar novas estruturas e demandas.

Esses discursos delimitam muito bem quais mulheres beneficiam-se dessa emancipação e até que ponto essa liberdade é permitida. Mulheres trans e negras não entram nessa lógica, as primeiras não são consideradas ao menos de forma subalterna no debate. Mesmo entre as feministas, já que estamos ainda em uma época em que o debate centrava-se numa perspectiva essencialista do “ser mulher”, o gênero é lido unicamente como correspondente ao sexo biológico e a opressão de gênero como compartilhada por aquelas que possuem a mesma genitália. Esses conceitos serão expandidos apenas mais tarde por meio das novas teorias que irão considerar o conceito de gênero juntamente ao conceito de performatividade (NASCIMENTO, 2020).

Se no primeiro caso mulheres trans e travestis não entram no debate de emancipação feminina por não serem consideradas mulheres dentro da leitura binária de gênero. No segundo, mulheres negras, apesar de serem compreendidas como mulheres, não têm suas demandas incorporadas pelo feminismo essencialista, por tratar-se de um feminismo branco, de origem europeia e americana, que fundamentalmente só incorporava a luta de mulheres brancas das camadas médias e

altas da população. Contudo, a luta das mulheres negras por reconhecimento levará a compreensão de que as formas de opressões não podem ser analisadas separadamente. As mulheres negras, por exemplo, são triplamente castigadas por sua raça, condição social e gênero. De acordo com Pedro (2005, p. 82), ao discorrer sobre a categoria de gênero e o seu uso na historiografia, “a identidade de sexo não era suficiente para juntar todas em uma mesma luta”.

A biopolítica durante a ditadura civil-militar brasileira produziu e apropriou-se de um discurso de moralidade propagado através da imprensa. Ela ajudou a afirmar a ação da polícia contra os considerados contraventores, impedindo-os de circular livremente pela cidade, ao aplicar a lei da vadiagem e outros instrumentos penais, para pôr sob controle o que os jornais nomeiam de “aberração”.

As operações deflagradas pela polícia militar do estado de Alagoas, entre as décadas de 1960 e 1970, são expressões da utilização das políticas de segurança pública que refletiam os objetivos da ditadura civil-militar. As operações Doméstica e Mariposa, direcionadas ao controle de trabalhadoras sexuais cisgêneras nas ruas de Maceió, também a “Operação Pederasta” (*Gazeta de Alagoas*, 5 de nov. de 1969, p. 4), demonstram a ação da biopolítica da ditadura para o controle de todos aqueles que iam de encontro com o ideal de moralidade militar, nesse caso, os alvos eram homossexuais, trans e travestis que circulavam pelas ruas da cidade. Essas operações foram colocadas como necessárias para a manutenção da ordem e aclamadas pelos jornais que louvavam a ação da polícia e do Estado sobre os supostos contraventores..

A imprensa articulou a atuação da polícia e suas operações. A polícia, nessa perspectiva, agiu para o controle dos corpos que se opunham às ordem do sistema. “Limpeza moral” era o ideal pregado, ele deveria vigorar sobre a cidade, nos jornais, como formadores de opinião. Quanto a polícia, responsável pelas práticas legais de controle, pelo aprisionamento dessas pessoas nas ruas da cidade, são centrais no meio desse debate.

A perseguição às domésticas, “mariposas” e “pederastas” por meio dos “rondões”, demonstra a política sexual cisheteronormativa racista e classista apreçoada pelo regime civil-militar. Esse controle era parte da tentativa da ditadura brasileira de impor-se sobre a vida privada e sobre a sociabilidade de mulheres

cisgêneras, travestis, transsexuais, homossexuais, pessoas negras/pardas, potenciais transgressores, “corruptores da ordem moral urbana”.

A biopolítica do regime iniciou uma guerra moral contra as “mariposas”. Na capital alagoana, as ações da polícia com os “rondões” e as “operações”, atuavam de maneira ostensiva nos logradouros maceioenses, que logo renderam para as páginas dos jornais alagoanos várias manchetes sobre os “frutos do bom trabalho da polícia na capital”.

Foi durante os meses seguintes da atuação dos policiais na “Operação Mariposa” que o *Gazeta de Alagoas* começou a notificar a prisão dessas que são chamadas de “mulheres de vida fácil”. Em um primeiro momento notícia os “primeiros frutos” das operações empreendidas em Maceió.

MUNDANAS SÃO PRESAS EM BEBEDOURO POR SUBDELEGADO POR DETERMINAÇÕES DA SEGURANÇA

Fazendo cumprir as determinações oriundas da Secretaria de Segurança Pública o cabo Dorgival subdelegado de Chã de Bebedouro efetuou a prisão de 11 mundanas que se encontravam na linha dos transportes coletivos. Todas foram conduzidas para aquela subdistrital, onde passaram a noite, sendo postas em liberdades pela manhã após serem severamente repreendidas.

Não são domésticas

No contato que manteve com a reportagem aquele policial revelou que as mesmas, muito embora se façam passar por domésticas, não o são e altas horas da noite permanecem nas ruas promovendo arruaças enquanto não conseguem companhia. Algumas que foram detidas já possuem diversas entradas na subdelegacia daquele bairro, por desordens da via pública. As mundanas que pernoveram no xadrez da daquela subdelegacia foram Maria do Carmo Silva, Benedita dos Santos, Maria Madalena da Silva, Josefa Nascimento, Claudete Borges, Gildete dos Santos, Maria Tereza, Elza Salete da Silva e Maria Solange Lima. (*Jornal de Alagoas*. 6 de nov. de 1969, p. 4).

Essas mulheres são os primeiros alvos da “Operação Mariposa” em Maceió, operação, segundo as fontes, voltada ao centro maceioense e às suas proximidades – Centro de Maceió, Bebedouro, Jaraguá, Vergel, Ponta da Terra, Farol. Esses locais são os de policiamento mais ostensivo e de preocupação mais profunda dos jornais. A “limpeza moral” que era pretendida pelas autoridades para a cidade passava pela proibição da circulação dessas mulheres pelas ruas centrais. A polícia de Maceió focou suas operações em busca das “desagradáveis transeuntes”, para que as ruas

tivessem trânsito livre para as “boas famílias” e “as boas mulheres”. Qualquer mulher que estivesse em trânsito nas horas e locais determinados poderia ser enquadrada pelas operações policiais, se o objetivo era cessar a circulação de mulheres no centro urbano de Maceió, nada se fala sobre os homens.

Não foi registrada nenhuma operação que busque, prenda e/ou controle os corpos masculinos que socializam nos espaços urbanos de Maceió. Entretanto, entre as “mundanas” as prisões ocorreram de maneira contínua. No dia 1º de agosto de 1970, o *Jornal de Alagoas* noticiou outra operação, que resultou na prisão de mais de trinta e cinco “mariposas” nas ruas de Maceió. A operação chefiada pelo major Edson Gomes e pelo cap. Nilton Rocha, foi nomeada de “Operação Limpeza”.

35 prostitutas presas pela RP

O major Edson Gomes, da secretária de segurança pública e o cap. Nilton Rocha, comandante da Rádio Patrulha iniciaram ontem na cidade a “Operação Limpeza” prendendo no centro da cidade 35 prostitutas. Todas foram recolhidas pela delegacia do Primeiro Distrito, o delegado de plantão, Valter Moreira, cadastrou todas as mulheres a espera de ordens da Secretaria para libera-las.

As meretrizes foram presas na rua do Comércio, Avenida Duque de Caxias, Estação Ferroviária, Praça Centenário e outros pontos onde estavam fazendo Trottoir e praticando anarquias. Todos os policiais da Rádio Patrulha participaram da “Operação Limpeza” durante toda a noite de ontem. [...]

Hoje os policiais voltaram a cidade para mais uma etapa da “Operação Limpeza”. As mulheres serão cadastradas e aconselhadas a procurar outros locais afastados da cidade. Mais de cinco carros da Polícia Militar fizeram parte da “Operação Limpeza”. (*Jornal de Alagoas*. 1º de ago. de 1970, p. 5).

Alguns pontos importantes são levantados pelo jornal, além do destaque para a atuação da Rádio Patrulha de Maceió e da Secretaria de Segurança do Estado, que viabilizaram as operações morais na cidade. A intitulada “Operação Limpeza” não foi apenas um recurso da polícia alagoana, já no mesmo ano (1970), em São Paulo, uma operação com o mesmo nome será iniciada, objetivo: “limpar a cidade de São Paulo de trabalhadoras sexuais, mulheres ciscôneras, trans e travestis, que faziam o Trottoir nas ruas paulistanas, e ainda, estimular a criação de um meretrício na zona de Santos (QUINALHA, 2017, p. 198). A exemplo de São Paulo, Maceió também estava instando o policiamento urbano à inibição da circulação de “mundanas”. A proposta de limpar as ruas da cidade era recorrentemente alimentada pelos jornais, tanto no sentido de

estimular novas ações da polícia, quanto para legitimação das operações já realizadas.

No dia 24 de março de 1971, a reportagem do Jornal *Gazeta de Alagoas* apresentou: “Cidade Limpa das Mariposas” (Jornal de Alagoas. 24 de abril de 1971, p. 5). A notícia dá conta da “Operação Pente Fino”, que buscou apreender trabalhadoras sexuais que praticavam o “trottoir” nas ruas da cidade. Pretendia, ainda, atuar na fiscalização de casas que, segundo a reportagem, eram “consideradas suspeitas”, pois deveriam funcionar até as 24 horas. Além disso, o jornal destaca que “as centenas de famílias que residem naquele populoso bairro (Ponta Grossa) estão satisfeitas com as determinações da Secretaria de Segurança”.

Em um primeiro momento, a solução é apresentada por meio das operações, que irão movimentar as ruas da cidade pela atividade da polícia, um meio que também se articula como força de controle sobre as trabalhadoras sexuais – ou até mesmo as mulheres que frequentam as sociabilidades urbanas, mas que não necessariamente vivem da prática da prostituição. As chamadas “mundanas” poderiam ser empregadas domésticas que, associadas ao trabalho sexual e à “promiscuidade”, fundamentado no racismo, essa era uma característica compartilhada pelas mulheres negras. Essa força de controle que atingiu as “mariposas” e “mundanas” que circulavam pela cidade, também atingiu aqueles que são considerados potenciais riscos à ordem urbana: transsexuais, travestis e homossexuais também serão submetidos a esse tipo de controle (*Gazeta de Alagoas*. 5 de nov. de 1969, p. 5). Contudo, é contra as trabalhadoras sexuais que essa prática irá localizar-se de maneira mais ordenada e ostensiva, como demonstrado pelos jornais alagoanos.

Os “cadastramentos” das mulheres que praticavam a prostituição foi uma das faces da atuação urbana da polícia na capital. Aos “arrochos policiais de casas suspeitas na Ponta Grossa” (*Jornal de Alagoas*. 28 de abril de 1971, p. 4), seguiu-se a submissão de mulheres na realização de uma série de “cadastros”. Esses cadastros demonstram a articulação da polícia militar alagoana com a Secretaria de Saúde da capital e com a Polícia Civil.

Os “cadastramentos” ocorrem em vários bairros, todavia, serão mais incisivos na delegacia de Bebedouro e no Primeiro Distrito da Capital. Ainda em 1969, o *Jornal de Alagoas* notícia o início dos primeiros cadastros: “Prostitutas serão agora cadastradas pela polícia: medidas estão sendo tomadas” (*Jornal de Alagoas*. 1 de

nov. de 1969, p. 3). A reportagem apresenta a notícia como um ponto positivo no “combate as mariposas que infestam a capital alagoana”. Segundo o jornal, o objetivo dessa operação era efetivamente fornecer a todas as trabalhadoras sexuais de Maceió, documentação que as identifica-se com tais, “mundanas”, fazendo com que as mulheres que não possuíssem o documento ficassem impossibilitadas de trabalhar:

Prostitutas que apresentarem os documentos fornecidos pelas autoridades, policiais não poderão continuar frequentando os Bordeis [...] Os proprietários de casas de lenocínio localizados no Farol, estiveram ontem no Primeiro Distrito da Capital onde foram informados sobre o cadastramento das mulheres que frequentam “pensões alegres”, os quais terão o prazo de 30 dias para regularizar a situação das mesmas. Segundo o delegado Rivaldo Lins, a medida por ter finalidade de observação do movimento no baixo meretrício, bem como o número total de mulheres que se encontram em nossa capital. As prostituta deverão preencher um cartão com diversas formalidades, entregando naquela Distrital duas fotografias, uma das quais ficará na 2ª via do cartão, naquela delegacia, enquanto a original será entregue a interessada, que apresentará as autoridades policiais caso venha a ser solicitada.

Após o prazo determinado, aquelas que ali permanecerem sem estarem devidamente regularizadas, terão que abandonar o local. Também os proprietários de bordeis serão informados dos fatos dessa natureza e caso permitam que as mesmas continuem em seu bordel, poderão sofrer punições, inclusive ficando sujeito a ter seu estabelecimento fechado. Ainda dentro das novas determinações, aquela autoridade policial deixou claro que semanalmente as mulheres terão que atualizar seus documentos fornecidos pela Saúde Pública. O cadastramento somente poderá ser fornecido após a apresentação do exame realizado na Saúde Pública, devendo o mesmo ser renovado anualmente, caso as mundanas se interessem em aqui permanecer. (*Jornal de Alagoas*. 1 de nov. de 1969, p. 3)

O cadastramento tinha como objetivo o “controle das mundanas e das atividades relacionadas a prostituição”. Não era novidade no contexto brasileiro os “cadastramentos de meretrizes”, que ocorreram desde o início da república nas capitais brasileiras. Essa “necessidade de regulamentação da prostituição” é um mecanismo que se expande de maneira muito específica no Brasil. O aparecimento da Secretaria de Saúde nas páginas dos jornais alagoanos como articuladora, juntamente com a Segurança Pública nos cadastros das “mundanas”, não se dá, portanto, de maneira arbitrária. Os dois mecanismos são apresentados em suas atribuições para a melhor implementação do controle urbano, a limpeza do que muitos irão chamar de “praga urbana”, referindo-se ao trabalho sexual.

O saber médico será, desta forma, mais um dos mecanismos de controle utilizados pelo biopoder para legitimar a sua ação, aqui representada pelos “rondões”, as operações empreendidas contra as “mundanas” pela polícia civil e militar. Uma suposta “preocupação com a saúde pública” foi usada como um dos meios de justificar e legitimar o “cadastramento das meretrizes”. Se as leis de vadiagem e contravenção serviram como mecanismos de controle, recursos jurídicos direcionados para a apreensão das trabalhadoras sexuais, as concepções médicas serão, também, outro mecanismo que legitima a ação da Secretaria de Segurança Pública sobre as “mundanas”, que só poderão atuar com autorização e documentação.

Como já dissemos, o uso do discurso médico não será uma novidade em relação ao controle da atividade sexual. Rago, ao analisar os discursos morais e as tentativas de regulamentação da prostituição em São Paulo no início do século XX, já demonstrava o peso que a medicina terá.

O combate às doenças venéreas e, em especial, à sífilis, reforçou a iniciativa que os médicos tomaram em prol de uma mobilização para conhecer minuciosamente o corpo da prostituta, sua vida cotidiana, o interior dos bordéis, trançando uma geografia e uma tipologia das práticas do submundo. (RAGO, 1990, p. 205).

O discurso de combate às “doenças” foi um dos principais artifícios da tentativa de limpeza urbana, não há como ignorar a forte influência da medicina nas práticas de perseguição empreendidas contra as trabalhadoras sexuais, durante todo o século XX. Como diria Foucault (2012), em *Microfísica do Poder*, a medicina é também uma estratégia da biopolítica, ou seja, uma das formas por meio do qual se desenvolve o biopoder. Mesmo sabendo que esse trabalho engloba um recorte histórico distinto daquele apresentado nesta pesquisa, é importante perceber que esses dispositivos de controle foram fortemente usados no regime civil-militar brasileiro, já que foram historicamente constituídos para o “combate da atividade sexual”. O que ocorre aqui não é a inauguração de uma nova prática de controle, mas uma renovação de dispositivos já existentes, de acordo com uma nova lógica estatal e novas necessidades. Assim, a suposta preocupação com as “doenças venéreas” terá seu discurso renovado para que “essa organização de poder – Polícia e Médicos – como corpo de combate à doença, fornecessem uma justificativa para o autoritarismo e a

repressão, como meio de legitimidade das ações de uma cidade limpa” (PEREIRA, 2004, p. 79).

A prática de controle e intervenção da atividade sexual leva, portanto, em consideração a ação do “saber médico”, o discurso da saúde será atualizado para essa finalidade. No fim do século XIX ele voltou-se ao controle da Sífilis, doença lida como o “mal físico” que decorre de um “mal moral”, a prostituição. Essas práticas renovam-se, a “preocupação com o controle de doenças da população” instaura-se como dispositivo, que funcionará como meio de legitimação de poder contra as trabalhadoras sexuais. Além dos “cadastramentos”, dos exames, outra forma de atuação da Secretaria de Saúde na capital foi pela promoção de seminários direcionados à orientação das trabalhadoras sexuais.

Em Maceió o intuito era que as “mundanas” apenas trabalhassem com a prova da autorização estatal, as carteirinhas emitidas pelas delegacias de Bebedouro e do Primeiro Distrito, mas, esse processo não se dá como esperado, a articulação entre as secretarias tem seus problemas, como apresenta o *Gazeta de Alagoas*, ainda em outubro de 1969: “Primeiro distrito ainda não cadastrou nenhuma prostituta” (10 de Out. de 1969, p. 5).

A lentidão do processo por parte da Secretaria de Saúde é destacada pela reportagem, já que o delegado, Rivaldo de Oliveira, estaria esperando apenas a atuação da Dra. Flávia Cavalcanti, responsável pelos exames que às trabalhadoras sexuais seriam submetidas, sem os quais o delegado não poderia liberar as mulheres para o “meretrício”. A Dra. Flávia era responsável por atestar “o bom estado físico daquelas mulheres”: “a dr. Flávia Cavalcanti, da Saúde Pública, está realizando exames intensos de ginecologia, radiografia e sangue nas mundanas” (*Gazeta de Alagoas*. 10 de Out. de 1969, p. 5). O quadro é novamente destacado no dia 5 de novembro do mesmo ano, quando o *Gazeta de Alagoas* noticiou a falta do cadastro de trezentas e vinte “mundanas” na Capital, no mesmo dia do início da “Operação Doméstica” (*Gazeta De Alagoas*. 5 de nov. de 1969. p. 5). Como já destacado, a operação terá como meta a prisão e o cadastro de “mundanas” em Maceió, bem como a proibição das atividades daquelas que não foram liberadas pelos exames do Departamento de Saúde.

320 mundanas faltam ser cadastradas em Maceió

Oitenta mundanas já foram cadastradas pelo Departamento Estadual de Saúde, segundo informações da dr.^a Flávia Farias, faltando ainda 320 comparecer àquele órgão para regularizar seus exames, que serão remetidos para a delegacia do Primeiro Distrito. Das 80 examinadas 20 por cento dos resultados foram positivos, ficando proibidas de serem cadastradas, permanecerão frequentando a Saúde Pública, onde serão medicadas convenientemente. O prazo estipulado pelo delegado Rivaldo de Oliveira, da Primeira Distrital, que foi de 30 dias, poderá ser prorrogado uma vez que são 400 mariposas para ser cadastradas e somente a dr. ^a Flávia para examiná-las. (*Gazeta de Alagoas*. 5 de novembro De 1969. p. 5)

O “cadastramento das mundanas” é uma preocupação constante, centrando-se, principalmente, na delegacia de Bebedouro e do Primeiro Distrito da Capital. O delegado Rivaldo Lins será apresentado pelos jornais como um dos principais nomes na atuação contra a prostituição na cidade, sua preocupação com o “lento processo dos cadastros, com as emissões da carteira de autorização para as prostitutas” será destacada.

Os cadastramentos serão tanto um ponto de dificuldade da polícia, pelo intenso fluxo de mulheres a serem cadastradas, quanto das “mundanas” que serão impedidas de exercerem suas atividades na ausência da “carteira” fornecida pela polícia. Além da dificuldade de ter que passar por um processo médico para ser liberada para suas atividades, ainda há os transtornos de poder perder o “direito de exercer atividade sexual”, caso não fosse liberada pela Secretaria de Saúde, como as dezesseis mulheres mencionadas na reportagem.

Outro ponto que chama a atenção na atuação do delegado é a sua articulação com os donos das “Boates”, em Maceió, como é destacado: “os proprietários das pensões debateram diversos assuntos com o Delegado do Primeiro Distrito, destacando o assunto referente ao cadastramento das mulheres” (*Jornal de Alagoas*. 22 de dez. de 1969, p. 5). O mesmo delegado também se reunirá com os donos de “Boates” no dia 20 de agosto de 1970, para discutir a necessidade do cadastro das “frequentadoras de bordéis”, os donos das “Boates” aparecerão nesse momento como engrenagem necessária ao controle “dessas mulheres”, já que serão eles que lidarão diretamente com elas nos “bordéis” (*Jornal de Alagoas*. 22 de dez. de 1969. p. 5).

É interessante pensar que durante esse período não é o discurso de eliminação da prostituição que predomina nos jornais, todavia, é o controle a preocupação das autoridades. Desde a limpeza das ruas centrais da cidade, às operações, ao

fechamento de “boates”, aos cadastramentos das “mundanas”, não é a eliminação do meretrício que cerca as preocupações, mesmo quando presas, as “mundanas” eram logo liberadas após o cadastro na delegacia, muitas vezes sofrendo agressões e humilhações públicas. Elas não foram proibidas de exercer o trabalho sexual, no entanto, foram retiradas da “exposição pública”.

A necessidade da atuação da polícia é acima de tudo destacada pelo conhecimento das autoridades policiais das “mundanas”, saber quem são essas mulheres, ter a posse de seus documentos, saber onde moram, permite que a força estatal coloque-se de maneira muito mais precisa sob essas mulheres. Ao fazer e manter esses cadastros a polícia, mais que apenas controlar a circulação “de mulheres doentes”, poderá manter informações de controle precisas.

Após algumas semanas de intensivos trabalhos, o cabo Dorgival Pereira, subdelegado da Chã de Bebedouro, conseguiu cadastrar todas as mariposas que estavam voando naquela área. Informa aquele policial que as sindicâncias continuam para constar, se, de fato, todas as mulheres da “vida fácil” foram cadastradas e entregaram as suas fotografias de $\frac{3}{4}$. Enquanto isso, a relação das mulheres será devidamente arquivada no livro negro daquele subdistrito, pois algo que venha ser registrado na Chã, o Cabo já sabe a quem chamar e de quem é a culpa, pois, de perto conhece o gênio de cada criatura daquelas. Que bom. (*Gazeta de Alagoas*. 7 de julho de 1970 p. 4)

A limpeza moral da cidade visava deslocar a atividade da prostituição para uma “zona controlada”, as operações que visavam as “artérias centrais” da cidade de Maceió – os bairros do Centro, Vergel, Ponta Grossa, Trapiche, etc. Aqui é possível perceber que não tinha por objetivo impedir a existência da atividade sexual, mas deslocá-la. Portanto, precisou ser criada uma “Zona de Meretrício”, onde essas mulheres fossem centralizadas, o que corrobora com o controle da circulação urbana das “mundanas”.

Na capital Maceió, o local escolhido para centralizar as atividades da chamada “prostituição urbana” será o Canaã, bairro alagoano que cresceu em torno das “boates”, uma “zona” nacionalmente conhecida como “Mossoró”, termo que se refere ao dono de uma das principais “boates” que funcionava na localidade, a “Areia Branca”.

3.3. Canaã: “A cidade da Maldade”

No dia 24 de março de 1971, o *Gazeta de Alagoas* apresenta a reportagem “Cidade Limpa das Mariposas”, noticiando a “Operação Pente Fino”, que buscava apreender trabalhadoras sexuais que praticavam o “trottoir” nas ruas da cidade, bem como atuar na fiscalização em casas que são, segundo a reportagem, “consideradas suspeitas”. Além disso, destaca que “as centenas de famílias que residem naquele populoso bairro (Ponta Grossa) estão satisfeitos com as determinações da Secretaria de Segurança” (*Gazeta de Alagoas*, mar. de 1971, p. 5).

O jornal destaca a ação da polícia sobre as chamadas “casas suspeitas”. A existência dessas casas, chamadas pelas fontes de bordéis e lupanares, era também um incômodo para a população, pois a presença de mulheres nesses espaços era lida como forte “indício de atividade sexual”, desse modo, o controle dessas casas também deveria fazer parte do controle urbano do trabalho sexual. O bairro da Ponta Grossa foi um dos mais visados pela polícia alagoana.

França continua fechando bordeis da Ponta Grossa

O delegado Manoel Ferreira de França, delegado do 3º Distrito Policial, vem intensificando campanha no sentido de continuar proibindo a reabertura dos bordeis em Ponta Grossa. Nesse sentido, o titular da 3ª Distrital já ordenou aos seus policiais que mantenham tremenda fiscalização naquela área, a fim de evitar que casas e bares suspeitos continuem com suas portas abertas [...]. Somente até as onze horas poderão funcionar os bares existentes naquela jurisdição. Ficando sujeitos a punição aqueles que permanecerem com suas portas abertas a partir das 24 horas. (*Jornal de Alagoas*. 28 de mar. de 1971, p. 5).

A notícia acompanha uma série de fechamentos de “bordeis, lupanares e boates”. A associação da atividade sexual ao vandalismo era constante, no discurso do jornal “eliminar a prostituição é também conter os atos de vandalismo”, a prostituição é, portanto, um problema de segurança urbano, já que “a presença de mariposas por si só atrairia marginais” aos espaços. A “Operação Conjunta” terá destaque na mesma página e destaca a ação da polícia nos bairros da Zona Lagunar, como Bebedouro, Rio Novo e Fernão Velho.

Segurança realiza Operação Conjunta

Sob as ordens diretas do secretário de Segurança Pública, major Carneiro Leão, várias autoridades policiais se locomoveram na noite de ontem, numa Operação Conjunta, visando o vasculhamento total de vários distritos, para acabar de uma vez por todas, com as ondas de vandalismo que ora assola a cidade. Os vários setores policiais foram visitados, tendo a “Blitz” abrangido o distrito de Fernão Velho e estendendo-se até Rio Novo. À medida que vinha sendo encetada por algumas autoridades policiais, no sentido de coibir os abusos e contravenções de inescrupulosos, homens de negócios, proprietários de bares e cabarés, no tocante à exploração de menores prostituta, permanência de menores em prostíbulos, a prática de meretrício em casa suspeitas, vinha alcançando êxito notavelmente em Ponta Grossa, que já estava se tornando em uma verdadeira zona de “Basfond¹⁷”. (*Jornal de Alagoas*. 23 mai. de 1971. p. 3).

O fechamento de “casas suspeitas” busca coibir a circulação das “mundanas” nas áreas centrais da cidade, bem como na Orla Lagunar da capital. A ação da polícia surge como resultado do pedido dos moradores, que “não estavam aguentando a ação das mariposas no local”, o suposto assédio das mariposas aos moradores, às “boas famílias” da região, seriam, segundo o jornal, o principal motivo da presença da polícia.

A preocupação era, segundo a reportagem, prender “prostitutas de todo tipo e, também, desordeiras que sempre ali baixavam para beber e depois abusar as famílias residentes naquela localidade” (*Gazeta de Alagoas*, 17 abr. de 1970, p. 5). Além da população da Ponta Grossa, podemos ver também os “pedidos de policiamento” dos populares de um bairro vizinho, o Vergel: “a população do vergel reclama dos prostíbulos que ali se localizariam, enquanto pedia os esforços do delegado Nilton Rocha, para o controle das ‘mariposas’ na região” (*Jornal de Alagoas*. 10 set. de 1970, p. 5).

A necessidade de separar as “mundanas” do restante da comunidade, fez com que, em outras cidades do país, fossem criadas “zonas urbanas”. Um exemplo disso era a “zona de prostituição Maracangalha” (FRAGA, 2008), que funcionou entre as décadas de 1950. Maracangalha, que ficou famosa nacionalmente através da música de Dorival Caymmi¹⁸, foi por muitos anos considerado um problema do desenvolvimento urbano, pela forma que as mudanças afetaram a atividade sexual na

¹⁷ Lugar onde vive um grupo social considerado inferior ou marginal. Região marginalizada, onde vivem apenas “imorais”.

¹⁸ Dorival Caymmi. *Eu vou pr’a Maracangalha. Eu vou p’ra Maracangalha*. Rio de Janeiro. Odeon. 1957.

reorganização de cidades. Essas “zonas” passaram a ser vistas como incômodos nas áreas centrais da cidade, sendo transferidas para as áreas mais distantes do centro, escondidas e de difícil acesso – ou seja, as áreas mais periféricas da cidade, onde as “mundanas” não representassem um incômodo aos olhos da população (FRAGA, 2008, p. 18).

Em Maceió, o bairro do Canaã tornou-se o local conhecido por abrigar diversas “boates”, a mais conhecida delas: Areia Branca. Canaã aparecerá nos jornais como um lugar de abrigo para “mundanas”, como um local de sociabilidade “promiscua” (*Jornal de Alagoas*, 1 jul. de 1970, p. 1), quando falamos da prostituição e da “cadeia de estigmas” a ela associadas.

A região do Tabuleiro dos Martins, distante do centro da cidade, foi “designada para a instalação de boates, bordeis, lupanares”, para onde as trabalhadoras serão deslocadas. O ideal de funcionamento da cidade previa a separação espacial de “mundanas” e “famílias de bem”. Como nos diz o *Jornal de Alagoas* em 1971: “O major Carneiro Leão, segundo sabemos, tentará transferir para o Tabuleiro dos Martins as boates da Ponta Grossa [...] agora tem-se como certo que o meretrício não mais voltará a funcionar” (*Gazeta de Alagoas*, 17 abr. de 1970, p. 5).

A separação geográfica das “mundanas” na cidade foi delineada de maneira muito mais efetiva com a repressão de gênero da ditadura civil-militar, diferentemente da repressão ocorrida no século XIX e início do século XX, nos primeiros anos da república, que basicamente figurou na categoria dos discursos. No início do período republicano, como nos lembra Schettini, em seu texto sobre a regulamentação da prostituição no Rio de Janeiro, predominou “uma certa política que resultou de múltiplos conflitos entre autoridades policiais, prostitutas e autoridades judiciais, e que se caracterizou por instáveis regras não escritas e por negociações locais e pontuais” (SCHETTINI, 2005, p. 35).

A pretensão de separação moral e espacial já era almejada, como aponta Schettini (2005), desde o fim do período imperial. O controle da sexualidade feminina era objetivado nos primórdios da Primeira República. Contudo, observamos que com a ditadura civil-militar brasileira foi possível a articulação dos dispositivos de controle do estado sob as trabalhadoras sexuais, a formulação de dispositivos que se articulam na manutenção do controle de gênero, de acordo com as novas demandas da chamada “modernidade”. O que vemos, então, não é a invenção da “roda”, mas a

reformulação de antigas práticas de controle de acordo com novas demandas de poder e dominação de gênero, raça, classe e sexualidade.

No caso da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Segurança de Alagoas, elas articularam práticas de controle, legitimação discursiva e operacionais para a atuação da Rádio Patrulha, das polícias Militar e Civil. Captura, cadastro e liberação das mulheres que praticam a prostituição, permitiu a identificação e monitoramento pela implementação de uma carteira, emitida pelo Departamento de Polícia da capital.

Nessa perspectiva, a concretização da separação espacial das “mundanas”, levadas para áreas específicas e distantes da circulação, é a face diatópica da organização urbana da ditadura, que revela sua opressão sexual, de gênero, classe e raça, junção do biopoder e do poder disciplinar. A elaboração dessa perspectiva faz com que o desenvolvimento das zonas urbanas de prostituição seja também um aparelho de controle e disciplina que distancia as “mundanas” e as “boas famílias da capital”, além de facilitar a execução do controle e da disciplina exercidas pelo Estado em relação a essas “mulheres de vida fácil”, bem como aos “bordéis”. É importante assinalar que essa proposta de intervenção e controle sobre a vida das mundanas consistiu em uma das faces da cidade disciplinar, tão bem assinalada por Foucault.

Pensado por Foucault, o poder disciplinar instaura-se nas práticas disciplinares do biopoder, do poder jurídico e da medicina para o controle dos indesejados. Ele conduz à ordenação da cidade disciplinar, construída sob a perspectiva do controle da vida, das subjetividades. Essa cidade separa os “inadequados” dos “adequados”, delinea os lugares e estabelece o seu funcionamento, quem pode circular, onde, quando e como.

A cidade, que deveria funcionar de acordo com o padrão branco cisheteronormativo e a norma socialmente validada, é o centro dessa organização, que compara e classifica os indivíduos segundo seus comportamentos, estabelecendo padrões aceitáveis, de referência, não mais por códigos, mas por intermédio de saberes, a partir dos quais homogeniza e normaliza.

Essas normas estabelecem-se nas relações dos sujeitos, determinando o funcionamento das existências, principalmente no controle do corpo e da sexualidade. Assim, as “mundanas”, e todos outros “sexualmente desviantes”, homossexuais masculinos e travestis, necessitam ser separados dos “adequados”, “os homens e as mulheres de bem”.

A expulsão das mariposas dos bairros da parte baixa da cidade, como Ponta Grossa e Vergel, caracteriza-se pela tentativa de centralizar as mulheres que praticavam a prostituição da cidade no “Canaã”, ou Mossoró, como ficou conhecido, numa relação metonímica com o dono de uma das principais “boates” que funcionará no bairro: seu Mossoró¹⁹. Podemos perceber as tentativas de realocação das prostitutas para “as boates presentes no tabuleiro” (*Jornal de Alagoas*, 9 de julho de 1979, p. 3), longe dos olhos da população e principalmente, sob o estrito controle estatal. Concentrando-se em um único lugar, onde o Estado pudesse exercer o mais minucioso controle, com os mínimos recursos possíveis, é fixado o ideal de controle panóptico, como podemos na manchete:

Delegado Determina fechamento de Boates

O delegado do Primeiro Distrito Policial bel. Moacir Magalhães Cavalcanti, expediu na tarde de ontem circular a todos os proprietários das boates e pensões do meretrício do Tabuleiro dos Martins, estabelecendo horário de funcionamento que irá vigorar a partir da próxima segunda-feira. Assim, como é de acordo com as normas estabelecidas, as boates e pensões só poderão funcionar às segundas, quartas e domingos até 1 hora da madrugada, devendo as quartas e sextas-feiras fechar as portas às 4 horas da manhã. Nos primeiros dias acima referidos, as citadas boates e pensões começarão a funcionar às 19 horas, quanto aos sábados e sextas-feiras poderão abrir suas portas ao meio-dia.

Terá que ser respeitado:

Frisa ainda o titular do Primeiro Distrito que o horário determinado na circular terá que ser respeitado integralmente, sob pena dos transgressores serem punidos na forma da lei. Os estabelecimentos serão fiscalizados a partir daquela data pelo bel. Moacir Magalhães Cavalcanti, que não admitirá inobservância ao que ficou determinado. A propósito do meretrício do Tabuleiro dos Martins o delegado do 1º Distrito Policial vem adotando uma série de medidas, objetivando o seu perfeito funcionamento. Realizando inclusive batidas naquele local com finalidade de realizar um policiamento perfeito, capaz de solucionar os problemas existentes. (*Jornal de Alagoas*, 15 mai. de 1971, p. 4).

As tentativas de localizar o meretrício de Maceió em um único lugar convergem com a ideia da cidade disciplinar, uma cidade pensada e organizada para execução da norma e da disciplina, que se impõe nos toques de recolher, nas determinações de horários de funcionamento, nas constantes batidas, etc. Esse é um sistema que está

¹⁹ Benedito Alves dos Santos.

preocupado em “dobrar os inadequados às demandas de poder”, em fazer-se obedecer.

O Canaã passará por diversas ações da Secretaria de Saúde e da Polícia, com as batidas e operações, bem com a Secretaria de Saúde, com o projeto de cadastramentos das “mundanas” e o uso do saber médico como um dos recursos do poder para disseminar a disciplina. Essas instituições trabalham assiduamente com suas práticas normativas em uma tentativa constante de disciplinar os corpos: “sujeitam os indivíduos nos aparatos de produção, formação, reforma ou correção, exercendo um controle indireto sobre a existência, particularmente a propósito do corpo, da sexualidade e das relações interpessoais” (MARINHO, 2020, p. 43). Essas instituições que serão lidas pelos jornais como molas propulsoras para ordenação da cidade, que “trabalham para a recuperação das infelizes mulheres vítimas da escravidão da prostituição” (*Jornal de Alagoas*. 10 de jan. de 1971), serão usadas como meios de ordenação da vida cotidiana e de organização da cidade.

A pretensão era a localização geográfica das “mundanas”, primeiro para a “limpeza urbana” das ruas centrais e comerciais da cidade, bem como dos bairros mais movimentados e abastados, depois para um melhor controle da prática sexual na capital, para obter um melhor efeito das “medidas coibitivas” (*Jornal de Alagoas*. 24 de jan. de 1971, p. 5).

Durante a década de 1970 o bairro do Canaã será construído como uma imagem de “refúgio da maldade urbana”, um local que será descrito pelo jornal como abrigo de “marginais e mundanas”, da chamada escória da sociedade (*Jornal de Alagoas*. 22 de jun. de 1974). Essa “centralização das mundanas” no bairro do Canaã resultou em atividades mais direcionadas pelas instituições policiais e de saúde de Maceió durante a década de 1970. Em fevereiro de 1975, quando o Quarto Distrito de Polícia promoveu o cadastramento das “frequentadoras de bordeis” do Canaã, foi assinalada pelos jornais a bem-sucedida operação no local.

Prossegue no 4º Distrito de Polícia da Capital, o cadastramento das meretrizes residentes nas boates e lupanares da Zona do Canaã, numa determinações do titular distrital, Sr. Benigno Portela. Para o delegado, os trabalho vem se prolongando regularmente, com o comparecimento em massa das mulheres da vida fácil que não se furtam em fornecer os dados necessários para seus registros. Até ontem tinham sido cadastradas cerca de 25 mundanas esperando o

delegado Portela acabar o serviço ainda no final desse mês, “caso segundo ele afirmou – as mulheres continuem colaborando com o 4º Distrito no andamento dos trabalhos que estão sendo realizados”. Distrito fornecerá aos proprietários de boates e pensões do Canaã em um livro de registro a fim de serem anotados os nomes das meretrizes que frequentavam os locais.

Um dos objetivos do cadastramento consiste em controlar o tráfico de escravas brancas, um dos problemas da alçada do delegado Portela, que vem realizando uma verdadeira luta no sentido de equacionar de uma vez por todas a problemática. Outro sentido da operação é saber quais as mulheres possuem condições de residirem em Canaã.

Também através do registro será fácil à polícia saber a procedência das cadastradas, sua vida pregressa e questões pertinentes dos seus familiares. Através do processo, a regularização das boates e pensões também será feita, porquanto, os lupanares de Canaã, a partir do dia em que foi iniciado o trabalho, só receberão mulheres devidamente cadastradas [...].

Este cadastramento – afirma o delegado – tem como outra finalidade ir ao encontro das necessidades das mundanas no que diz respeito aos atendimentos do Serviço de Saúde Pública, que através de nossos fichários, saberão a respeito de todas aquelas que irão usufruir dos benefícios no tratamento de moléstias venéreas e prevenção contra as doenças. Além dos cadastramentos estamos providenciando ainda tirar as carteiras de identidade para aquelas que não possuem documento. (*Jornal de Alagoas*. 14 fevereiro de 1975) .

A notícia do *Jornal de Alagoas* demonstra como a localização das “mariposas na região” do Tabuleiro dos Martins, no bairro do Canaã, colaborou para as atividades da polícia no decorrer das operações de “cadastramentos”. A preocupação com controle dessas mulheres é evidenciada pela necessidade de obter o máximo de informações sobre as possíveis “mundanas”. É interessante pensar que a polícia aliou-se aos donos das pensões, boates e lupanares para efetuar o controle dessas mulheres. Além dos cadastros, que ficariam nas delegacias, haveria também “livros de controle”, que ficariam de posse dos proprietários das pensões, sendo o controle de responsabilidade deles.

Essa “aliança” entre polícia e os donos das “boates” do Canaã merece uma pontuação singular, já que a prostituição não é em si uma atividade criminosa perante a lei, apesar de serem combatidas com contraventoras, não é necessariamente crime exercer a prática sexual. Contudo, a prática do lenocínio – o favorecimento da prostituição com a intenção lucrativa – já era considerado crime desde o código penal republicano de 1890.

A conclusão a que chegamos, de acordo com os códigos legais da época, é a de que os donos das “boates e lupanares” do bairro do Canaã cometiam infrações,

pois promoviam a atividade sexual com o objetivo de gerar lucros, ainda mais, pela exploração do trabalho das mulheres. A contradição é gritante, na medida em que são esses mesmos homens, donos de casas onde funcionava a prostituição, chamados a efetuar o controle das trabalhadoras sexuais.

Os “donos de boates”, que exerceram as atividades no Canaã, nunca foram referidos pelos jornais sob a alcunha de “cafetão”, mas antes, como já dissemos, serão chamados pela polícia para atuar no controle das mulheres que praticavam a prostituição. Como colaboradores nesse processo de repressão de gênero e sexual, participaram de reuniões como delegados, mobilizando-se também nessas relações de poder.

Diferentemente das “mulheres que perambulam pelas ruas de Maceió”, designadas como meretrizes e trabalhadoras sexuais, outras vezes como domésticas em busca de sociabilidades, as mulheres do Canaã eram mais especificamente destituídas como trabalhadoras sexuais, pois aparentemente não havia a possibilidade de frequentar aquelas boates sem que recebesse a designação de “meretriz”.

Devemos, contudo, levar em consideração que esse controle, ou melhor, essa tentativa de controle não se dá de maneira tão submissa como muitas vezes os jornais querem fazer entender. Apesar das constantes operações, as blitzes, os cadastramentos e toda a atuação da Secretaria de Saúde e Segurança da capital, junto às polícias Civil e Militar, a resposta dessas mulheres não foi a esperada pelo poder estatal. Ao serem consideradas como peças em um tabuleiro, as mulheres não corresponderam ao esperado pela polícia.

Ainda que compelidas, acuadas, perseguidas pela polícia, elas também se posicionaram, buscaram seus meios de resistência, como protagonistas de suas próprias lutas. Podemos notar como os jornais destacaram essas formas de resistências, que em sua maioria são lidos de maneira negativa, como produto do fracasso da atuação do Estado, mas que demonstra, aos nossos olhos, os meios que elas tiveram de colocarem-se diante de uma sociedade que as repelia, pelo estigma de “mal moral que precisava ser controlado”.

As atividades da polícia na década de 1970 na cidade de Maceió resultaram na união das “prostitutas”, uma resistência dessas mulheres para não deixar o bairro da Ponta Grossa e as ruas do Centro da cidade. Como podemos ver, no dia 31 de

julho de 1970: “Prostitutas invadem Centro de Maceió desacatando polícia” (Jornal de Alagoas. 31 jul. de 1970, p. 5). O Jornal de Alagoas destaca a resistência das “mundanas” em oposição à expulsão em curso, permaneciam suas atividades nas ruas do Centro de Maceió, mesmo em detrimento das ações policiais ali.

O secretário de segurança pública bel. Fernandes Costa, procurado na tarde de ontem pela reportagem do Jornal de Alagoas para falar com respeito ao problema das prostitutas que invadem o comércio de Maceió, disse que o caso está afeto ao delegado Rivaldo Lins de Oliveira, delegado do primeiro distrito. Contudo o delegado nada declarou e nenhuma providência está sendo tomada para combater as mariposas e a inescrupulosidade reinante no Centro da cidade, numa afronta a sociedade alagoana.

Lamentável

É verdadeiramente lamentável que as autoridades do Estado não se manifestem para combater ou tomar uma atitude enérgica contra as mulheres que passaram desta feita, desacatar as ordens determinadas pelo Secretário Pública. Essas mulheres são chamadas de “mulheres de minuto”. São colocada dentro de um veículo e levadas para uma gandaia existente no Pratagy, denominada de “boate do Vicente”. O delegado do Segundo Distrito, Valter Moreira, ainda não tomou conhecimento da existência do bordel, fato pelo qual ainda não tomou as providências para o fechamento do prostíbulo. [...] (*Jornal de Alagoas*. 31 jul. de 1970, p. 5).

As informações apresentadas informam a “desobediência das prostitutas” em detrimentos das determinações da Secretaria de Segurança, que estariam fazendo “desaforo”, ousando circular pelas ruas do Centro de Maceió, “invadindo o comércio local”, desacatando a polícia e a sociedade.

As operações dirigidas pela polícia nas ruas de Maceió levaram de fato a apreensão de diversas mulheres que praticavam a prostituição, contudo, isso não significou que essas mulheres acataram as decisões das autoridades. As “mundanas” persistiram em permanecer nas ruas da cidade, no bairro de Ponta Grossa, o que mais sofreu com as investidas policiais.

Até o uso da “minissaia” (Jornal de Alagoas, 28 de out. de 1969) será proibido pela polícia. Josefa Maria da Conceição e Silva, ficou conhecida no bairro como a “desordeira minissaia”, “mundana afeitada ao álcool e as desordens” (Gazeta de Alagoas, 29 out. de 1969). Outra consequência das fortes pressões sofridas pelas prostitutas na Ponta Grossa foi a “migração” delas para o bairro da Pitanguinha, no Farol: “Com o fechamento dos bordeis da Ponta Grossa, as Mariposas estão

frequentando agora a Pitanguinha e deixando em polvorosa a população dali, pois temem que surjam inferninhos que prejudiquem o sossego do público do bairro” (Jornal de Alagoas, 30 de ago. de 1970, p. 3).

Pensar na atuação das forças estatais contra as trabalhadoras sexuais é também pensar seus movimentos de resistência. Claro que da perspectiva de nossa fonte, o jornal, é um lugar de “falas privilegiadas”, onde se reproduz o ideal social e moral de uma classe dominante. Esses jornais irão reproduzir discursos carregados de estigmas e servirão como legitimadores das perseguições sofridas pelas mulheres que praticavam a prostituição. Porém, podemos verificar a presença da resistência dessas mulheres, quando notamos a persistência de existir e exercer seu trabalho em uma sociedade que lhes expurga.

A resistência das “mariposas” negavam-se a deixar seus espaços, muitas vezes conquistados com muito custo, como aqueles da rua do Comércio, da Ponta Grossa (Jornal de Alagoas, 18 de jun. de 1970, p. 6), do Trapiche, Vergel, Bebedouro, etc. Elas desafiavam continuamente a sociedade, a polícia e o Estado, quando resistiam às prisões, retomando as suas atividades depois de serem apreendidas. Ao permanecerem ou retornarem aos espaços de onde são expurgadas, negam-se a fazer parte do que esperam os ideais normativos (Jornal de Alagoas, 14 fev. de 1971, p. 5). Esses processos não ocorreram sem resistências, sem lutas, sem que essas mulheres também se coloquem diante daqueles que queriam excluí-las da cidade, tomando seus espaços.

A “eliminação das mariposas” fez parte de um processo de limpeza moral urbana que tinha também outros alvos: vândalos, contraventores e vadios. Limpar a cidade desses “contraventores” tinha por significado retirá-los dos seus espaços de sociabilidade e habitação, para “cortar o mal pela raiz, eliminando os indesejáveis e reorganizando os espaços”. Ao falar da ação de França nos bordéis de Ponta Grossa, o Gazeta de Alagoas citou a operação conjunta, no bairro do Ouricuri, “a favela urbana que servirá de abrigo para marginais com grande número de contravenções registradas”. As ações empreendidas contra as “mundanas”, os bordéis e as “favelas” da capital, a exemplo do Ouricuri, são apresentadas como ações em conjunto, fazem parte do mesmo processo de organização moral da capital, que objetiva moralizar a cidade, parte de um conjunto de biopolíticas da ditadura civil-militar. Elas, contudo, nem sempre saíram como planejadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada possibilitou a produção historiográfica sobre sujeitas que durante muito tempo permaneceram silenciadas na historiografia. Olhamos mais precisamente para os mecanismos de poder criados durante a ditadura civil-militar sobre a moralidade urbana, como tais mecanismos afetaram diretamente a construção de uma urbanização moralizante, que acarretou em ações estatais de controle e perseguição às sexualidades dissidentes. Vemos como essas questões configuraram-se no controle da sexualidade feminina e esquematizaram-se para a produção de dispositivos de sujeição de gênero, onde a imagem das mulheres que praticavam a prostituição foi central.

Essas mulheres estiveram no centro desse debate, protagonizando a leitura dos meios criados pelo poder para impor os ideais de moralidade. Na imposição de normas morais e sexuais por meio de dispositivos geridos pelo biopoder militar em favor das práticas dominação e controle sexual sobre os corpos das mulheres. Criando um ideal de feminilidade que recusa, recalca e subjuga todas as outras formas de feminino, ou o que Letícia Nascimento (2021) chamou de “mulheridades”. As várias formas de ser mulher e de viver a sexualidade feminina estão atreladas às normas sexuais e de gênero vigentes, normas que também são perpassadas pelas categorias de classe e raça. Formulando e reforçando uma única forma de vivência do feminino, cis branco heterocentrado, da qual a imagem da “mudana” não faz parte.

Desta forma, não só analisamos a imprensa como dispositivo de poder à serviço do regime militar, mas também como o próprio regime pensou e ordenou a cidade por meio de um ideal de urbanização moralizante, segregando os corpos em seus devidos espaços. Assim, foi possível notar que a organização da cidade esteve articulada a ideais de saneamento moral pela sujeição de determinados grupos e indivíduos. Em Maceió, essas pretensões moralizadoras resultaram em ações específicas do biopoder, ações produtoras de sujeição de gênero e sexualidade.

As estratégias utilizadas estão relacionadas à biopolítica do regime civil-militar, articulando práticas de sujeição para além dos discursos moralizadores produzidos pela imprensa local. Elas foram concretizadas nos “rondões” empreendidos pela polícia de Maceió, no objetivo de apreender as mulheres que praticavam a prostituição nas ruas da cidade. Quantas terão sido encaminhadas à delegacia para fazer um

cadastro de “mundana”. Tudo isso foi possível com a junção da Polícia Militar, Civil e da Secretaria de Saúde, que sob o discurso da preocupação médica com as chamadas “doenças venéreas”, atuaram liberando, ou não, essas mulheres.

Essas formas de controle articularam-se por meio de diversos dispositivos, na tentativa de sujeitar os corpos das mulheres que praticavam a prostituição. Dispositivos médicos e jurídicos que interseccionam-se, enquanto um utiliza do discurso de controle e cuidado médico, o outro vale-se de recursos jurídicos como as leis de vadiagem, conceito de contravenção para enquadrar juridicamente essas mulheres, possibilitando o respaldo legal para a perseguição e o aprisionamento delas em delegacias da cidade.

Todos esses recursos produziram perseguições, aprisionamento e deslocamento dessas mulheres na cidade. Ao mesmo tempo em que foram retiradas das ruas centrais, também foram direcionadas para boates que passaram a funcionar na parte alta da cidade. Essa é a tentativa de centralização das atividades da prostituição, relegada às boates que funcionavam no bairro de Canaã. A polícia conduziu uma série de ações (aprisionamento de mulheres nas ruas centrais da cidade, toque de recolher para mulheres desacompanhadas, fechamento das chamadas “casas suspeitas”, de “lupanares” e de boates) em diversos bairros do Centro da cidade, nas orlas lagunares e marítimas.

Sobre as mulheres que aparecem nas fontes dos jornais, nota-se que elas são essencializadas a partir dos discursos da época, que providenciaram um lugar de estigma justificado pela preocupação com a sexualidade delas. Por isso, elas são consideradas como mulheres de moral “degradante”. Esse estigma, politicamente direcionado, como parte de uma ordem gestacional moralizadora, marginaliza os sujeitos que não se encaixam no padrão moral almejado. Vale lembrar que elas foram muito mais que “prostitutas”, porém, sintetizadas nessa imagem que é produto histórico de uma sociedade cisheteropatriarcal branca, que as define a partir de uma moral sexual dicotômica.

As “mundanas” como foram categorizadas a partir de uma premissa moral patriarcal, racista, classista e sexista, existiam para além da atividade sexual. Entre o bem e o mal, o santo e o profano, puro e impuro, existiu as vidas dessas mulheres, mães, filhas, amantes, amigas e trabalhadoras que existiam fora do ideal de moralidade da ditadura civil-militar, mas de um modo possível.

Elas encontraram na prática da prostituição um trabalho, forma de ganhar sua independência, sustentar seus filhos, mães, e até mesmo os parceiros. Fizeram dela sua sociabilidade, lugar de amizades e rixas, lugar de amores e brigas. Muitas apenas transitavam pelas ruas, buscando descanso dos seus trabalhos, exercendo a liberdade em suas vidas, socializando. De toda maneira, foram perseguidas, aprisionadas, subjugadas pelas práticas do biopoder, ao mesmo tempo ocuparam espaços, transitaram nas ruas, trabalharam, choraram, riram, sonharam, encontrando tristezas, perdas, ganhos e felicidades – elas resistiram, pois. como disse Foucault (2020, p. 104): “onde há poder há resistência”.

REFERÊNCIAS

ARTUR, Ângela Teixeira. **“Presídio de Mulheres”**: as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 2011.

BENELLI, SJ. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. In: **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BORGES, Eduardo José Calixto et al. **O Papel da Imprensa Alagoana na crise de 1945 da Era Vargas**. 2019.

BEANINGER, Rosana. **A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população**. Anais, p. 729- 772. Campinas 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2020.

CIRINO, Oscar. **O desejo, os corpos e os prazeres em Michel Foucault**. Mental. ano V - n. 8 – Barbacena, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: interseccional idade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor**. In: **Corpos em Aliança: Diálogos Interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade**. (org.) MARTINS, Ana Claudia. VERAS, Elias Ferreira. 1. ed. Appris. Curitiba, 2020

CANDIOTTO, Cesar. **Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência**. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. SPE, p. 18-24, 2012.

CORRAIDE, Marco Túlio; PEREIRA, Flávia Souza Máximo. **Trabalho preto, instituições brancas: a pessoalidade racializada na relação de emprego no Brasil. O cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas**. Dissertação de Mestrado – Unicamp, Campinas, SP:[s.n.], 2006.

FERNANDES, Claudemar. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 2012.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Em defesa da sociedade: o curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FRAGA, Adriana Vieira. **Maracangalha: “vilarejo das desocupadas”: espaço de prostituição e boemia na região carbonífera catarinense (1955-1980)**. 2008. Dissertação Mestrado em História – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GIDDENS, A. **A transformação da Intimidade**. São Paulo: UNESP, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Adriano Oliveira Trajano et al. **Narrativas sobre dinâmicas sexuais de Exu no território sagrado da umbanda nos terreiros de Viçosa–Alagoas: uma análise etnográfica**. Tese de Doutorado. UFPA. Campina Grande, 2019.

GONSALVES, Jéssica Cássia Silva. **A Praça da Faculdade: Referência Cultural do Bairro do Prado**. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por Um Feminismo Afro-Latino-Americano**. ZAHAR. 2020.

JAPIASSÚ, Luana Andressa Teixeira. **Expansão Urbana de Maceió, Alagoas: Caracterização do processo de crescimento territorial urbano em face do plano desenvolvida – de 1980 a 2000**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. **O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão**. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 12, n. 1, p. 164-176, 2017.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Espaço urbano brasileiro: entre a ditadura e a democracia – O caso de Florianópolis, SC (1964-1990)**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 162-181, 2011.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **A mulher delinquente, a prostituta e a mulher normal**. Trad. Antonio Fontoura. Curitiba: Antonio Fontoura. E-book. 2017.

LOPES, Guilherme Caneiro Leão de Albuquerque. **Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX**. 2018. 198 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2018.

MOURA, Gabriela Pinto de. **Prostituição e espaço urbano: a perspectiva “putafeminista” nos escritos de três prostitutas ativistas brasileiras**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 23, 2021.

NASCIMENTO, Rangel Ferreira Fideles do. **Triângulos perigosos: as relações entre bichas, marginais e filhas-de-santo em Maceió/AL**. Dissertação de Mestrado. UFSCAR. São Carlos, 2021.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando Gênero**. Revista de Estudos Feministas. V. 8, nº 2. Florianópolis, 2000.

PEIXOTO, Guilherme. **Prefeitos**. Bairros de Maceió. Disponível em: <<http://www.bairrosdemaceio.net/prefeitos/dilton-falcao-simoes>>. Acessado em 4 de fevereiro de 2022.

PERREIRA, Ivonete. **As Decaídas: prostituição em Florianópolis (1900-1940)**. UFSC, Florianópolis, 2004.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. Veneta, 2018.

QUINALHA, Renan Honorio. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. Tese (Doutorado em ÁREA DE TITULAÇÃO) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Unicamp, 1990.

ROCHA, José Otávio. **Ouricuri será urbanizado**. Jornal de Alagoas: Maceió, 23 de novembro de 1976. Cadernos de Polícia. Página correspondente.

SANTIAGO, Silvana et al. **Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

SANTOS, Irineia Maria Franco dos. **Nos domínios de Exu e Xangô o Axé nunca se quebra: transformações históricas em religiões afro-brasileiras**. São Paulo e Maceió (1970-2000). 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Jailton Gonçalves dos. **Educação formal e formação humana na prisão feminina no contexto dos Direitos Humanos**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SCHETTINI, Cristiana. **Que tenhas teu corpo: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas**. Tese de doutorado. Campinas, São Paulo, 2002.

SIMÃO, Andréa Branco. **SE EU NÃO TIVESSE ME GUARDADO... HISTÓRIAS SOBRE SEXO E CASAMENTO NOS ANOS 60**. Fazendo Gênero, 2010.

TEIXEIRA, Juliana. **O Trabalho doméstico**. Coleção Feminismos Plurais. Jandaíra. São Paulo, 2021.

VERAS, Elias F. **Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico**. Tese. UFSC, Florianópolis, 2015.